

de Técnicos da Ativa, a qual só contorna o verdadeiro caminho, pois também peca por falta de objetividade.

Eis porque se impõe modificação radical no problema da formação e aperfeiçoamento do oficial de Engenharia.

A situação atual não agrada a ninguém.

Ao oficial combatente porque ele sente que lhe falta preparo.

Na verdade, o oficial de Engenharia do QO de hoje é um oficial de qualquer arma com os conhecimentos de mais duas ou três cadeiras especializadas e "ao qual" um curso prático de aperfeiçoamento não chega a suprir as deficiências teóricas.

Essa situação ainda é agravada pela nossa insistência em manter duas armas numa só — a Engenharia e as Comunicações —, com todos os inconvenientes que essa esdrúxula simbiose acarreta para o pobre "troupier" de Engenharia.

Povos de maior senso objetivo, como o americano e o inglês, sem falar no argentino, há muito corrigiram essa anomalia, separando as duas armas.

Ao técnico não agrada, também, por que se o colocou fora da arma combatente, em quadro à parte, e, como tal, ele sente que não está entrosado no Exército, que não tem nele o papel que deveria ter.

Cada dia que passa mais o problema se agrava porque maior número de técnicos se formam e mais dificilmente se poderão conciliar os direitos adquiridos com as reais necessidades do Exército.

Colocando o técnico à parte e pulverizando-o em numerosas especialidades, estamos na situação da mó que, depois de moer todo o grão, começa a ferir-se a si própria.

Em outras palavras, está o Exército a prejudicar-se cada vez mais com o não buscar nova e objetiva solução para o caso.

Para não incidir no pecado de criticar sem apontar pelo menos uma sugestão, parece-nos que a solução é formar, desde logo, engenheiros completos na própria Escola Militar, como se faz nos Estados Unidos.

Sai mais barato e aproveita a melhor época do oficial para o estudo: a mocidade.

Ter-se-ia, desde logo, engenheiros para a paz e para a guerra.

A tais engenheiros dar-se-ia, é claro, a oportunidade da especialização, mas uma só e num curso de duração máxima de um ano.

Ficaria o Exército, em conjunto, com especialistas de tôdas as categorias para atender às suas necessidades na tropa ou fora dela.

O quadro seria um só, o QO dos Engenheiros combatentes.

Nada de quadro de eletricitas, quadro de construtores, etc.

Separar-se-iam, é óbvio, as armas de Engenharia e Comunicações.

O programa do curso de formação deveria ser de tal forma que até evitasse ao Engenheiro o curso da EAO, pois, como dissemos, êste nada mais faz que suprir as deficiências daquele.

Para os oficiais que se destinassem à EEM far-se-ia, na EAO, no máximo, um curso rápido de atualização tática.

E para finalizar o esquema, curso de Estado-Maior de dois anos, aliás para tôdas as armas.

Com essa solução, os engenheiros trabalhariam mais tempo na tropa, nas fábricas e até mesmo em empreendimentos civis de interesse nacional, como se faz em outros países até mais ricos, cobrando a Nação juros das despesas de formação.

Nosso país está cheio de "Tennessee Valey Comissions" potenciais, que tais são os planos de valorização do Amazonas, do São Francisco, do Paraná, do Paraíba, etc., onde os nossos engenheiros militares, conjugados com o inadiável "Serviço Nacional Obrigatório", ou melhor com o aproveitamento dos excedentes do serviço militar, poderiam prestar inestimáveis serviços.

Seja como fôr, faz-se urgente a busca de uma solução, sem ferir direitos adquiridos, para o levantamento do nível técnico do oficial de Engenharia combatente.

Eis porque reputamos valioso o cuidadoso estudo procedido, sobre o assunto, pelo nosso Diretor-Presidente, publicado neste número e para cuja leitura e atenta meditação solicitamos a atenção de todos aqueles que se interessam pelos problemas fundamentais do Exército.

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 18)

GENERAL ANTÔNIO DE CASTRO NASCIMENTO

Após curta enfermidade faleceu, no dia 15 de junho p. passado, o nosso prezado camarada, amigo e companheiro de lutas, General Antônio de Castro Nascimento, Diretor-Gerente dêste mensário.

O passamento inesperado e, portanto, brutal, dêsse querido companheiro impediu a todos os que trabalham nesta Redação levar-lhe o conforto pessoal de um último contacto e de um derradeiro adeus.



General Castro Nascimento

Adeus dirigido, mais do que ao Diretor-Gerente, ao amigo e companheiro, porque o que caracterizava a personalidade do General Nascimento era a sua irradiante simpatia, o seu gênio comunicativo, o seu bom humor permanente, a sua solicitude em atender aos camaradas e prestar-lhes serviços, qualidades que, a par de sua bondade natural, o faziam estimado por todos os que dêle se acercavam.

O General Nascimento possuía o dom de conquistar amigos e, por isso, era querido de todos. Os subordinados e os dependentes, a quem tratava com paternal bondade, dedicavam-lhe particular afeição.

Abriu-se, portanto, grande claro em nossa Redação, difícil de preencher porque mergulha as suas raízes nos mais puros sentimentos.

Acostumados a vê-lo, diariamente, na redação, a coordenar os negócios da Revista, o que fazia por amor ao Exército, de quem se julgava, mesmo na Reserva, eterno servidor, vamos sentir imensa falta de sua presença, tanto mais quanto, a par da boa vontade e presteza com que a todos atendia, tinha sempre, para cada um, uma palavra de carinho e solidariedade moral.

Pouco antes de cair enfermo, o General Nascimento encaminhou-nos um último trabalho de sua lavra, intitulado "Conselhos à mocidade" e que está publicado, como artigo póstumo, neste número.


Nêle, parece que se despedia e o fez da forma que o faria um pai em relação aos filhos: dando-lhes conselhos, pois o General Nascimento era também grande patriota e cultor do civismo, sempre preocupado com os problemas do nosso povo e do nosso país.

Difícil seria, em tão poucas linhas, traçar o perfil desse grande cidadão que foi o General Nascimento.

O corpo redatorial deste mensário, tendo à frente o seu Diretor-Presidente, velou-lhe o corpo e acompanhou-o na cerimônia de enterramento, tendo também enviado custosa coroa, última homenagem de todos os que trabalham nesta casa.

Pelo descanso eterno de sua alma boníssima mandou, ainda, rezar missa de 7º dia, comparecendo, com todos os seus auxiliares, a esse ato de piedade cristã.

A família enlutada, aos demais parentes, aos amigos do nosso inescusável companheiro e ao Exército Nacional, a Diretoria de "A Defesa Nacional" apresenta os seus mais sinceros pezames.





CULTURA PROFISSIONAL

ALGUMAS REFLEXÕES SÔBRE A FORMAÇÃO ATUAL DOS OFICIAIS DA ARMA DE ENGENHARIA E DOS OFICIAIS TÉCNICOS

General de Divisão JUAREZ TAVORA

1. A formação atual de oficiais da Arma de Engenharia, pela Academia Militar das Agulhas Negras, num curso de apenas 3 anos, é notoriamente insuficiente sob o ponto de vista de sua habilitação para resolver os problemas técnicos que se lhes apresentarão comumente no campo de batalha. Essa deficiência é agravada, quer do ponto de vista técnico, quer do tático, pela simbiose em que ainda vivem os quadros das Unidades de Engenharia e de Comunicações, apesar de suas características técnicas e emprêgo tático serem completamente distintos.

Tal situação deve ser solucionada, com urgência, para ressalva do bom nome da Arma e do Exército e da própria Segurança Nacional, em caso de guerra.

2. Por outro lado, a formação de oficiais técnicos que se está realizando na E.T.E., por seleção nos

quadros das várias Armas e Serviços, apresenta os seguintes inconvenientes :

a) é — demasiadamente dispendiosa, por manter fora da atividade profissional, durante 4 anos, oficiais com o posto de Capitão e que a A.M.A.N. preparara, durante 3 outros anos, para o exercício do comando na tropa ;

b) a drenagem que essa especialização está fazendo nos quadros das Armas e especialmente no da Engenharia é sensível sobretudo no que se refere a Capitães, cuja carência na Arma já é notória ;

c) a formação desses técnicos com alto grau de especialização não tem sido dosada de forma a atender as necessidades reais do Exército, parecendo obedecer, antes, às inclinações ou preferências pessoais dos candidatos ; daí pode resultar superabundância de certas categorias

em detrimento de outras mais necessárias ;

d) finalmente, pelo menos no que tange à Arma de Engenharia — essa formação de técnicos não resolve o problema angustioso de sua eficiência no campo de batalha, pois a oficialidade que integra as Unidades de Combate continua com a formação técnica deficiente que lhes está sendo ministrada pela A.M.A.N. e a possibilidade de suprir tal deficiência, adindo a essas Unidades, quando em campanha, oficiais do Q.T.A., parece aleatória além de duvidosa ser a eficiência de sua atuação em tais circunstâncias.

3. Isso pôsto, parece que as seguintes medidas se estão a impor imediatamente :

a) que se separem em quadros autônomos os oficiais da Arma de Engenharia e de Comunicações, como sucede nos Exércitos dos Estados Unidos e da Argentina ;

b) que se melhore a preparação básica desses oficiais na A.M.A.N., com, pelo menos, 2 anos de curso independente dos cursos das demais Armas e Serviços ;

c) que, pelo menos, no último ano de curso da A.M.A.N. se separem os 2 cursos referentes à Engenharia e às Comunicações, a fim de que, após a declaração de aspirantes, cada uma dessas categorias de oficiais possa servir na tropa respectiva com suficiente conhecimento do emprego técnico e tático de suas Unidades e continuar a aperfeiçoá-lo durante toda sua atividade profissional ;

d) que, como 2^{os} Tenentes (ou, o mais tardar, como 1^{os} Tenentes) sejam esses oficiais obrigados a fazer um curso de complementação técnica de Engenharia e de Comunicações, de, pelo menos, 1 ano na E.T.E., de forma a poderem desempenhar na paz, e sobretudo, na guerra, as funções técnicas que hoje estão sendo atribuídas aos oficiais do Q.T.A., correspondentes respectivamente às categorias de Engenheiros Construtores e Engenheiros de Comunicações ;

e) que, daí por diante, esses oficiais façam os cursos de aperfeiçoamento tático (Es.A.O.), e de seleção tática (E.E.M.) — juntamente com os oficiais das demais armas ;

f) que, aos atuais oficiais da Arma de Engenharia fique assegurada uma revisão de curso de 1 a 2 anos, na E.T.E., para melhorá-los o nível técnico.

4. O problema do Q.T.A., hoje de solução bastante difícil — pelo menos no sentido de se conciliarem os direitos adquiridos pelos oficiais que nele vêm ingressando, com os interesses superiores do Exército — poderá, a meu ver, ser solucionado, satisfatoriamente, dentro do esquema estabelecido para a formação dos oficiais de Engenharia e de Comunicações, nas seguintes bases :

a) as funções técnicas básicas da Engenharia e das Comunicações serão desempenhadas, na paz e na guerra, pelos oficiais do Q.O. de Engenharia e de Comunicações, respectivamente ;

b) os oficiais do Q.T.A. sairiam das Armas a que pertencem para se integrarem num quadro especial — o do Corpo de Engenheiros Especializados, obedecendo a sua colocação, nesse quadro, as respectivas antiguidades de pôsto, e estabelecendo-se critério peculiar para suas promoções, inclusive ao generalato. Os atuais Engenheiros Construtores e de Comunicações oriundos da Engenharia poderiam, à sua escolha, ingressar nos quadros das Armas de Engenharia e de Comunicações, respectivamente, ou integrar-se no quadro do Corpo de Engenheiros Especializados ;

c) respeitados possíveis direitos adquiridos pelos oficiais já existentes nos quadros das diversas Armas e Serviços — somente poderiam ingressar num curso de especialização da E.T.E., daqui por diante, os oficiais formados de acordo com a nova orientação dos Cursos da A.M.A.N., e cujos conhecimentos técnicos básicos lhes garantiriam tal especialização em 2 ou 3 anos, no máximo. Essa especialização po-

deria fazer-se na E.T.E., ou em Escola estrangeira (dos Estados Unidos ou da Europa);

d) em consequência disso, a atual D.O.F.E. voltaria a integrar-se na Diretoria do Serviço de Engenharia como Subdiretoria, ao lado da Subdiretoria do Material de Engenharia;

e) bem examinadas as coisas, seria possível a fusão dessa nova Diretoria Geral de Engenharia com o atual D.T.P.E. — já que todos os oficiais da categoria T.A. estariam incluídos nos quadros das Armas de Engenharia e de Comunicações, ou no quadro de Engenheiros Especializados; e suas funções técnicas em Fábricas, Arsenal, Laboratórios, Comissões Construtoras, Unidades Ferro e Rodoviárias, Levantamentos Cartográficos, Serviços de Obras, Usinas Elétricas, etc. — estariam enquadradas dentro das funções básicas daquelas Armas ou das funções especializadas do Corpo de Engenheiros.

5. A Organização de uma Arma ou Serviço de Comunicações, com quadro autônomo, pode processar-se pela necessária transformação, em Batalhões de Comunicações, das atuais Companhias de Transmissões — devendo cada um dos referidos Batalhões compreender, além de uma Companhia de Comando e Serviços, tantas Companhias de Comunicações quantos forem os Grupos Táticos ou Brigadas em que, normalmente, possam dividir-se as G.U. a que pertençam tais Batalhões (DI, DC, DB, etc.).

Essa ampliação é uma necessidade, pois com uma simples Companhia de Comunicações não é possível atender, no Brasil, às necessidades de ligação do Comando, sobretudo em caso de fracionamento das G.U.

O recrutamento dos oficiais para o novo quadro seria feito entre os oficiais de Engenharia com curso especial da Escola de Comunicações ou equivalente e, eventualmente, com oficiais de outras Armas possuidores do referido curso.

Os atuais oficiais T.A. especializados em Eletrônica seriam todos transferidos, independentemente da Arma de origem, para o quadro de Engenheiros Especializados, guardando nêles as posições correspondentes às suas respectivas antiguidades de pôsto.

6. O quadro anexo 1 indica, esquematicamente, a seriação dos vários cursos para as diferentes Armas, o Serviço de Intendência e o Corpo de Engenheiros Especializados, dentro das observações acima explanadas.

O organograma anexo 2 indica uma possível estrutura para a Diretoria Geral de Engenharia e suas relações técnicas com as Armas de Engenharia e de Comunicações e com o Corpo de Engenheiros Especializados.

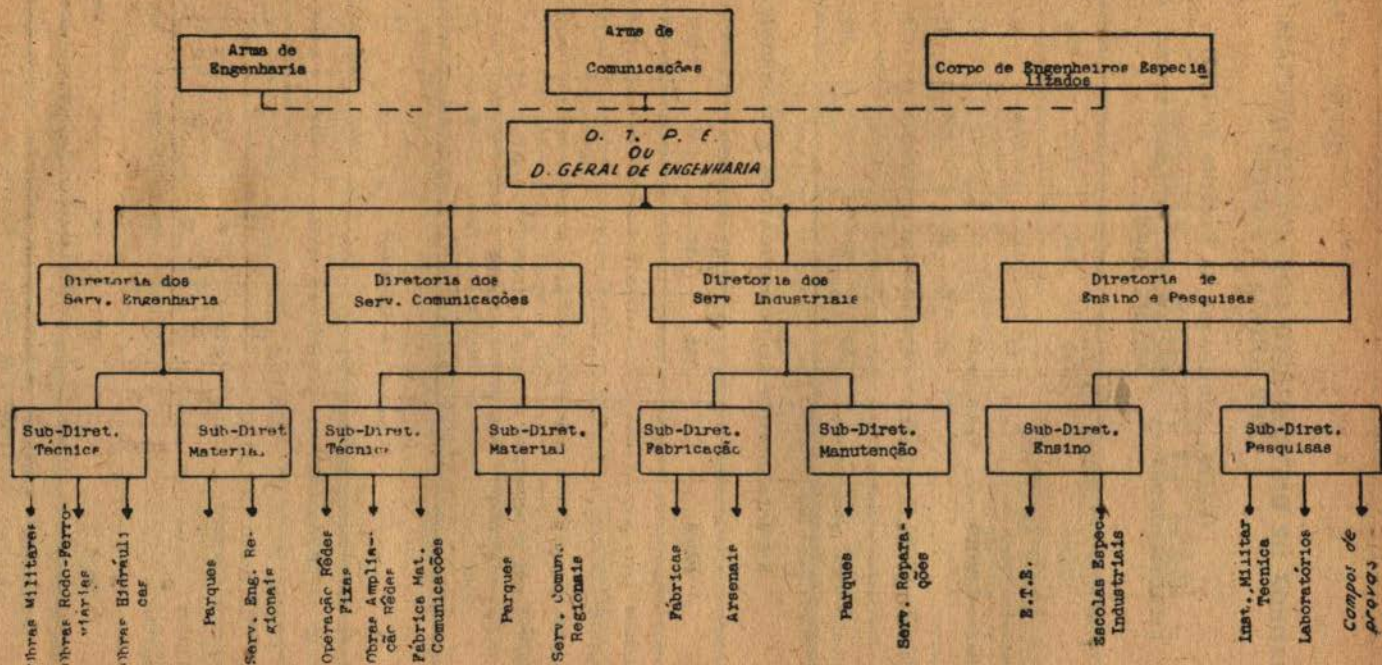
O quadro anexo 3 indica a atual distribuição dos oficiais T.A. por Armas de origem e postos hierárquicos e grupamentos ligados às Armas de Engenharia e de Comunicações.

QUADRO ANEXO 1 — SÉRIÇÃO DOS VÁRIOS CURSOS PARA OFICIAIS DO EXÉRCITO

CURSOS		FORMAÇÃO		COMPLEMENTAÇÃO			ESPECIALIZAÇÃO								SELEÇÃO		COMBINAÇÃO		
ESCOLAS	A. M. A. N.	TÉCNICA			TÁTICA	E. A. O.	E. E. F. E.	E. M. M.	E. COM.	E. I. E.	E. A. C.	Es. PRDT.	CIDA AÉ.	E. E. Eq.	E. E. M.	E. S. G.			
		E. T. E.														CEMCFA	CSG		
DURAÇÕES	3 anos			2 a 3 anos			1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	2 anos		5 meses	1 ano	
	1º	2º	3º	1º	2º	3º									1º	2º			
Categoria de alunos	Todos os alunos matriculados	Grupam. "A"	Inf.	—	—	—	Oficiais de todas as Armas e Serviços	Oficiais de todas as Armas e Serviços	Oficiais de todas as Armas e Serviços	Inf.	Inf.	—	Oficiais de todas as Armas e Serviços	—	Oficiais de todas as Armas, Corpo de Eng. e Servs.	Oficiais de todas as Armas, Corpo de Eng. e Servs.	Oficiais dos 3 ramos das F. Armadas	Oficiais dos 3 ramos das F. A. e Civis	
			Cav.	—	—	—				Cav.	Cav.	—		Cav.					
			Art.	—	—	—				Art.	Art.	Art.		Art.					
			Int.	—	—	—				Int.	Int.	—		—					
		Grupam. "B"	Eng.	Eng.	Eng.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Oficiais de todas as Armas, Corpo de Eng. e Servs.	Oficiais de todas as Armas, Corpo de Eng. e Servs.	Oficiais dos 3 ramos das F. Armadas	Oficiais dos 3 ramos das F. A. e Civis
			Com.	Com.	Com.	—	—	—	—	—	—	—	—	—					
			C. de Eng.	C. de Eng.	C. de Eng.	C. de Eng.	—	—	—	—	—	—	—	—					
			—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—					

QUADRO TENTATIVO DE ORGANIZAÇÃO DA DIRETORIA GERAL DE ENGENHARIA

ORGANOGRAMA-ANEXO 2



CONVENÇÕES:

— Relações de Comando
 - - - Relações de Controle Técnico

Quadro — Anexo 3

**QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DOS ATUAIS OFICIAIS TÉCNICOS
POR ARMAS E POSTOS**

(Fonte : Almanaque do Exército de 1953)

**ESPECIALIDADES DE ARM., AUTOM., CONSTR., ELETR., GEOG.,
METAL., QUIM.**

Pôsto	Inf.	Art.	Cav.	Eng.	Total
Coronéis	16	18	1	33	68
Tenentes-Coronéis	16	47	10	37	110
Majores	67	66	19	75	227
Capitães	55	33	15	14	117
Total.....	154	164	45	159	522

ESPECIALIDADES DE COMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA

Pôsto	Inf.	Art.	Cav.	Eng.	Total
Coronéis				4	4
Tenentes-Coronéis		2	1	6	9
Majores	9	11	1	17	38
Capitães	4	4	6	2	16
Total.....	13	17	8	29	67

RESUMO

Pôsto	Inf.	Art.	Cav.	Eng.	Total
Coronéis	16	18	1	37	72
Tenentes-Coronéis	16	49	11	43	119
Majores	76	77	20	92	265
Capitães	59	37	21	16	133
Total.....	167	181	53	188	589

Observação : Aham-se matriculados atualmente na E.T.E. (inclusive o Curso de Preparação) cerca de 250 oficiais.

NORMAS - PADRÕES DE AÇÃO

Cel. MANOEL JOAQUIM GUEDES

Quando servindo no 10º R.I. sediado em Belo Horizonte, a intensidade do trabalho no corpo fez sentir, ao Comando e aos oficiais, a necessidade do estabelecimento de normas padrões que viessem facilitar a tarefa relativa à organização, verificação e expedição de documentos para a execução das diferentes tarefas normais numa Unidade de Tropa.

E também para colocar os oficiais que se apresentam no ambiente de vida no corpo.

Obteve o Regimento, com essas normas, excelentes resultados, razão pela qual os oficiais que nêle serviram, no período 50-52, decidiram a sua divulgação, o que ora fazemos, como simples colaboração aos camaradas do Exército, aproveitando-nos das facilidades que nos proporcionaram os companheiros que, com tanto brilho e dedicação, dirigem "A Defesa Nacional".

SUMÁRIO DAS N.P.A.

A) Administração :

- 1 — N.P.A.
- 2 — Instruções para fiscalização e execução dos diferentes serviços no Regimento.
- 3 — Instruções para a limpeza e higiene do quartel.
- 4 — Instruções para a limpeza das báias e boxes.
- 5 — Instruções complementares para os Sargentos de Dia às Subunidades.
- 6 — Instrução para o serviço na Formação Veterinária.
- 7 — Instruções para funcionamento do Rancho.
- 8 — Instruções sobre uniforme e equipamento.
- 9 — Instruções para a formatura matinal e aos sábados.
- 10 — Instruções para a revista de fardamento.
- 11 — Instruções para a revista dos animais.
- 12 — Instruções para a inspeção de viaturas auto.
- 13 — Instruções e carregamento das viaturas-hipo.
- 14 — Relação do material que deve ser conduzido na Caixa de Arquivo da Subunidade.
- 15 — Instruções para revista de máquinas e aparelhos diversos.
- 16 — Instruções para a formatura do Dia da Bandeira.
- 17 — Instruções sobre marcação de material.
- 18 — Instruções para remonte de calçados e distribuição de víveres.
- 19 — Instruções para registro de alterações de praças.
- 20 — Instruções para o preparo e distribuição da ração dos animais.

B) Instrução :

- 1 — Instruções reguladoras para o Período de Formação.
- 2 — Idem para o Período de Formação (Instrução Básica Militar).
- 3 — Idem, idem (Instrução Básica de Qualificação).
- 4 — Idem, idem para o Período de Regimento.
- 5 — Como organizar um exercício de Combate e Serviço em Campanha.

A) ADMINISTRAÇÃO

1 — NORMAS PADRÕES DE AÇÃO

Finalidade e outras informações :

- A) Estas Normas Padrões de Ação tem por fim colecionar tôdas as ordens em vigor no Regimento, colocá-las em pastas com folhas sôltas, e distribuir um exemplar a cada Oficial, dispensando a expedição de ordens repetidas, e pedidos constantes de esclarecimentos. Considerou-se como N.P.A. quer na parte de instrução, quer na de administração, tôda ordem ou instrução que apenas se teria de mudar nomes e datas.
- B) Foram confeccionadas em pastas colecionadoras, com folhas sôltas, tendo em vista que poderão ser modificadas pelos comandos sucessivos e neste caso fácil será a substituição da folha referente à ordem em desuso pela nova ordem baixada pelo comando.
- C) Foram distribuídas como carga às Subunidades e Repartições, à razão de uma para cada função de Oficial, com o efetivo de manter permanentemente o número de exemplares existentes, igual ao número do efetivo previsto em Officiais. O preço fixado como valor para "CARGA" foi de Cr\$ 20,00 por ter sido este o preço de custo de cada exemplar.
- D) Os Officiais que se interessassem pela obtenção de exemplares para sua propriedade e poder levá-los quando transferidos, bastariam participar isto, solicitando "Carga para desconto". Neste caso o S/4 daria conhecimento ao S/3 para que este providencia-se a confecção de novo exemplar para o "Completo da carga" da Subunidade ou Repartição respectiva.

2 — INSTRUÇÕES PARA A FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DOS DIFERENTES SERVIÇOS NO REGIMENTO

1) *Distribuição e atribuições :*

Serviços a realizar	Quem pede	Quem escala	Quem dá	Total	N. por dia	Dias de folga	Qualificação
P.E.	R.I.	Btl.	Cia. Fz.	15	15	5	3 Infante (Fz.)
Ordem Estafeta Telefonista	R.I.	R.I.	C.C.S. C.C./1	6 4	10	1 2 1	2 Trans. (Ag. Tran. Mensageiros, Te
Guarda do quartel	R.I.	Btl.	Cia. Fz.	34	34	6	5 Infante (Fz.)
Guarda dos Banheiros do 1º Btl.	R.I.	R.I.	Cia. F. C.P.P.1.	3 3	6	1	6 Infante (Fz. e M

Serviços a realizar	Quem pede	Quem escala	Quem dá		Total	N. por dia	Dias de folga	Qualificação
dem do 2º Btl.	R.I.	R.I.	CC/1 CCS	3 3	6	1	6	Qualquer
Refôrço da Guarda do quartel	R.I.	R.I.	Cia. Fz. CCAC CPP/1	9 6 3	18	6	3	Infante (Pessoal A/C e Minas)
Cavalaria	R.I.	R.I.	CPP/1 CC/1 CCS	55 9 15	69	6 3 3	5	Pessoal Pel. Transporte (Cond. boleia e condutores de cargueiros das Cias.)
Corneteiro	R.I.	R.I.	Cia. Fz. CCP/1 CC/1 CCS CCAC Mrt.	2 1 1 1 1 1	7	1	7	Infante (Corneteiros)
Enfermeiros	R.I.	R.I.	C.C.S. C.C./1	4 4	8	2	4	Pessoal Saúde (Enf. e Pad.)
Motoristas	R.I.	R.I.	C.C.S. C.C.A.C.	3 3	6	1	6	Pessoal Transp. (Motoristas)
Ag. Trans. (Columbófilos)	R.I.	R.I.	C.C./1 C.C.S.	1 1	2	1	1	Transmissões (Ag. Transmissões)
Refôrço do Stand	R.I.	R.I.	C.C.S.	4	4	1	4	Qualquer
Guarda do tanque de lavar roupa	R.I.	R.I.	CCAC Cia. Fz. CPP/1 CC/1 CCS	1 1 1 1 1	5	1	5	Qualquer
Refôrço do Q.G.	R.I.	R.I.	Cia. Fz.	12	12	6	2	Infante (Fz.)
Patrulha de Azurita	R.I.	R.I.	C.C.S.	2	2	2	...	Qualquer. Este serviço é feito somente aos sábados

II) *Oficial de Dia :*

Como estabelece o R/3 e R/1 com as seguintes N.G.A.

- A) Para a saída de viaturas deverá ter uma relação onde constará :

- 1 — N. da viatura (hipo ou auto).
- 2 — Espécie.
- 3 — Subunidade a que pertence.
- 4 — Hora da saída.
- 5 — Hora da entrada.
- 6 — Serviço a que se destina.
- 7 — Motorista e auxiliares (Condutores).

Esta relação acompanhará a parte do Oficial de Dia para conhecimento do Subcomandante e providências decorrentes, se fôr o caso.

- B) No rancho obedecer as instruções distribuídas, de modo que estas sejam rigorosamente cumpridas. As alterações havidas constarão da parte diária, para as providências do Comandante, Subcomandante, S/4 e Aprovisionador.
- C) Para limpeza e higiene do quartel, fiscalizar a execução rigorosa do serviço, de acôrdo com as instruções distribuídas. Parte nas condições da letra b).
- D) Caberá ao Oficial de Dia a fiscalização quanto ao uniforme dos elementos que terão de executar serviço externo e também o das praças que saíam a passeio, nas horas disponíveis.
- E) Para execução do serviço interno do R.I. obedecer às instruções distribuídas.
- F) Quanto aos portões laterais do quartel obedecer o seguinte :
- 1 — Mantê-los abertos de 0615 às 0700, quando serão fechados ;
 - 2 — Abri-los novamente de 1045 às 1300 quando serão fechados ;
 - 3 — Reabri-los de 1700 às 1800 quando serão novamente fechados ;
 - 4 — Nenhuma viatura sairá por estes portões, salvo os casos de deslocamento de T.C. (Cias., Btl. e R.I.) ;
 - 5 — Apresentar, diariamente, ao Comandante ou ao Subcomandante uma demonstração de como será feito o serviço de ronda do quartel e a fiscalização dos diferentes serviços durante o dia ;
 - 6 — Quanto à iluminação verificará, ao receber o serviço, quanto marcava o relógio de luz e força e, ao sair, tornar a verificar e registrar no livro de partes. O consumo será publicado no B.I. da mesma data da parte. A luz deverá ser desligada o dia todo e ligada às 1800 ;
 - 7 — Todo soldado que fôr encontrado nas horas destinadas à instrução perambulando pelo quartel, será anotado o seu número, nome e companhia a que pertence para as providências decorrentes.

III) *Adjunto :*

Como manda o art. 210 do R/1 e mais o constante das letras a) e i) das N.G.A. e ainda o que fôr determinado pelo Oficial de Dia.

IV) *Sargentos de Dia às Subunidades e Btl. :*

Como estabelece o art. 209 do R/1 e mais o constante das N.G.A. na parte que lhe compete.

— Sargento de Dia às Subunidades :

Como estabelece os arts. 211 e 213 do R/1 e mais as instruções reguladoras para o rancho e serviços e outras prescrições do Oficial de Dia necessária ao bom desempenho das N.G.A. do Corpo.

V) *Guarda do Quartel :*

Como estabelecem os arts. 214 a 231 do R/1. É a principal responsável pelo asseio permanente do Corpo da Guarda e Adjacências.

VI) *Refôrço da Guarda do Quartel :*

Como estabelece o art. 232 do R/1.

VII) *Polícia do Exército :*

O serviço de P.E. é constituído por um sargento, um cabo e cinco soldados, escalados diariamente pelo Btl. e tem a seu cargo o patrulhamento da Zona Boêmia e adjacências. Este serviço é feito de acôrdo com as normas já existentes.

VIII) *Telefonista, Estafeta e Ordem :*A) *Telefonista :*

- 1 — Permanecerá junto ao aparelho telefônico durante as horas de expediente.
- 2 — Anotará em caderneta de mensagem as chamadas recebidas e transmitidas. Para as primeiras, tomar nota do aparelho que fala, com quem deseja falar, quem está falando e a hora da recepção. Determinará o desligamento e comunicará que o interessado terá conhecimento e dentro em pouco atenderá. A comunicação ao interessado será levada por um mensageiro ou agente de transmissões que dará o serviço juntamente com o telefonista. Para as transmitidas, registra apenas a hora, o telefone e a pessoa chamada, quem falou e o tempo de duração.
- 3 — No fim do serviço entregar a documentação ao Oficial de Dia e este ao Oficial de Transmissões do R.I., o qual informará ao comandante a execução do mesmo, apresentando um resumo das chamadas efetuadas.

B) *Estafeta :*

Serão escalados dois por dia e se destinam :

- 1 — Um para ligação entre o R.I. e o Q.G. do Cmdo. da 4ª D.I. ;
- 2 — Outro para ligação entre a P.T.K./4 e o Comando do R.I. ;
- 3 — Haverá ainda um cabo ou soldado estafeta (Aux. de Correio) pertencente ao Centro de Mensagem e que é encarregado de colocar e retirar do Correio a correspondência do R.I.

C) *Ordem :*

Ficará no corredor, entre o Gabinete do Cmdo. e o Gabinete do Subcomandante. Atenderá os chamados do Coman-

dante, Subcomandante e S/4, mediante toque de campainha sendo uma chamada para o primeiro, duas para o segundo e três para o terceiro. Permanecerá no serviço durante as horas de expediente. A escala será numérica e efetuada pela C.O. do R.I.

IX) *Guarda dos Banheiros :*

- A) Serão escalados de preferência os mesmos homens, de modo que o serviço seja perfeito e possibilite a permanente limpeza das dependências.
- B) O soldado de plantão deverá possuir uma caderneta com as folhas riscadas segundo o modelo abaixo, a qual deverá ser organizada e distribuída pelo 1º Btl. (S.O.), C.C.S. e C.C.A.C.

N. de Ordem	Grad.	Número	Nome	Cia. a que pertence Compartimento que utilizou	Estado em que del- xou o comparti- mento

- C) Cada soldado de serviço anotarà na sua caderneta, o soldado que se serviu de um compartimento. Quando este sair, verificará o estado que o deixou e anotarà isso na caderneta para imediato conhecimento do Sargento de Dia ao Btl. ou Adjunto.
- D) O Sargento de Dia ou o Adjunto (para o caso da CCS) levará imediatamente o fato ao conhecimento do Sargento de Dia à Cia. a que pertencer o infrator, e comunicara a ocorrência ao Comandante do Btl. ou ao da C.C.S.
- E) Os danos produzidos em qualquer compartimento serão concertados por conta do soldado infrator, independentemente de punição que venha a sofrer.
- F) O soldado de plantão só permitirá que se utilizem da dependência os elementos constantes da distribuição da letra g) abaixo.
- G) Para isso o 1º Btl. (menos a CC/1), utilizará os banheiros, lavatórios e privadas do flanco direito do quartel; a C.C.S. e a C.C./1 os lavatórios, banheiros e privadas do antigo 2º Btl., ficando incumbidos da limpeza e higiene das mesmas.

- H) A fiscalização das dependências ficará a cargo respectivamente do Btl. e do Cmt. da C.C.S.
- I) A limpeza e fiscalização dos banheiros e privadas da C.C.A.C., a seu cargo.

X) *Cavaliarias :*

Escala numérica efetuada pela C.O. do R.I. Será dividida em três turmas : uma da C.P.P./1 (9 homens) e outra da C.C./1 (2 homens) e outra da C.C.S. (4 homens).

- A) Destinam-se à limpeza das báias e boxes ; transporte de forragem e distribuição desta e de água.
- B) Serão divididas em sub-turmas correspondentes a cada fileira de báias, boxes e cochos corridos.
- C) Manterão constantemente as báias, os boxes e os cochos corridos limpos.
- D) Não permitirão nenhum animal solto.
- E) Ficarão sempre um homem em cada pavilhão distribuído.
- F) Uniforme — de faxina (tamancos).
- G) Para execução do serviço serão distribuídos nesta data, ao 1º Btl. o pavilhão de cocho corrido e o pavilhão de báias face ao pavilhão de boxes imediatamente após o depósito de forragens do R.I.
- H) São responsáveis pela limpeza diária do tanque os cavaliarias da C.C.S., não permitindo a lavagem de viaturas e animais no mesmo, de modo que não haja nenhuma água empoçada ou suja.
- I) É terminantemente proibido prender animal com arame ou consertar coleira ou corrente com arame.
- J) O soldado que estiver de quarto, retirará imediatamente das báias o estrume e o colocará no carrinho, levando em seguida para a estrumeira.
- K) Cada conjunto terá uma reserva para a guarda e preparo da forragem do dia, bem como as medidas necessárias para a distribuição. (Btl. e C.C.S. o último boxe da série recebida — C.P.P./1 — A reserva própria da Cia. As demais Cias. com o Btl.).

XI) *Corneteiro :*

Escala corrida dentro do R.I. e efetuada pela C.O. — Serviço de acordo com o R/1.

XII) *Enfermeiro :*

Escala corrida pelo R.I. (dois homens) como prescreve o Capítulo V do Título IV, do R/10 e mais as instruções particulares do Chefe da F.S.R.

XIII) *Motoristas :*

A viatura só dará serviço ou sairá com o seu motorista. Cada viatura deverá ter um auxiliar para uma eventualidade.

XIV) *Agente de Transmissão (Columbófilo) :*

Escala corrida pelo R.I. O serviço é regulado pelo encarregado do pombal.

XV) Refôrço do Q.G. :

De acôrdo com as instruções existentes no Q.G. da D.I.

Início do serviço : 2200.

Término do serviço : 0600.

O pessoal do serviço de refôrço no Q.G. deverá formar na parada e apresentar-se ao Oficial de Dia às 0930 quando seguirá destino, conduzido pelo soldado mais antigo.

XVI) Patrulha de Azurita :

Escalada sòmente aos sábados e se destina a policiar os trens que correm entre Belo Horizonte e Pará de Minas.

XVII) Refôrço do Stand de Tiro :

Dará o serviço das 1800 às 0600, sendo sua missão a vigilância e guarda do material existente naquele local.

(Continua)

Aos Responsáveis pela Alimentação nos Quartéis
PLANEJAMENTO BÁSICO DE REFEIÇÕES PARA
COLETIVIDADES

DE AUTORIA DOS MÉDICOS-NUTRÓLOGOS DO SAPS

Drs. Lindomar Bastos da Silva, Manoel Traverso
e Nutricionista Mirza Monerat

Livro utilíssimo para a orientação alimentar de grupos humanos, contendo grande número de Cardápios Balanceados (Almôço e Jantar) com as respectivas Receitas das Preparações que figuram nos Cardápios e as Listas de Compras Diárias

A venda nas Livrarias e na Divisão de Propaganda do SAPS

(PRAÇA DA BANDEIRA, 6)

Remete-se pelo Reembólso Postal

PREÇO DO VOLUME : CR\$ 100,00

(N. 16)

R. ESPOSEL PINTO

Distribuidores da Metalúrgica Montini S/A. — S. Paulo

Medalhas Artísticas Desportivas e Comemorativas — Distintivos, Taças,
Troféus, Bronzes e Cunhagem em Geral

RUA EVARISTO DA VEIGA, 21 — TEL. : 42-5318 — RIO DE JANEIRO

(N. 11)

OS IMPONDERÁVEIS DA GUERRA

UMA SESSÃO INICIAL DE INSTRUÇÃO DESTINADA A OFICIAIS DO QG DE UMA GU FRONTEIRIÇA, NUM PAÍS DE VASTA EXTENSÃO E POUCOS RECURSOS

Cel. AGUINALDO DIAS URUGUAI

INTRODUÇÃO



As sessões de instrução que ora se iniciam neste Q.G. não visam levar aos senhores oficiais noções novas ou ensinamentos inéditos, como acontece nas escolas militares de formação, aperfeiçoamento ou especialização. Seu objetivo é atualizar, além de recordar, aperfeiçoando, nossos conhecimentos relativos às doutrinas táticas e de instrução. Terá em vista também familiarizar-nos com os assuntos que se relacionem com os encargos desta G.U.

A finalidade da instrução, como sabemos, é a preparação das Forças Armadas para a eventualidade da guerra.

Tratando-se de oficiais, é natural que essa preparação assuma aspecto mais delicado, implicando até na sua maior importância, uma vez que sobre nossos ombros pesa enorme responsabilidade como condutores de homens. Tal responsabilidade acentua-se mais na proporção das decisões que tivermos de tomar, estas por sua vez variáveis com o escalão em que nos considerarmos.

Ao iniciarmos então nossos estudos que chamaremos recordação e atualização de conhecimentos, devemos começar por algumas considerações sobre o fenômeno social denominado guerra, esse terrível tropeço na marcha normal da Civilização.

Não nos deteremos, contudo, na apreciação desse fenômeno sob o ponto de vista moral, bastando somente acentuar que modernamente, a esta altura dos acontecimentos internacionais, todas as correntes de opinião concordam em que a guerra é uma contingência a que nenhuma nação se pode furtar e, por isto, a deve ter em suas cogitações.

Não importa que para os pacifistas — democratas ela seja um processo execrável para resolver divergências entre povos, uma prova de selvageria humana. Nem que para os belicistas-totalitários seja um fato normal incluído no capítulo "luta das espécies" da Biologia das Noções. Ambas as correntes concordam em que descurar-se dela é antecipar o seu desencadear e abreviar o sofrimento de seus terríveis efeitos.

Diz-se acertadamente ser a guerra *uma luta entre duas vontades*; vencerá o que a tiver mais forte. Vemos nesta definição o reconhecimento da predominância dos fatores morais dentre as diversas forças que se conjugam para, em bem escolhidos pontos de aplicação, obterem a resultante procurada: a vitória final.

Tais forças, em última análise, podem ser classificadas em três grandes categorias:

- forças morais
- forças materiais
- forças imponderáveis

que somadas produzem aquela resultante

O estudo dessas três forças tornaria um tempo demasiado grande e todos nós estamos bem convencidos de seu valor. Por isto pretendemos deter-nos na consideração, ainda que sumária, das forças imponderáveis.

Se fôsse possível a avaliação exata daquelas forças, a guerra seria simples demais porque de início se saberia o vencedor e até nem ela se realizaria, como é lógico.

A única força possível de ser avaliada exatamente é a material, assim mesmo, teoricamente. As forças morais, por estranho que pareça, ainda podem ser estimadas com certo grau de probabilidade, porquanto elas resultam do nível de cultura, da inteligência, vontade, enfim das características personalísticas de um povo, que a História, a Geografia Humana e a Estatística nos podem mostrar com apreciável aproximação.

Restam, pois, as forças imponderáveis que, por definição, são, além de incalculáveis, imprevisíveis até.

Os acontecimentos ou fatos incluídos nessa característica (imponderáveis) surgem sem nenhuma previsão possível e de forma absolutamente inesperada. Muitas vezes são resultantes do ascendente imprevisível adquirido por um homem de gênio.

Outras, das reações da própria luta, pelos insuficientes resultados de certos meios e de certos homens. Essas reações têm causas antes indeterminadas ou imprevisíveis.

Em atenção à cultura e à inteligência dos oficiais que nos ouvem, nada mais seria preciso acrescentar para justificar a importância das forças imponderáveis.

Mas não se trata então de justificar, porém fazer desfilar em nossas mentes os diversos fatos ou acontecimentos considerados de categoria de imponderáveis, a fim de sobre eles meditarmos mais acuradamente. Isto certamente terá utilidade porque acautela nosso espírito de maneira a aumentar tanto quanto possível nossa capacidade de adaptação às mutações e contingências que aquelas forças impon-

deráveis nos trazem, embaraçando mais ou menos nossa ação.

Como afirmamos antes, por serem imponderáveis não nos é possível prevê-los e conseqüentemente prescrever a norma de como enfrentá-los. Contudo o seu estudo nos coloca em melhores condições de aceitá-los sem grandes choques mentais e, além disto, diminuir de muito as conseqüências das primeiras emoções que sempre causam as surpresas.

A História Militar nos fornece exemplos desses fatos inesperados que conseguiram desequilíbrios entre as forças em oposição, algumas vezes momentâneos, outras de efeitos profundos e decisivos.

Sem ir longe, nos recentes acontecimentos da chamada II Grande Guerra, os encontramos com aqueles dois graus de amplitude: curta e profunda.

Dentre os fatores imponderáveis cabe muito bem incluir no seu rol as chamadas surpresas táticas, as técnicas e as estratégicas.

Sendo inesperadas, causam profundos transtornos no adversário, que assim terá de modificar métodos e processos de ação, isto após sofrer as conseqüências daquelas surpresas, sempre mais ou menos desastrosas.

Na campanha da França em 1940 os aliados ocidentais sofreram tremenda surpresa estratégica com a ruptura da frente em Sedam. E ela em grande parte deveu o seu sucesso a outra surpresa, mas de natureza tática, que foi o emprêgo pelos alemães de poderosas forças blindadas e motorizadas numa Zona em que nunca supunham os franceses pudessem ser empregada. Aqui cabe uma observação: não se pode, friamente analisando as coisas, dizer se seria possível aos aliados darem adequada resposta a essa operação. Admitindo que nenhum outro fator moral tenha influído como o das traições, 5ª coluna, etc., talvez que pudesse ter sido aparado aquele golpe ainda em tempo de salvar os aliados, se considerássemos os homens como autômatos, isto é, destituídos de alma. Eis aí, em última análise,

o ponto de aplicação adequado, de que se utilizaram os germânicos: o moral.

Este foi abalado em todo o conjunto das forças armadas aliadas, desde o último soldado até o mais elevado escalão de comando. Todos sentiram entorpecerem-se as forças físicas e mentais. Em todos eles o raciocínio e a vontade, sentiram o duro choque, após o qual nem aquele teve clareza nem esta o vigor necessário para reagir.

No terreno da técnica é sabido o efeito prodigioso levado ao adversário com o aparecimento de novos engenhos e armas. O uso exagerado das armadilhas, causou surpresas, no início, criando um ambiente tal de insegurança que as tropas se ressentiram do moral que as devia conduzir à frente, com isto retardando as operações. Por outro lado as contra-medidas que até certo momento conseguiram ser mantidas em segredo também abateram o moral dos defensores, no caso das minas e armadilhas, que nestes engenhos confiaram e viram seus efeitos frustrados pelo adversário com os correspondentes detetores.

Aqueles, entretanto, os alemães, logo responderam com minas de madeira ou outro material sobre o qual os detetores não tinham efeito; e assim uma infinidade de novos engenhos como o radar, a bomba atômica, etc. conseguiram abalar o moral do adversário pela surpresa inicial causada, transtornando seus planos e ações.

Além dessas transformações decorrentes da ininterrupta variação de técnicas e táticas, há ainda a considerar a fisionomia dos acontecimentos, sempre nova para os combatentes que dela antes faziam uma idéia. Principalmente no início de uma campanha, em que aqueles acontecimentos tomam sempre um desenvolvimento diferente daquele que se havia previsto, os fatos novos, resultantes das reações do adversário impõem desde logo u'a marcha inesperada.

Chegamos a um ponto em que é preciso nos recordarmos do que vale a preparação para a guerra.

Realmente, se os fatos se passam como foi dito, se as coisas não são como se espera, **nem por isto nos** devemos acomodar, aguardando os acontecimentos para, diante deles, deliberarmos sobre o nosso comportamento.

Numa guerra, pode-se afirmar que tudo gira em torno da maior ou menor capacidade de adaptação às contingências geradas por esse fenômeno já de si oposto à ordem natural das coisas, uma vez que a natureza humana é essencialmente construtiva pela própria razão de ser da vida. Agir pois num ambiente em que prevalecem as ações destrutivas constitui ingente tarefa para esses entes, dotados daquela força centrípeta que se opõe à própria desagregação do ser: o apego à existência.

Então, a referida capacidade de adaptação está na razão direta da preparação feita desde os tempos de paz e abrangendo o moral e o material em todos os seus múltiplos aspectos.

Eis porque hoje aqui nos reunimos. Estamos procurando estudar os assuntos de nossa profissão concorrendo com alguma parcela de aperfeiçoamento de nossas condições pessoais, para atingirmos um dia D com a capacidade máxima possível daquela adaptação e, assim, aptos a exercer nossas atribuições dando do melhor de nossa inteligência e energia para o fim comum que é vencer.

Prossigamos agora com a análise de outros imponderáveis, mas agora constituídos de certas circunstâncias não mais pertencentes ao conjunto de ações e atitudes atribuíveis ao inimigo.

O próprio terreno da ação nos pode causar surpresas quando o conhecemos mal e nos supomos senhores de seus segredos.

Tal é o caso da ignorância de seu revestimento vegetal, sua natureza geológica, do valor exato de seus obstáculos, das facilidades ou dificuldades de suas vias de comunicação, de seu relevo, etc.

Por estranho que pareça, os nossos próprios meios (engenhos e petrechos) e os nossos processos po-

dem trair-nos na hora crítica de seu emprêgo. Como exemplo de grande evidência está a capacidade de tráfego de nossas EF, de nossas Rodovias, dos meios de transportes civis, etc.

Esta última observação muito se aplica a certos países.

Dadas as condições sempre precárias de recursos e mesmo a mentalidade pacifista generalizada nas democracias, o problema da defesa nacional, um tanto descurado pelos órgãos responsáveis do poder público civil, acarreta esta situação de quase completa carência de providências materiais, para a satisfação de necessidades mínimas e até mesmo de previsão. Parece até que há um certo descrédito na necessidade de se estar prontos para uma eventualidade, por não se crer nesta última.

Uma das maiores conseqüências de tudo isto é a preparação imperfeita das forças armadas, tornando-se a instrução mais tendente à teoria. Pois quase sempre, infalivelmente, em exercícios e manobras chega-se àquela célebre frase: "Assim seria no caso real".

Difficilmente uma Unidade pode realizar exercícios com todos os meios. Não se creia que pretendemos que elas se exercitem com o efetivo de guerra. Não. Estamos nos referindo aos efetivos de paz, porém, o que seria útil era o emprêgo de uma estrutura básica da Unidade, completa, com todos os órgãos que vão agir na guerra, embora na paz com a sua extensão (efetivo) reduzida ao essencial.

Vejamos agora o que pode suceder ao nosso espírito no momento em que estivermos enfrentando a realidade de uma guerra, e façamos o raciocínio em torno de nossa grande Unidade. Abordando esse problema, logo nos assalta uma preocupação: como consiliar o cumprimento da missão que lhe pode ser atribuída, em face dos conhecimentos que nos trouxe a doutrina que estudamos, sobre o valor combativo de uma divisão de cavalaria, ofensiva e defensivamente, ante a tremenda dificuldade de re-

completar os meios atuais disponíveis em curto prazo, numa zona de ação de tamanha amplitude? O próprio dispositivo atual da D.C. (que nos habituamos a considerar nas escolas militares um conjunto), fatalmente no dia D, nos conduzirá a estranhar a nova e inevitável maneira de a empregar, fracionada em núcleos mais ou menos dispersos e quase autônomos, mesmo que as comunicações possam ser asseguradas.

Atentos às atuais condições em que uma campanha se inicia, de surpresa, vistamos a pele de um comandante de unidade ou de guarnição, imbuído do espírito da arma, integrado na comunhão de sua grande unidade a que se prende pelos laços de comando, de disciplina e de camaradagem.

Como nos sentiríamos nesse dia D quando tudo teríamos que resolver por nós próprios, premidos pelo inimigo e assaltado o nosso espírito por esta surpresa da autonomia, amargurados pela demora ou ausência de ordens, providências ou instruções sobre que antes assentamos nosso modo de agir?

Eis, senhores oficiais, um importante fator imponderável. Ele vai se fazer sentir fatalmente, não só nesses comandantes e toda sua Unidade ou guarnição, mas também em nós próprios deste E.M. se não nos acautelarmos mantendo nosso espírito prevenido, assim diminuindo os efeitos do choque da realidade. Por estranho que pareça conquanto estejamos prevendo esse fato, ele ainda continua a figurar nos fatores imponderáveis porque não podemos avaliar a exata medida em que influirá na conduta daqueles sobre os quais incidir.

Terminando, queremos que os nossos oficiais se compenetrem da importância destes estudos atinentes aos fenômenos psicológicos, e que tenham em mente que a metódica preparação em tempo de paz, vale dizer a instrução, nos capacitará melhor para as contínuas adaptações de ambiente a que nos veremos forçados em tempo de guerra.

NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA FÍSICA E PSÍQUICA AO CONVALESCENTE

Tel.-Cel. JAYR JORDÃO RAMOS



ARA o soldado convallescente de um ferimento ou inativo por causa de prolongada doença, na obtenção de uma restauração rápida e eficaz, torna-se necessário

associar aos exercícios de recondicionamento físico as práticas benéficas do recondicionamento educacional, da terapêutica ocupacional e do serviço especial.

O *Recondicionamento Físico* visa manter e restaurar a eficiência física e psíquica do soldado, durante a sua convalescença, através de sua participação em atividades físicas progressivamente graduadas. A sua parte principal será constituída pelas diferentes modalidades de trabalho físico, convenientemente adaptadas, tendo por fim restituir ao convallescente a condição física geral. Por conseguinte, o seu programa de trabalho incluirá ginástica, corridas, jogos, atletismo e atividades especiais no ginásio. A outra parte será constituída por exercícios médicos, executados com ou sem aparelhos especiais, visando promover a recuperação dos tecidos feridos ou doentes que estiveram imobilizados para tratamento e restaurar o funcionamento dos músculos atrofiados. Além disso, o trabalho físico exercerá importante papel no reajustamento psicológico e social do soldado, dando-lhe oportunidade para adquirir personalidade e livrar-se de suas emoções, conflitos psicológicos, recalques e complexos de inferioridade. As atividades físicas,

principalmente os jogos e desportos, produzem nos participantes uma certa euforia, traduzida por uma sensação de bem-estar físico e de relaxamento das tensões físicas e nervosas, fazendo-lhe adquirir um elevado sentimento de seu valor e de suas possibilidades, restaurando assim a confiança em si.

O *Recondicionamento Educacional* é o processo pelo qual a eficiência psicológica do soldado convallescente é mantida, modificada ou restaurada, através de atividades educacionais, orientadoras e informativas. O trabalho de excitação, estímulo e atuação exercida sobre o seu espírito, criará nele uma atitude mental que facilitará a recuperação da sua saúde e de suas atividades normais. O trato dos seus problemas pessoais e de ajustamento, a apresentação e discussão dos assuntos palpantes do momento, os conselhos e classificações vocacionais e a preparação, se fôr o caso, de novas atividades de acordo com os seus interesses, necessidades e capacidades constituirão, em resumo, as práticas benéficas do recondicionamento educacional.

A *Terapêutica Ocupacional* constitui outra forma de recondicionamento de largo emprego na medicina moderna. Nela, por meio de atividades mentais e físicas, inteligentemente orientadas, o convallescente esquecido de suas tensões é levado ao restabelecimento. Pode ser empregada para restaurar certas partes afetadas do sistema muscular e articular, para controlar

qualquer distúrbio nervoso ou mental, para treinar os mutilados em certas funções, para reeducar algumas habilidades perdidas e, quando indicadas, para afastar do convalescente as suas preocupações pessoais e ansiedades. Diga-se de passagem, que o maior valor da terapêutica ocupacional reside na motivação que acompanha a sua prática, expressa pela realização do simples ofício de cada paciente até trabalhos mais complexos de carpintaria, metalurgia, pintura, etc.

O *Serviço Especial* cuida do bem-estar do convalescente, por meio de atividades agradáveis, procurando mantê-lo em uma atitude mental sadia e recuperadora. As atividades desportivas, o excursionismo ligeiro, os jogos de salão, a música, os "shows", a leitura, o cinema, o teatro, os trabalhos manuais, já citados na terapêutica ocupacional, a fotografia, os trabalhos de encadernação e a pintura constituem, entre muitos outros, uma gama de afazeres adequados e especialmente indicados.

De acôrdo com as idéias assentadas sobre o assunto e ventiladas no último número desta Revista, cabe ao médico especializado em educação física, chefe da equipe do

recondicionamento do Hospital, integrar tôdas as formas do recondicionamento físico e educacional, da terapêutica ocupacional e das atividades do serviço especial. Cada forma de recondicionamento constitui um contingente precioso no programa estabelecido, tendo em vista prestar a cada convalescente a mais perfeita assistência.

Mas, para que as idéias acima se tornem realidade, necessário se torna que o Serviço de Saúde, além da previsão do pessoal adequado aos trabalhos citados, procure dotar os nossos Hospitais do material e onstalações imprescindíveis. Estádios ou locais para a prática atlético-desportiva, ginásios ou galpões cobertos, material móvel para a prática da ginástica e dos desportos, equipamentos para exercícios especiais e ortopédicos, pequenas oficinas para trabalhos manuais, bibliotecas recreativas e educacionais, palcos, salões de música, cinemas, câmaras escuras e muitas outras iniciativas materiais estão se impondo no moderno equipamento dos nossos Hospitais, tendo em vista a manutenção, nas melhores condições, do potencial humano militar e a exploração de uma nova terapêutica assentada na alegria e no movimento.

MUNDO DAS LOUÇAS

Cristais — Porcelanas — Louças — Talhères

Rua Ramalho Ortigão, 32

Rua Uruguiana, 35

Avenida Marechal Floriano, 112

Avenida N. S. Copacabana, 619-A

Rua Arquias Cordeiro, 294, Meier

Rua Cardoso de Moraes, 11 — Bonsucesso

(N. 7)

A AVIAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COMO ELEMENTO DE DISSUAÇÃO

Pelo General HOYT S. VANDENBERG

Comandante da Aviação norte-americana. Publicação de The Quartermaster Review. Extraído de "Ejército".

Tradução e adaptação dos Ten.-Cel. CÉSAR NEVES e Maj. HERACLIDES DE ARAÚJO NELSON.



DILEMA em que se encontram os Estados Unidos foi enunciado da seguinte maneira: de uma parte se constituímos forças próprias e aliadas insuficientes, convidamos a que a insaciável onda comunista inunde o mundo livre; porém, se, pelo contrário, gastamos demasiadamente durante muito tempo acumulando força militar, vamos nos expor à derrota pelo desmoronamento econômico.

Para começar, considerarei igualmente sérios ambos perigos. Porém, rogo aos leitores que ao meditare sobre o tema avaliem se verdadeiramente ambos riscos são iguais. Repassada em vossa memória as experiências humanas que chamamos a História; podemos todos, provavelmente, citar uma dúzia de nações que, por descuidar seus preparativos militares, tem sido presa dos seus conquistadores. Por minha parte, hei procurado em vão recordar uma só que tenha perecido por armar-se excessivamente. É possível que esta última contingência seja possível; porém opino que a América do Norte, o país que neste momento domina o Mundo, em questão de recursos econômicos, numa medida sem precedentes na História, é a nação menos exposta a este perigo.

Não quero de modo algum dar a impressão de que devamos gastar às tontas e às cegas em armamento. Pelo contrário, a preservação de uma economia nacional vigorosa e frutífera, e a do nível de vida mais elevado que seja possível para o povo norte-americano, exigem que as inversões em armamento se restrinjam ao indispensável para manter a segurança nacional. Ninguem, e muito menos um militar, se oporá a este princípio.

Porém, tal afirmação tem um pequeno defeito, o fato de que a ameaça dinâmica e não estática passa por alto o fator tempo, que é a incógnita da equação. A menos que aumentemos as nossas forças mais rapidamente do que aumenta a ameaça que temos em vista, nossos sacrifícios, por maiores que sejam, tornar-se-ão estéreis. O tempo trabalhará contra nós e não a nosso favor!

Tal como eu vejo o problema, nosso dilema não é escolher entre o desastre militar ou a ruína econômica, é melhor que tenhamos que escolher entre um acúmulo prolongado e monótono de armamentos e um esforço decidido para lograr no mais curto prazo possível um nível de força militar que, estando dentro de nossa capacidade econômica, nos permita manter a segurança nacional ou, em outras

palavras um nível de força que constitua um instrumento eficiente para a nossa diplomacia.

O exemplo pode parecer um tanto simplista, porém os Estados Unidos encontram-se atualmente na mesma situação de um viajante que se prepara para sair em viagem. A tentativa de carregar tudo quanto possa necessitar é grande; porém o viajante experimentado sabe que somente pode levar até um determinado peso, e por isso somente põe na mala as coisas essenciais e que somadas não excedam o limite do peso. Além do mais ele sabe que tem que decidir rapidamente porque senão se arrisca a perder o vapor.

Uma coisa muito parecida se passa em nosso país com relação ao armamento. A nossa viagem pode ser longa e penosa, e nos interessa apenas escolher as coisas essenciais que nos sustentarão e que nós poderemos sustentar, tanto tempo quanto for necessário.

Creio que nesta questão deveríamos ter como guia o seguinte princípio básico: o plano militar nacional deve prover a constituição exclusivamente daquelas forças que, em primeiro lugar, exercerão a maior influência possível para dissuadir a União Soviética e aos seus satélites de qualquer propósito agressivo que possam ter e que, em segundo, assegurarão a nossa sobrevivência no caso de sermos atacados. Em suma, devemos ter uma força dissociativa e de sobrevivência.

Este princípio básico tem alguns corolários. O primeiro é que não podemos constituir unidades e armazenar armas pela única razão de que possam chegar a ser-nos necessárias; devemos reunir apenas as que forem essenciais.

O segundo é que não estoquemos armas não essenciais com a mera intenção de igualar as dotações bélicas dos três Exércitos.

Se pretendessemos equilibrar as forças destes três entre si, em lugar de apropriá-las às tarefas que temos pela frente, o único resultado possível seria um aumento

desnecessário do Orçamento da Defesa, o que, além de prejudicar a economia nacional, não nos daria a força militar que a nossa posição no mundo exige.

A importância de termos observado estes princípios aparece não somente nas desmedidas proporções da constituição de forças que acabamos de empreender, como também pela possibilidade de que tenhamos que manter um nível de forças considerável durante um longo período de tempo.

Nós, os norte-americanos, estamos acostumados a nos rearmarmos em grande escala somente quando nós somos compelidos a sustentar uma guerra também em grande escala. Habituaados a considerar uma mobilização como um curto período de atividade intensa (para não dizer dissipadora), obtida a vitória, procedemos a uma desmobilização igualmente precipitada. Porém, enquanto tivermos que tratar com a União Soviética, não podemos continuar com este método: o Kremlin é paciente e sabe aproveitar as oportunidades: quando se sente em situação desvantajosa, retrai-se para apresentar-se de novo, quando julga haver passado o perigo; espera ter mais resistência do que nós. Por isto devemos entrar nesta pugna fatídica, neste forcejar entre a paz e a ameaça de uma guerra geral, com a determinação de não esmorecer diante da pressão de não sermos afastados da tarefa imediata por inconvenientes passageiros, medindo com sobriedade os nossos recursos e concentrando-nos nas coisas realmente importantes.

Até este momento tenho estado falando de generalidades, expondo os princípios que eu creio devamos seguir. Agora queria assinalar como têm sido aplicados estes princípios no programa atual de desenvolvimento da Aviação.

Como já sabeis a Comissão de Chefes dos Estados-Maiores e o Ministro da Defesa têm recomendado que as forças de Aviação sejam aumentadas para 126 Brigadas Aéreas de Combate e mais 17 Regimentos de Transporte.

Este programa é o resultado de um exame amplo e sincero das realidades da luta mundial contra o comunismo e de uma análise dos nossos pontos fortes e fracos, assim como dos nosso inimigo potencial. Foram estabelecidas as missões estratégicas, e os nossos Chefes militares manifestaram os seus juízos ponderados sobre a maneira pela qual poderiam levar a cabo estas missões do modo mais eficaz. Depois foram fixadas as forças para executá-las.

Esta constituição de forças aéreas não proporciona ao país os efetivos totais para uma guerra geral. Mas contudo as que constituem devem ser consideradas como um elemento de dissuação e de alerta, isto é, forças bastante poderosas que inclusive um provável agressor se retraia ante o provável custo da sua agressão, ou que se não bastarem para dissuadi-lo, sejam capazes de iniciar instantânea e eficazmente uma guerra de sobrevivência.

Examinemos agora, em primeiro lugar, o aumento de meios materiais que se acha em vias de realização, e depois, a missão estratégica que foi atribuída a estas forças.

Analisar os altos e baixos da nossa Aviação desde a terminação da 2ª Grande Guerra Mundial seria demasiado penoso. Em um dado momento chegamos a ter nada mais do que 32 Brigadas, e dessas, somente algumas em condições de combater. Porém uma série de acontecimentos, e sobretudo a agressão dos comunistas chineses na Coreia, convenceram o país da realidade da hostilidade Soviética, pelo que, em janeiro de 1951, a nossa Aviação foi autorizada a elevar a sua força até 95 Brigadas, das quais 80 deveriam ser de combate.

Este programa nunca foi considerado como outra coisa a não ser uma transição a partir da qual poderíamos passar para uma força maior, se a situação internacional tornasse necessária. Inicialmente esperava-se que teríamos as 95 Brigadas para junho de 1952, sem dúvida, devido ao prolongado período

de gestação que, requer a produção do material aéreo, poz-se em evidência que inclusive, em meados de 1952, uma boa parte das 95 Brigadas continuaria equipada com material da 2ª Grande Guerra Mundial.

No verão de 1951, quando faltava ainda um ano para que transcorresse o prazo previsto, surgiu a necessidade de um novo aumento da força militar do nosso país. A Comissão de Chefes dos Estados-Maiores que acompanha cuidadosamente a situação internacional, opinou que é na Aviação onde existe um desnível maior entre as forças autorizadas e as que são necessárias. Em consequência, foi determinado aumentar de 50 por cento o Programa das 95 Brigadas Aéreas.

Não me resta a menor dúvida de que o novo aumento está bem. Se for suficiente ou não o demonstrarão os acontecimentos futuros. Devemos atualizar os nosso planos em face das realidades que surgem a cada dia e mantê-los flexíveis, sempre levando-se em conta os anos que se precisam para os progressos aeronáuticos. É significativo, sem dúvida, que os níveis de força dos três Exércitos determinados pela Comissão de Chefes dos Estados-Maiores baseiam-se no reconhecimento das mudanças ocorridas na estrutura mundial do poderio militar e na determinação das tarefas militares específicas classificadas por ordem de urgência e de importância. Em outras palavras, o termo "forças equilibradas" adquire agora o seu verdadeiro significado.

As mudanças na estrutura mundial do poderio militar têm sido originadas pela realidade geográfica da União Soviética. Esta, junto com os seu satélites europeus e asiáticos ocupa uma enorme massa terrestre continental. Como que só depende de suas comunicações internas e apenas tem uma linha costeira exposta relativamente pequena, as forças navais de superfície não podem atuar contra ela em grande escala, e a sua enorme extensão territorial e inesgotáveis recursos debográficos fazem tam-

bém com que as forças terrestres clássicas tão pouco ofereçam probabilidade de influir decisivamente contra ela. É óbvio que a União Soviética é, antes de tudo, vulnerável à ação das forças aéreas de terra e de mar.

O mesmo acontece com os Estados Unidos, porém, devemos levar em conta que além disso temos um ponto muito sensível nas nossas linhas de comunicações marítimas, muito expostas à ação dos submarinos e campos de minas soviéticos. Os progressos soviéticos na arma atômica e nos meios de seu lançamento constituem também um perigo cada dia mais sério.

Esses são os principais fatores na situação estratégica mundial. Quais são as tarefas militares nacionais que correspondem à nossa Aviação?

A mais importante delas é a defesa do nosso território continental. Tanto no nosso próprio interesse como no caráter já reconhecido de líderes do mundo livre e de seu arsenal, exigem que esta tarefa se anteceda às demais. Ligada inseparavelmente a ela, sob o ponto de vista dos nossos interesses mais elevados e das nossas responsabilidades ante o mundo, esta nossa participação na defesa da grande Comunidade dos países ocidentais (NATO).

No estado atual da arte de defesa aérea, inclusive o sistema mais eficiente de interceptação radar e a defesa antiaérea não pode garantir-nos a imunidade contra um decidido ataque aéreo inimigo em força.

A única defesa segura contra o ataque aéreo é um contra ataque de represália que extirpe a ameaça na sua origem. Por isso, aquela é a nossa primeira e primordial tarefa.

A nossa Aviação tem se capacitado sempre da grave responsabilidade que esta tarefa pesa sobre ela. Inclusive durante os anos em que os recursos disponíveis para a Defesa eram muito menores que atualmente, manteve-se firme no princípio de que o elemento primordial da sua potência ofensiva

(as forças de bombardeio estratégico) não devia se descuidar nem chegar a um nível tão baixo que não permitisse a ampla exploração do maior recurso militar norte-americano: as nossas reservas de armas atômicas.

Este foi o seu ponto de vista inclusive antes de que a União Soviética fizesse deflagar a sua primeira bomba atômica. Porém, o posterior aumento das forças estratégicas atômicas russas teria tornado imensamente maior e mais complicada a tarefa da nossa própria aviação estratégica: enquanto que anteriormente o seu trabalho consistia em paralisar os centros de produção inimigos, ao surgir a aviação estratégica soviética e a bomba atômica russa, tem sido aumentada aquela (no caso de sermos atacados) com a missão de localizar e destruir o principal elemento de agressão inimiga contra a nossa metrópole. Ao mesmo tempo o sistema de interceptação radar e a defesa antiaérea dos Estados Unidos, que até muito recentemente era meramente simbólica, converteu-se numa pesada obrigação para a nossa Aviação.

Em resumo, a defesa aérea direta dos Estados Unidos exige a técnica de "parada e estocada". É evidente que esta dupla função somente pode ser realizadas por forças em presença e prontas para o combate a partir do primeiro instante das hostilidades.

Por conseguinte, uma parte muito importante do acréscimo autorizado será destinado ao Comando Aéreo da Defesa e ao Comando Aéreo Estratégico.

Voltemos agora à Europa. Todos nós sabemos o que os nossos compromissos com a NATO exigem dos Estados Unidos. As grandes nações européias, abaladas e esgotadas pelas convulsões de duas guerras mundiais, perderam, no momento, a capacidade de se defenderem se não forem ajudadas.

Hoje nos defrontamos com a triste realidade de que, inclusive nas circunstâncias as mais favoráveis, as forças terrestres máximas que os nossos aliados possam mobilizar

e manter são amplamente superadas pela União Soviética e seus satélites.

Qualquer apreciação realista da tarefa militar da NATO deve reconhecer dois fatores críticos:

1º. Assim na Segunda Grande Guerra Mundial o emprego de nossas forças terrestres pôde ser adiado até que se decidiu a batalha pela supremacia aérea; agora é diferente: já temos as nossas forças terrestres na Europa; se sobrevier a guerra, as batalhas terrestres e aéreas serão travadas simultaneamente.

2º. A superioridade numérica das forças terrestres soviéticas será acompanhada da superioridade das suas forças aéreas. Neste ponto, devo de passagem assinalar que as unidades de Aviação norte-americanas diretamente atribuídas às forças da NATO representam apenas uma parte da força total prevista, a qual, sem dúvida, não nos dará nem sequer a igualdade com as forças aéreas táticas que os vermelhos podem lançar em combate.

Isto poderia parecer uma perspectiva sombria, se o domínio do ar repousasse inteiramente nas forças aéreas táticas. Por certo a guerra já nos tem ensinado que a vitória aérea se consegue finalmente por meio da destruição dos elementos essenciais da aviação inimiga, como por exemplo, o carburante. Chegados a este ponto entra novamente em jogo o nosso Comando Aéreo-Estratégico, pois possui o alcance e o poder ofensivo suficientes para "encarregar-se" da origem da potência aérea soviética. Devemos, pois, confiar em nossa arma estratégica atômica para compensar a nossa debilidade fundamental inerente à situação geográfica da NATO frente à Rússia.

Isto não quer dizer que os bombardeios estratégicos atômicos constituam a solução completa e imediata do problema concreto de defender uma determinada linha terrestre na Europa Ocidental. A prudência exige que providenciemos antecipadamente, o melhor que for possível, o remédio para fazer

frente a uma súbita e danosa interrupção de forças terrestres e aéreas comunistas contra o nosso sistema elástico de defesas. Posso dizer a este respeito, que a proposta expansão da nossa Aviação até as 126 Brigadas Aéreas de Combate quase duplicará o número das Brigadas do nosso Comando Aéreo Tático. Além do mais o novíssimo equipamento das novas Brigadas Aéreas Táticas aumentará muitíssimo a sua eficácia.

Tenho me ocupado minuciosamente do problema da defesa europeia, principalmente porque durante quase quatro decênios tem sido o que tem exigido a maior parte dos nossos recursos militares e econômicos. Porém, ao mesmo tempo as nossas pesadas e crescentes responsabilidades na Europa não devem fazer-nos descuidar os outros acontecimentos que têm lugar em outras partes do mundo, especialmente no Extremo Oriente.

Porque já há alguns anos estamos engajados numa luta sangrenta na Coreia, isto é nos antipodas da Europa Ocidental. Quero assinalar, em relação à importância desta guerra, que, embora ela tenha sido descrita como uma guerra "limitada" e "provavelmente pequena", foi suficientemente importante para levar àquela zona uma parte considerável das Unidades de combate da nossa Aviação. A manutenção desta guerra afetou as reservas de que dispomos quase até o limite e atrasou o calendário para a ordenada expansão do conjunto da nossa Aviação.

A Coreia oferece-nos uma lição objetiva do que custa sustentar uma linha. Ali a nossa superioridade aérea e naval tem compensado em grande parte a nossa inferioridade numérica em forças terrestres. Porém, a Coreia, sem dúvida não deve ser considerada como um "Campo de Provas" que indique fielmente o grau de influência da aviação na luta terrestre, e isto pelas limitações que em relação à ação aérea tem aceitado ambos os contendores. Contudo o rápido envio por parte da União Soviética de grandes forças aéreas àquele Teatro de

e manter são amplamente superadas pela União Soviética e seus satélites.

Qualquer apreciação realista da tarefa militar da NATO deve reconhecer dois fatores críticos:

1º. Assim na Segunda Grande Guerra Mundial o emprego de nossas forças terrestres pôde ser adiado até que se decidiu a batalha pela supremacia aérea; agora é diferente: já temos as nossas forças terrestres na Europa; se sobrevier a guerra, as batalhas terrestres e aéreas serão travadas simultaneamente.

2º. A superioridade numérica das forças terrestres soviéticas será acompanhada da superioridade das suas forças aéreas. Neste ponto, devo de passagem assinalar que as unidades de Aviação norte-americanas diretamente atribuídas às forças da NATO representam apenas uma parte da força total prevista, a qual, sem dúvida, não nos dará nem sequer a igualdade com as forças aéreas táticas que os vermelhos podem lançar em combate.

Isto poderia parecer uma perspectiva sombria, se o domínio do ar repousasse inteiramente nas forças aéreas táticas. Por certo a guerra já nos tem ensinado que a vitória aérea se consegue finalmente por meio da destruição dos elementos essenciais da aviação inimiga, como por exemplo, o carburante. Chegados a este ponto entra novamente em jogo o nosso Comando Aéreo-Estratégico, pois possui o alcance e o poder ofensivo suficientes para "encarregar-se" da origem da potência aérea soviética. Devemos, pois, confiar em nossa arma estratégica atômica para compensar a nossa debilidade fundamental inerente à situação geográfica da NATO frente à Rússia.

Isto não quer dizer que os bombardeios estratégicos atômicos constituam a solução completa e imediata do problema concreto de defender uma determinada linha terrestre na Europa Ocidental. A prudência exige que providenciemos antecipadamente, o melhor que for possível, o remédio para fazer

frente a uma súbita e danosa interrupção de forças terrestres e aéreas comunistas contra o nosso sistema elástico de defesas. Posso dizer a este respeito, que a proposta expansão da nossa Aviação até as 126 Brigadas Aéreas de Combate quase duplicará o número das Brigadas do nosso Comando Aéreo Tático. Além do mais o novíssimo equipamento das novas Brigadas Aéreas Táticas aumentará muitíssimo a sua eficácia.

Tenho me ocupado minuciosamente do problema da defesa europeia, principalmente porque durante quase quatro decênios tem sido o que tem exigido a maior parte dos nossos recursos militares e econômicos. Porém, ao mesmo tempo as nossas pesadas e crescentes responsabilidades na Europa não devem fazer-nos descuidar os outros acontecimentos que têm lugar em outras partes do mundo, especialmente no Extremo Oriente.

Porque já há alguns anos estamos engajados numa luta sangrenta na Coreia, isto é nos antípodas da Europa Ocidental. Quero assinalar, em relação à importância desta guerra, que, embora ela tenha sido descrita como uma guerra "limitada" e "provavelmente pequena", foi suficientemente importante para levar àquela zona uma parte considerável das Unidades de combate da nossa Aviação. A manutenção desta guerra afetou as reservas de que dispomos quase até o limite e atrasou o calendário para a ordenada expansão do conjunto da nossa Aviação.

A Coreia oferece-nos uma lição objetiva do que custa sustentar uma linha. Ali a nossa superioridade aérea e naval tem compensado em grande parte a nossa inferioridade numérica em forças terrestres. Porém, a Coreia, sem dúvida não deve ser considerada como um "Campo de Provas" que indique fielmente o grau de influência da aviação na luta terrestre, e isto pelas limitações que em relação à ação aérea tem aceitado ambos os contendores. Contudo o rápido envio por parte da União Soviética de grandes forças aéreas àquele Teatro de

Operações introduziu na situação um fator inquietante.

A agressão comunista parece haver adotado uma nova modalidade: a agressão a cargo dos satélites. A prudência aconselha que conservemos os nossos recursos militares principais para fazer frente ao período de uma guerra geral. Este envio de aviação russa à China e outros acontecimentos afins parecem sugerir que a União Soviética pode estar se preparando para uma série de "guerras limitadas" oportunistas (um forcejamento gradual a cargo dos satélites dotados de armas modernas) destinadas a desgastar os ocidentais.

Baseando-se na experiência da Coreia, parece evidente que nem o nosso país nem os nossos aliados têm possibilidades de adotar uma estratégia que exija um cinturão interminável de guarnições ao longo das fronteiras soviéticas.

Certamente, a expansão soviética deve, de algum modo, ser combatida. A única alternativa prática para o emprêgo fragmentário das nossas forças armadas militares é a constituição de um "depósito" central que possa atender rapidamente às zonas críticas ou que, se fôr necessário, permitir uma concentração de meios contra a União Soviética.

Sem aviação, o nosso problema estratégico, que é mundial será insolúvel. Felizmente, os progressos da aviação nos permitem resolvê-lo porque a nossa tem o raio de ação,

a flexibilidade e o poder de destruição precisos para levar a cabo os nossos planos estratégicos defensivos numa escala mundial. Admitido um sistema de bases adequado, pode ser transferida rapidamente de uma para outra parte do mundo e, com isto, servir aos interesses de uma estratégia que, tal como se apresentam as coisas, deve ser sempre muito flexível.

O gênio científico e industrial dos Estados Unidos tem contribuído decisivamente para a criação da força aérea e da energia atômica. Mesmo que outro país, num ousado intento de dominação mundial, procure arrebatá-los a dianteira nessas esferas, não deve desanimar-nos porque está em nossas mãos restaurar o equilíbrio de forças que é o primeiro requisito para se conseguir a paz mundial.

Embora já não monopolisemos as armas atômicas, conservamos ainda uma grande vantagem sob este aspecto e mesmo que nos seja disputada a supremacia no que concerne à aviação, a nossa experiência e os nossos conhecimentos no emprêgo das forças aéreas não têm rival. De minha parte, não vejo razão para que sejamos pessimistas; se verdadeiramente o desejamos, está perfeitamente dentro dos nossos meios reconquistar a nossa anterior supremacia aérea e retê-la. E não há processo melhor do que este para salvaguardar a paz mundial.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

A ESTRATÉGIA DOS ESTADOS UNIDOS

Por PIERRE FRÉDÉRIX. Da publicação francesa Le Monde. Tradução para a Revista "Ejército", Espanha, pelo Ten.-Cel DE SOTTO MONTES.

Tradução do espanhol para o português, "data vênica", do Major de Artilharia ZAIR DE FIGUEIREDO MOREIRA.

I — A BATALHA DA EUROPA E O APÓIO AÉREO

Quando os franceses e os demais habitantes da Europa Ocidental tratam de imaginar como haverá de desenrolar-se uma futura guerra, o que é quase inevitável, todos se voltam para os russos enfrentando-se com as forças da OTAN com meios quatro vezes superiores. "Do Elba ao Canal da Mancha em vinte e cinco dias". O citado canal asseguraria, por conseguinte, aos ingleses uma trégua que possivelmente poderia ser a sua salvação. Entretanto, a Europa Ocidental seria ocupada e ainda teriam que transcorrer dois ou três anos para que os norteamericanos pudessem intentar um desembarque libertador.

Tal imaginação possivelmente poderia ser certa se não se levasse em conta os efetivos e armamentos da SHAPE; porém, sem dúvida, resultará errônea desde o momento em que atentarmos para a maneira como se desenvolverá a batalha nas primeiras semanas, na Europa, com o possível estabelecimento ou prolongamento de outra operação soviética no Oriente Médio.

Os dirigentes norteamericanos consideram como coisa provável que a operação russa encarregada de dar sinal de emergência será uma espécie de "Pearl-Harbour atômico", dirigida contra o território dos Estados Unidos. Assim,

pois, os russos, em lugar de bombardear Paris, cidade que pensam ocupar, demonstrarão maior interesse em ferir seu adversário principal, em Washington, em Nova-York, em Oack-Ridge, em Detroit e em Hanfort. Por outro lado, sem dúvida, será certo que, qual quer que seja a natureza e a violência das primeiras operações soviéticas, depois de um prazo de tempo não superior a vinte e quatro horas, a aviação norteamericana voará em formação de guerra sobre o território da URSS.

O "Strategical Air Command" (SAC) dispõe atualmente de várias centenas de bombas atômicas duas ou três vezes mais potentes do que a de Hiroshima, e além disso conta com umas 40 bases, espalhadas pelo território americano e sobre o contorno do hemisfério Norte. O citado organismo aéreo não recebe suas ordens senão do Pentágono ou da Casa Branca; portanto, atualmente, para o Governo dos Estados Unidos, não existe obrigação alguma de consultar os Governos dos países aliados ou a organização do Pacto do Atlântico Norte para por em ação o seu SAC em um momento determinado.

No instante em que os russos atravessassem a atual linha de demarcação européia, poderia muito bem suceder — segundo disposições das previsões oficiais norteamericanas — que houvesse já um milhão de vítimas nos Estados

Unidos. Na noite seguinte, seria a URSS que inevitavelmente começaria a receber a ação das bombas atômicas norte-americanas, e tal bombardeio continuaria nas semanas seguintes. Conseqüentemente, além da batalha terrestre que empregarão as forças soviéticas e as da SHAPE, na sua secção europeia da OTAN, se desenvolveria outra no ar, conduzida pelo SAC contra as obras ativas do potencial bélico russo, levada a cabo com meios de destruição verdadeiramente formidáveis.

Tendo presente a superioridade dos armamentos atômicos dos Estados Unidos, seu SAC prevê uma total vitória sobre qualquer território atacado por ele, estimando-se que se pode conseguir o triunfo em poucas semanas e considerando-se igualmente que, ao transnornar os centros nevralgicos e vitais da URSS, tal ação influiria notavelmente no desenvolvimento da luta terrestre empreendida pelos russos contra as forças da SHAPE.

II — NOVO EMPRÊGO DA BOMBA ATÔMICA

Mas haveremos de perguntar: Se os norte-americanos possuem verdadeiramente um útil recurso capaz de destruir todos os centros vitais da URSS em um mês, por que continuar com o atual esforço militar que corre o risco de esgotar a Europa? A resposta será: uma vitória do SAC poderia debilitar profundamente a Rússia, porém não deteria à marcha de suas tropas de campanha, e assim, poderia ocorrer que se os Estados Unidos desmobilizassem prematuramente seu Exército, ainda que esmagasse a URSS com um lançamento maciço de 50.000 bombas atômicas, arriscariam-se ver ocupado seu território por 300.000 pára-que-distas soviéticos; daí o grande erro que seria subestimar as possibilidades das tropas do SHAPE e fundamentar qualquer reação de tipo bélico tão somente pelo ar, dada a loucura da suposição de imaginar-se por um instante que a destruição da URSS impediria as suas

fôrças de campanha de ocupar a Europa.

O rápido desenvolvimento das armas atômicas pode, portanto oferecer repercussões indiretas sobre a batalha da Europa, se por acaso fosse preciso libertá-la; porém, além disso, modifica muito diretamente suas condições eventuais. Verdadeiramente, tal modificação mais ou menos acentuada já começou, ainda que, todavia, não tenhamos exata conta disso.

Quando se estabeleceram as bases fundamentais do plano de defesa da Europa Ocidental, estas se basearam totalmente no emprêgo das armas clássicas, devido a que os Estados Unidos, na ocasião, não dispunham mais que um reduzido número de bombas atômicas, pelo que resultava pouco sedutora a idéia de utilizar tais meios sobre objetivos de enormes dimensões — grandes cidades, centros industriais, etc. — perfeitamente situados por sua distância da possível frente de combate. Depois, a medida que as disponibilidades norte-americanas em bombas atômicas foram aumentando rapidamente, o SAC estimou que já dispunha dos meios necessários para "atomizar" os objetivos que pudesse assinalar; assim, pois, a atual produção de urânio 235 e de plutônio possivelmente pode ser atribuída a outros usos distintos dos bombardeios estratégicos do referido SAC.

Com o aperfeiçoamento experimentado pelas bombas atômicas, estas se tornaram muito mais manejáveis; o modelo da bomba de 50 quilotons (o quiloton equivale a mil toneladas de explosivo ordinário) parece ser, pelo menos no momento, considerado como o limite útil dos bombardeios estratégicos do SAC, e tais bombas pesam duas vezes menos que a de 20 quilotons de Hiroshima. A fabricação, por conseguinte, tomou diversas orientações; assim pouco se ver que em 1951 os Estados Unidos experimentaram em Eniwetok uma bomba gigante de 120 quilotons e no mesmo ano iniciou-se a fabricação de pequenas bombas, "Baby bombs", de um número

reduzido de quilotons; daí, se atualmente ainda não se conseguiu reduzir o tamanho dos engenhos atômicos a ponto de transformá-los numa granada do tipo corrente, em troca, hoje em dia, ser possível carregar atômicamente um canhão ou obús de 280 milímetros. Ademais, das bombas atômicas estratégicas destinadas aos bombardeiros médios e pesado do SAC, os Estados Unidos dispõem de um pequeno tipo de alguns quilotons, denominadas táticas, as quais serão usadas por aviões caça-bombardeiros ligeiros.

Por tudo o que foi exposto, facilmente se pode deduzir que em uma possível batalha da Europa, não somente se desencadeariam bombardeios atômicos de tipo estratégico sobre a Rússia, mas que tal classe de engenhos seriam também empregados contra as retaguardas próximas do adversário e, portanto, atuariam como apoio direto das forças de operações do SHAPE. Este novo conceito de emprego da energia atômica ainda é pouco conhecido da opinião pública; porém ao técnico militar abre-se um excelente campo de possibilidades, tanto nos seus estudos estratégicos como nos que intervêm no campo da tática.

III — AS NOVAS BOMBAS ATÔMICAS TÁTICAS

O canhão atômico norte-americano de 280 mm apresenta as mesmas vantagens e inconvenientes da maioria das peças pesadas. Tal arma pode lançar seus projéteis com grande precisão a distância de uns 30 kms., sejam quais forem as condições atmosféricas e tanto de dia como de noite, coisa que não se pode obter com os aviões. Pois bem, durante as experiências realizadas com tais peças por ocasião de exercícios combinados, pôde-se comprovar que tais canhões não podem iniciar o fogo num prazo inferior a duas horas após haver recebido ordem para atuar; em troca, um caça-bombardeiro pode em poucos minutos pôr-se na vertical de

um objetivo situado a igual distância do canhão e lançar suas bombas. Consequentemente, e traçado o problema segundo o atual estado da técnica da artilharia atômica, esta não pode oferecer no momento mais do que um débil apoio às tropas que atuam numa batalha de movimento e de manobra. Coisa análoga poderia dizer-se sobre os engenhos teledirigidos lançados da terra contra objetivos também terrestres.

Disso resulta que, pelo menos agora, o principal apoio a ser recebido pelas forças de terra combatentes haverá de provir da aviação, e com mais exatidão, dos aviões norte-americanos, já que tal país é o único possuidor das bombas atômicas táticas no grupo ocidental e, ao que parece, não tem a menor intenção de colocar um só exemplar em mãos de seus aliados.

Que espécie de aviões serão os que deverão lançar as bombas atômicas táticas? Ao que parece, são os bombardeiros ligeiros e os caça-bombardeiros. Os primeiros se encontram enquadrados nas Divisões Aéreas da "Tactical Air Command" (TAC), organizadas nos Estados Unidos e transferidas para a Europa dentro do quadro do SHAPE e OTAN; os segundos, além de figurarem nas mencionadas Divisões Aéreas, também nas esquadrilhas de "Caça estratégica" da SAC.

Por outro lado, deve-se notar que a atual produção norte-americana de bombardeiros ligeiros de reação a jato se encontra menos avançada que a soviética; em compensação, a produção de caça-bombardeiros também de reação a jato (tipo F-84, Thunderjet) é nitidamente superior do lado americano. Além disso, um F-84 custa doze vezes menos que um bombardeiro médio do SAC, dezoito vezes menos que um bombardeiro pesado B-36 e mais de trinta vezes menos que um B-52.

Assim, pois, saindo de suas atuais bases na Grã-Bretanha, a aviação norte-americana pode cobrir todo o campo de batalha da Europa, incluída a Polônia, mediante a entrada em ação de seus caça-bombardeiros. O SAC e os Generais

Ridgway e Norstad disporão, por conseguinte, de meios adequados para apoiar as tropas terrestres da SHAPE.

De quantas bombas táticas dispõem os Estados Unidos? Segundo notícias de crédito, pode-se estimar que, independentemente das de grosso calibre, de tipo estratégico, destinadas ao SAC, a Norte América possivelmente dispõe de umas seis centenas de bombas táticas, as quais poderiam ser destinadas totalmente contra o Exército russo durante as primeiras seis semanas de guerra. Como naturalmente a fabricação haveria de continuar, considera-se previsível que a indústria nuclear americana teria possibilidades de facilitar à sua aviação umas duzentas bombas táticas por mês. Como se pode ver, sendo mais ou menos exatas estas cifras, a realidade é que a superioridade dos Estados Unidos sobre a Rússia em tal aspecto da questão parece assegurada por muito tempo.

Si a futura guerra iniciar-se numa manhã muito próxima, verosimilmente a Rússia não poderia distrair grande quantidade de bombas atômicas (possivelmente nenhuma) para outras missões diferentes das de tipo estratégico, enquanto os Estados Unidos, como se raciocinou anteriormente, pode, e com várias centenas.

IV — VÁRIAS CENTENAS DE HIROSHIMAS CONTRA OS RUSSOS QUE OPERAREM NA EUROPA

Para usos táticos, os 20 quilotons da bomba de Hiroshima — que destruiu edifícios de ladrilho em uma zona de 5 quilômetros de diâmetro e queimou homens nos mais amplos raios de ação — parece ser o limite máximo. Entre tal máximo e o mínimo adequado, que poderia estimar-se em uma fração de quiloton, as potências compreendidas entre os 5 e os 10 quilotons podem ser consideradas como um termo médio factível de utilização em múltiplas situações táticas. Na prática, o que pode significar isso? Simplesmente, que qualquer pequeno caça-bombardeiro a jato,

voando a uma velocidade de 950 km-hora, tanto de grande altura como em vôo baixo, pode lançar sobre um objetivo, em poucos segundos, o valor em potência destruidora de vários milhares de toneladas de explosivo corrente e ainda mais, que tal operação aniquiladora pode ser repetida sobre o campo de batalha europeu centenas de vezes no transcurso das vinte e quatro horas críticas que se seguirem ao ataque soviético.

Porém, quais são os objetivos da Europa que podem justificar tais Hiroshimas? Não seriam, em nenhum caso, as tropas entrincheiradas; nada se pensou até agora, nem é possível prever no momento, no emprêgo de bombas atômicas sobre as trincheiras da Coreia. As tropas que avançassem a descoberto em ordem dispersa tão pouco constituiriam objetivos adequados, já que, segundo precisou o General Bradley: "Um adversário que disperse seus homens com intervalos de cem metros poderá avançar contra a mais potente organização atômica do mundo, se não se opuser outros homens para detê-lo". Restam, não obstante, os nós de comunicações, os pontos de passagem obrigatória, os quartéis gerais, as bases aéreas da aviação de caça e de interdição, situadas por detrás da linha de batalha; as concentrações de reservas e demais lugares de reunião.

Quando os alemães irromperam pela frente de Sedan em 1940, suas cohortes blindadas cruzaram o Mosa por um só ponto e, utilizando deiros a grande estrada de Abbeville, avançaram com uma frente de dois ou três veículos sem preocuparem-se com o que ficava em seus flancos. Quando os russos atacaram em 1943, a partir do lago Ladoga, o avanço tomou as características de um movimento de enormes massas de infantaria, artilharia e carros sobre uma zona de muito poucos quilômetros de largura. Hoje em dia, u'a média de uma dúzia de bombas atômicas táticas faria tal movimento, senão impossível, de muita arriscada realização. Os russos, evidentemente,

não terão deixado de pensar sobre tal particularidade.

Desde então se apresentou um novo problema aos táticos do SHAPE, cujo planejamento fica reduzido em saber a forma ou a maneira de obrigar os russos a "concentrarem-se" (e não em impedir tal concentração). Pois bem, tudo o que se disse implica uma vez mais a necessidade, cada vez maior, de que a Europa Ocidental disponha de Divisões potentes e móveis capazes de manobrar o inimigo e evitar a sua dispersão.

V — O SEGRÊDO ATÔMICO DIFÍCULTA OS CÁLCULOS DA DEFESA DA EUROPA

Entre a concepção norteamericana de guerra internacional e a europeia de guerra continental, atualmente existe uma dissonância que não se refere somente a que, como coisa natural, cada um pense em proveito do seu próprio país; existe ainda um outro motivo. Os norteamericanos possuem a arma atômica; seus aliados, em troca, não dispõem dela, com exceção de algumas bombas inglesas de tipo experimental. Os Estados Unidos conhecem perfeitamente o rendimento da bomba atômica; seus aliados o conhecem muito imperfeitamente. Na Norte America existem Generais que, equivocada ou razoavelmente, estão convencidos de acharem-se em condições de neutralizar os bombardeiros estratégicos soviéticos, assim como de poderem destruir centros vitais da URSS num prazo de um mês. Na Europa, ao contrário, consideram-se estas perspectivas como um pesadelo longínquo sem relação com a defesa do Continente. Possivelmente os americanos pecam por "otimismo" e os europeus caem na falta de sinal contrário por desconhecerem as realidades militares, cujos segredos não foram revelados.

Tal estado de "espírito atômico" não só tem impregnado os Comandos militares dos Estados Unidos, como também as tropas. Desde princípios de 1951, que todas as manobras militares realizadas em

Nevada ou em outras zonas sempre têm combinado o emprêgo das armas atômicas com as até agora consideradas como clássicas; tais manobras deverão ser multiplicadas no ano de 1953. Disso resultou que, atualmente, várias centenas de milhares de soldados norteamericanos puderam ver o que nenhum soldado francês, italiano, belga, etc., haja visto, isto é, a utilização das bombas atômicas táticas e a explosão delas a alguns quilômetros delas. Observaram igualmente que puderam avançar sobre o terreno em que se realizou a explosão e, portanto, não precisam imaginar o que é necessário fazer em caso de guerra, já que conhecem e praticaram durante a paz. Em troca, nenhum soldado aliado o sabe e nem se lhe disse nunca.

Uma lei dos Estados Unidos proíbe a seus nacionais comunicar qualquer coisa referente ao "atomismo" a um cidadão não norteamericano, qualquer que seja a nação do referido indivíduo. Assim, pois, o próprio General Ridgway não tem o direito legal para explicar ao seu adjunto mais direto, o Marechal Montgomery, ou o Marechal Juin, Comandante das forças terrestres na Europa, o que poderia se passar com a Rússia em caso de guerra. As pequenas Hiroshimas a que teria de fazer frente durante o desenrolar das batalhas terrestres no Weser ou no Reno, etc. Em teoria, o Marechal Juin nem sequer tem o direito de conhecer o manual sobre o emprêgo das bombas atômicas que se distribui normalmente entre os soldados da infantaria dos Estados Unidos.

Vários chefes militares norteamericanos, começando pelos Generais Bradley e Collins, impugnaram tal situação, sendo duplo o motivo de seus protestos: primeiro, porque ao sobreestimar-se a importância da arma atômica, se corre o risco de que os europeus diminuam o esforço sobre as armas clássicas, que continuam sendo indispensáveis; segundo, porque se considera que todos os Chefes aliados que hajam de ter uma direta responsabilidade na condução da guerra na

Europa têm necessidade de conhecer exatamente com que possibilidades de tôdas as ordens poderão contar.

A opinião pública da Europa oscila atualmente entre a crença bastante ingênua da existência de "super-armas", capazes de varrer de um só golpe a superfície da terra, e a desconfiança sobre as possibilidades reais de tais bombas atômicas norteamericanas. Assim pois,

os planos que se estabelecem nos diversos organismos do SHAPE e na maior parte das capitais européias do Oêste se encontram viciados até certo ponto, devido o segredo mantido sobre um dos principais dados do problema bélico. Possivelmente, um melhor entendimento sobre o emprêgo da arma atômica serviria mais às nações associadas pelo Pacto do Atlântico Norte do que a atual ignorância existente.

ESPELHO FRIBURGUENSE LTDA.

Casa Fundada em 1924

QUADROS, VIDROS, ESPELHOS E MOLDURAS

Artigos religiosos, objetos de Escritório e Colegiais — Fazem-se quadros para todos os gostos. Colocam-se vidros a domicílio, com brevidade e preços módicos. Cartões Postais com vistas de Friburgo — Brinquedos, etc.

AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 60 — TEL.: 1399

NOVA FRIBURGO — ESTADO DO RIO

(N. 4)



FABRICA DE CALÇADOS "CORCOVADO" — INDÚSTRIA BRASILEIRA

DELFIN, MADEIRA & CIA. LTDA.

RUA ANTUNES MACIEL, 81 — TEL.: 28-3706

(N. 13)

OS ENSINAMENTOS DA GUERRA DA CORÉIA

Segundo o escritor militar francês CAMILLE ROUGERON

Do boletim "Pages de France"

Tradução do Major LUIZ FELIPPE SILVA WIEDEMANN, da Revista Espanhola "Ejército"



escritor militar francês Camille Rougeron, que já em 1939, publicou um livro profético "Les enseignements aériens de la guerre d'Espagne", acaba de publicar, por estes dias, uma obra muito substanciosa: "Les enseignements de la guerre de Corée". Pode-se pensar que seja prematuro escrever a história de uma guerra que não terminou e que reserva talvez, muitas surpresas. No entanto, no momento em que as nações ocidentais estão comprometidas num imenso esforço de rearmamento, é indispensável tratar, à luz destas recentes operações, de fixar certos pontos de doutrina e de deduzir, imediatamente, algumas lições essenciais.

Para Camille Rougeron, o que se torna necessário assinalar antes de tudo, é a proeminência da infantaria. "A primazia da infantaria, sobre todas as outras armas, firmou-se, diz, através toda a campanha da Coréia". O mundo norte-americano teve razão em recorrer, talvez pela primeira vez na história militar norte-americana, ao emprêgo dos "grandes Batalhões" como já havia preconizado Napoleão. Qualquer que tenha sido a importância das armas e dos materiais utilizados, a vitória foi constantemente, durante as operações do primeiro ano de guerra, do lado que soube assegurar-se da superioridade numérica. São as variações de efetivos que explicam o fluxo e o re-

fluxo renovados, dos Exércitos comunistas e aliados. A máquina blindada parece ser uma das últimas deste fracasso material. Sua impotência, ficou consagrada, de ambos os lados dos adversários.

O carro efetivamente tem, na atualidade, muito mais que durante o último conflito mundial, dois inimigos mortais: a aviação tática, que aumentou de maneira esmagadora o volume e a precisão do seu fogo e o material anti-carro da Infantaria, particularmente a "bazooka" dotada de projéteis com carga ôca. "A carga ôca — afirma Rougeron — é a arma contra carro por excelência, que matou a arma blindada". Esta não poderá mais sobreviver, senão se tornar rápida, invulnerável, invisível no campo de batalha e se renunciar aos mastodontes que atraem o tiro, adotando-se, em troca, as pequenas máquinas individuais de 500 ou 1.000 kg. A condenação é severa e despertará, indubitavelmente, muitos protestos. Mas, há outra arma que o autor condena ainda com mais energia, e esta é a Artilharia. "Diante das armas dispostas a suceder-lhe, a Artilharia acaba de demonstrar, simultaneamente, quanto é vulnerável, inútil e nociva. É vulnerável ao fogo da aviação adversa. Converteu-se em inútil, porque foi substituída, atualmente, pela Infantaria, que dispõe de lança foguetes e morteiros pesados, e pela aviação tática, que é, na realidade, uma verdadeira artilharia volante. Enfim, é nociva

porque contribui para tornar mais pesadas as colunas e porque faz com que as Unidades modernas percam a indispensável mobilidade. Sua salvação repousa na sua transformação em artilharia de acompanhamento, reduzindo sua potência e seu peso para aumentar sua mobilidade e sua flexibilidade (*).

No que se refere às forças aéreas, as operações na Coreia também podem proporcionar, ao observador atento, matéria para lições bem úteis. No domínio da aviação de caça de interceptação, os aparelhos de reação converteram-se nos donos do céu. Os aviões providos de hélices devem desaparecer diante deles. Ao mesmo tempo ocorre, o parecer de que os aparelhos à reação, de características semelhantes, tornam-se impotentes para lutar entre si. São tão rápidos, na atualidade, que o combate aéreo é quase impossível. Isto ficou demonstrado nos numerosos encontros entre as nuvens de Sabros e Mings, onde se enfrentavam sem grande dano. Como se comportam os caças a jato em frente aos bombardeiros pesados providos também de tubos reativos? Terão sobre eles alguma superioridade? Se a caça de interceptação demonstra ser incapaz de deter as vagas de bombardeiros inimigos, não terá que ser eliminada da relação das armas aéreas defensivas? Qual será, nestas condições, a sorte da Europa, aberta aos assaltos dos bombardeiros adversos?

Quanto à aviação tática podemos dizer que deu inapreciáveis serviços nos primeiros meses de operações na Coreia. Indiscutivelmente salvou as forças terrestres norte-americanas e sul-coreanas, detendo os carros comunistas e dificultando a marcha da infantaria inimiga. Mas, pouco a pouco, as sino-coreanos souberam adaptar sua tática à ameaça, em massa, na Coreia. Souberam diluir suas formações; evitaram os movimentos

diurnos; não atacaram senão à noite; deixaram à retaguarda os elementos pesados e armamentos prejudiciais; souberam se utilizar, com mão de mestre, de todos os elementos de camuflagem, e o mesmo fizeram com as fortificações de campanha. Pouco a pouco, o campo de batalha ficou vazio. Os efeitos destruidores das forças aéreas táticas aliadas diminuíram e ficaram reduzidos ao mínimo. Havia-se conseguido um certo ponto de "saturação".

No duelo singular entre o combatente terrestre e seu adversário aéreo parece que a Infantaria ganhou a partida, porque achou a tática conveniente.

Resta à aviação estratégica, destinada às ações longínquas na retaguarda inimiga. É a única — afirma Camille Rougeron — que deu na Coreia os resultados que se esperava. Realmente, não ganhou a guerra, como profetizavam seus partidários absolutos. Mas fazendo prática da tática de "terra arrasada", organizando metodicamente a destruição de locais habitados, dos meios de comunicação, dos estabelecimentos industriais e dos recursos agrícolas, o comando norte-americano obrigou as forças sino-coreanas a deixar de viver no país. E, ainda mais, obrigou o Comando inimigo a fazer vir o material e abastecimento da Manchúria e a prover, por si mesmo, o abastecimento da população civil. A aviação estratégica contribuiu, pois, enormemente para reduzir em extraordinárias proporções as possibilidades e os meios de luta dos exércitos comunistas.

Por isto, o Comando das Nações Unidas não renunciou, inclusive durante as negociações de armistício, ao emprêgo maciço dos bombardeiros. Conta com êste, atualmente, para conseguir vencer a vontade dos representantes sino-coreanos e obter assim que cesse o fogo.

(*) Estas afirmativas parecem pouco razoáveis e meditadas. Aconselhamos ao leitor o artigo do Tenente-Coronel alemão Karl de Bouche, referente à Artilharia, que publicamos neste mesmo número e nesta secção (Ejército).

GUERRA DE MOVIMENTO OU GUERRA DEFENSIVA !

Tenente-Coronel F.O. MIKSCHÉ
(Professor do Instituto de Altos Estudos Militares de Caxias, Portugal)

Traduzido (data vênia) da Revue de Défense Nationale, de agosto-setembro de 1953, pelo Major FERNANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA

Poucas coisas são mais difíceis que uma análise exata das lições de uma guerra. Uma batalha nunca se parece com outra ; cada combate se trava dentro de condições próprias e exatamente particulares. Os fatores materiais, geográficos e morais não sendo, nunca, iguais, não pode haver um modelo tático constante. Em 1940, os alemães possuíam não só superioridade material, mas, também, superioridade moral. Quatro anos mais tarde, na Normandia, eles tiveram que se bater sem apoio aéreo e já não acreditavam na vitória final. As condições estratégicas, na Rússia, diferiam, completamente, das condições da Europa ocidental. A tática que poderia dar bom resultado, aí, não seria, necessariamente, de sucesso garantido, em outro teatro de operações. Do mesmo modo, a Guerra da Coreia tem suas características próprias. Somente as batalhas onde os adversários em presença estivessem em igualdade física, material e moral permitiriam que tirassem conclusões definitivas.

* *

O processo técnico criou novas armas que, naturalmente, conduzem a novas formas de combate. De acordo com o material de que dispõe — armas, meios de transporte, comunicações — cada época emprega uma forma particular de manobra tática. As relações recíprocas, que existem, entre a po-

tência de fogo e a capacidade de movimento, exercem influência decisiva sobre a evolução dos processos táticos, isto é, sobre as influências mútuas do ataque e da defesa.

Antes da invenção dos veículos de combate blindados, a progressão das armas de fogo constituía o fator dominante. Quando na defensiva, elas tornavam o movimento, praticamente, impossível, o que levou a uma gradual estabilização das frentes e à guerra de trincheira. Para neutralizar a potência de fogo da defesa, o ataque teve que fazer avançar grandes massas de artilharia. "A artilharia conquista o terreno e a infantaria não faz mais que ocupá-lo", segundo a frase que se atribui ao Marechal Pétain. Disso resultou a batalha de desgaste (1915-1918), sobre frentes extensas, onde se disputava, ferozmente, estreitas faixas de terreno. O campo de batalha foi, então, compartimentado em setores e em objetivos (0-1, 0-2, 0-3, etc...), no interior dos quais as unidades interessadas — divisões, regimentos ou batalhões — eram movimentadas como as peças de um jogo de xadrez, de um quadrado para outro. As características do material em uso obrigavam o ataque a se processar, principalmente, de frente, em vastos setores e, desse modo, raramente, era possível fazer mais que "arranhar" as posições inimigas. As reservas adversárias, lançadas ao combate, não encontravam maiores dificul-

dades para restabelecer a situação. Raramente, havia perseguição e, nunca, um resultado decisivo. Em consequência disso, o general Ludendorff, cujas tropas se batiam contra as de Pétain, em Verdun, pôde dizer: "Minha estratégia foi vencida pela tática".

As principais causas dessa situação eram:

1º) A lentidão dos meios de transporte então utilizados nas ligações entre a retaguarda e a zona de combate (ferrovias e viaturas hipomóveis), que não permitiam a concentração rápida da superioridade de meios necessária a uma ofensiva. A preparação de um ataque, que durava, às vezes, semanas, não podia escapar à observação da defesa. Daí, a ausência da surpresa.

2º) A necessidade, para aproveitar, completamente, o alcance da artilharia de apoio, de levá-la o mais à frente possível, uma vez que as características deficientes dos meios de transporte impediam a organização, em profundidade, do sistema de remunciação. Essas duas razões contribuíam para a dispersão, em largura, das forças a empregar.

3º) A obrigatoriedade, uma vez conquistada a primeira faixa de terreno, de fazer avançar, pelo menos, uma parte da artilharia. Essa manobra exigia que o terreno conquistado fôsse limpo pelas reservas, para livrá-lo de todas as resistências inimigas remanescentes. Tudo isso fez com que os ataques em grandes frentes se tornassem normais, pois os ataques em frentes estreitas sempre se viam ameaçados nos flancos.

4º) A insuficiência dos meios de comunicação tinha, por si só, uma influência que não se pode menosprezar. O fio telefônico, que ligava as forças do atacante, a um ponto central, não permitia coordenar o ataque das diversas unidades, o que fazia necessário baixar ordens minuciosas, com bastante antecedência. E, no decorrer da batalha, era difícil modificar as

decisões já tomadas, sem contar que com, os meios de transporte primitivos, então disponíveis, seria muito complicado e muito lento modificar, o que quer que fôsse, no eixo de progressão do ataque.

Para se opor a esses métodos de ataque, a defesa se organizou em profundidade, sobre faixas sucessivas do terreno, chamadas "zonas", diante da quais a progressão inimiga se vinha dissociar. Chamamos a atenção para o fato de que, durante a guerra de 1914 a 1918, os exércitos em presença estavam, mais ou menos, em pé de igualdade material e moral.

* *

A evolução da tática, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, pode ser dividida em duas fases. Inicialmente, o período da "Blitzkrieg" e, em seguida, o da resposta à "Blitzkrieg".

Na primeira fase, os alemães, inspirados pelas idéias de dois ingleses, o capitão Liddel Hart e o general Fuller, puzeram em ação um sistema tático coerente, que explorava, integralmente, as possibilidades da perfeita combinação do material moderno — veículos de combate blindados e transportes motorizados. Em virtude do perfeito apoio aéreo, os carros de combate se mostraram inteiramente, em condições de romper, facilmente, aquilo que, na Primeira Guerra Mundial, teria constituído linhas impenetráveis.

Os fatores que condicionam essa tática são:

1º) A motorização geral dos exércitos e a organização das divisões blindadas, que permitiam a concentração rápida das forças nos setores da frente onde se procurava obter a decisão. As unidades que haviam sido trazidas de bases distantes passavam, por assim dizer, sem transição, da marcha de aproximação ao ataque. As divisões encarregadas da ruptura e da perseguição apareciam, sucessivamente, no campo de batalha, no momento em que se reputava conveniente sua intervenção. E essa aparição

súbita, na frente das posições inimigas, com o que ela comportava de surpresa, não podia deixar de acrescentar novos fatores de sucesso ao ataque.

2º) A diminuição das frentes de ataque. Em um setor de 24 a 25 quilômetros, em média, as posições inimigas eram atacadas, geralmente, em dois pontos chamados "centros de potência" ("Schwerpunkte") de, mais ou menos, 5 a 8 quilômetros de largura, enquanto o espaço intermediário era submetido a forte pressão frontal. Em lugar de abranger vastas frentes, a superioridade era puramente local, nos "Schwerpunkte", e a defesa local, surpreendida e submergida pelo número, era reduzida à impotência.

A criação sistemática dessa superioridade local esmagadora, durante a ofensiva, era condição preponderante do sucesso. Agora, já não se empregavam as reservas contra os setores onde a progressão se havia atrasado, mas nos locais onde o ataque progredira mais rapidamente, de modo a acompanhar a linha de menor resistência.

3º) Uma preparação de artilharia de curta duração e, às vezes, mesmo a ausência completa de preparação. O ataque era, simplesmente, lançado com os blindados na testa, apoiados pela aviação e acompanhados por um pouco de infantaria. Esquadrilhas de bombardeiros em mergulho neutralizavam as posições de bateria do inimigo e as organizações defensivas que se opunham à progressão. E, coisa ainda mais importante, a aviação impedia as reservas da defesa de acorrerem ao setor ameaçado. Com o campo de batalha isolado, dessa maneira, do alto, era possível, ao atacante, manter a superioridade local assegurada pela inopinada concentração inicial de suas forças terrestres. As forças aéreas protegiam os flancos da estreita brecha obtida.

4º) As comunicações sem fio, que facilitavam a cooperação entre os grupos, que combatiam, isoladamente. A continuidade das fren-

tes sendo, agora, desnecessária, podia-se adotar a prática de deixar, para trás, algumas resistências. Graças à motorização e ao TSF, era, relativamente, fácil trocar, no decorrer do combate, o eixo da manobra e conduzir as operações, por meio de ordens sucessivas. A luta terrestre fazia grandes estragos, simultaneamente, em largura e em profundidade, na superfície, enquanto a aviação dava uma terceira dimensão à batalha: a altura.

Foi a essa tática que os alemães deveram seus êxitos na primeira metade da guerra. Em lugar de combater durante dias, para conquistar uma faixa limitada de terreno, seus carros penetravam em cunha, nas zonas sucessivas de resistência, no espaço de algumas horas. As reservas acionadas pela defesa não podiam, na maior parte das vezes, chegar antes da ruptura e, em qualquer caso, somente depois de fortemente hostilizadas do ar. A doutrina tática aliada, que se baseava em uma velocidade de 4 a 5 quilômetros por hora, velocidade do pedestre, não podia se aplicar a situações que evoluíam cinco vezes mais rápido. A ruptura de Sedan teve por resultado o cerco dos exércitos aliados, premidos contra um obstáculo natural: o litoral da Mancha. Nas batalhas que se seguiram, na Rússia, os alemães, criaram, por vezes, dois "centros de potência estratégicos", distanciados de 225 a 250 quilômetros, entre os quais os carros de combate penetravam como cunhas, envolvendo exércitos russos inteiros, como se fossem gigantescas tenazes. As batalhas de envolvimento de Briansk e de Vyasma, bem como muitas outras, caracterizaram esse período. Na França, os carros de combate operaram em divisões; na Rússia, operaram em corpos de exército e, mais tarde, em exércitos inteiros.

Na segunda fase, a defesa, após longas experiências, conseguiu pôr em uso novas armas e criar uma nova doutrina. As batalhas de El Alamein e de Stalingrado não marcaram unicamente, uma reviravolta na sorte das armas, mas, também,

uma revolução no domínio dos processos táticos.

As contra-medidas tomadas contra a "blitzkrieg" foram de duas espécies :

1º) No campo técnico, as tropas foram dotadas de possante armamento anti-carro, como as "bazukas" e as minas. Isso fez com que parecesse que, na luta constante entre a couraça e o projétil, este último tinha, mais uma vez, tomado a dianteira.

2º) No domínio da tática, estabeleceu-se a descentralização da defesa. Organizada em "ouriços", sua missão não era mais deter o inimigo, frontalmente, mas canalizá-lo por entre as ilhotas de resistência, de modo a facilitar os contra-ataques. Voltou-se a preferir as contra-encostas, a fim de proteger as tropas da defesa contra a artilharia. Os "ouriços" deviam forçar o inimigo a atacar sob a ameaça de fogos de flanqueamento, enquanto os contra-ataques deteriam a destruiriam os elementos que se houvessem infiltrado na posição. Esse novo modelo de defesa tinha por base, como é claro, o movimento.

Não se chegou a verificar até que ponto essas contra-medidas técnicas e táticas teriam conseguido diminuir a potência dos ataques da "Blitzkrieg". Os exércitos em presença, seja na primeira, seja na segunda metade da última guerra, não estavam em um mesmo nível físico e moral. Os alemães, aos quais não se pode negar a maestria com que levaram a cabo os ataques de antes de 1942, tiveram menos sucesso na defensiva, circunstância explicável, em grande parte, pela fraqueza em efetivos e material necessários à contra-ofensiva. Do mesmo passo, tal como acontecera aos aliados, em 1940, eles sofreram uma crise doutrinária, cuja solução lhes escapou, até o fim da guerra. Tanto de um lado como de outro, o emprêgo maciço de divisões blindadas, em batalhas de ruptura, tendeu a diminuir. Cada vez mais frequentemente, os batalhões de carros de combate fo-

ram colocados em apoio da infantaria. Da parte dos aliados, as grandes preparações de artilharia voltaram a preceder os ataques das divisões de infantaria, enquanto as divisões blindadas tinham a missão de realizar a perseguição, profundamente, após a ruptura inicial, fenômeno tanto mais notável quanto os aliados possuíam, então, superioridade aérea absoluta. Os alemães, por sua vez, estavam, praticamente, sem apoio aéreo, desde 1943 e, em consequência da absurda estratégia de Hitler, não dispunham, no leste, de nenhuma reserva estratégica que lhes permitisse combinar uma defensiva estática com uma contra-ofensiva; a partir de 1943, eles haviam perdido a superioridade aérea, mesmo no leste. Que teria acontecido na Rússia, então, se o Grande Estado-Maior alemão tivesse tido a possibilidade de lançar uma nova contra-ofensiva, com efetivos no valor de 30 divisões apoiadas por 2.000 aviões?

Quando do desembarque da Normandia, no dia 6 de junho de 1944, a reação aérea alemã não passou de 70 saídas contra 10.585 aliadas. Qual teria sido a situação se a Luftwaffe de Goering, nesse dia e durante as semanas que se seguiram, tivesse podido alinhar, pelo menos, um aparelho contra três? O desembarque da Normandia e a campanha espetacular do general Patton teriam sido possíveis, mesmo assim?

* *

Mais que o passado, é o futuro que nos interessa. De que forma tática se revestirá uma guerra travada entre dois exércitos, sensivelmente iguais, do ponto de vista material e moral? Quais seriam as influências respectivas dos dois elementos fundamentais do combate: o fogo e o movimento?

Na primeira Guerra Mundial, o fogo paralizou o movimento. Na primeira metade da Segunda Guerra Mundial, o emprêgo combinado dos engenhos blindados e da aviação teve, como consequência, o

rompimento de frentes julgadas invulneráveis. A "Blitzkrieg" repousava nessa combinação de meios. Desde então, novos processos táticos e novas armas têm reduzido, grandemente, a capacidade de manobra dos carros de combate. Das duas armas — carro de combate e avião — é, certamente, este último que influencia, mais profundamente, os atuais processos táticos. Teoricamente, a guerra de movimento pode ser imaginada, mesmo sem carros de combate, mas não sem aviões. Pode-se presumir que a mobilidade na batalha poderá, ainda, ser conseguida, desde que as forças terrestres contem com um apóio aéreo eficaz.

Mas, que sobrevirá se, um dia, a técnica vier a criar uma arma verdadeiramente eficiente contra o avião? As ofensivas de larga envergadura, que penetram a profundidades de várias centenas de milhas, tornar-se-ão impossíveis? Ou isso resultará no aparecimento de novos processos de combate — lutas sobre frentes de grande amplitude — comparáveis às batalhas de desgaste da Primeira Guerra Mundial? Quanto mais o fogo e o movimento se equilibram, tanto menos espaço fica para a manobra.

Como impedir os movimentos nos ares? Os técnicos ainda não resolveram a questão. A veloci-

dade sempre crescente do avião torna, de outro lado, cada vez mais problemática a cooperação entre as forças terrestres e aéreas. Longas colunas em marcha continuam a constituir alvos fáceis para os ataques aéreos; o mesmo não acontece, porém, se os alvos são pequenos e bem disfarçados. Os aviões a jato, quando voando baixo, não vêem nada quase nada e os que voam a altitudes médias têm muita dificuldade na realização de bombardeios de precisão. Em virtude da velocidade crescente, a flexibilidade de manobra se torna, cada vez mais difícil e exige muito maior esforço nervoso do piloto; as possibilidades de ligação com o solo se tornam mais remotas. De outro lado, quando o espaço aéreo está dominado por caças a jato, os aviões de baixa velocidade não podem pretender operar com sucesso.

De qualquer modo, é muito arriscado profetizar. Minha finalidade é, unicamente, apresentar o problema, que merece ser examinado de perto. Entretanto, não disponho, aqui, de espaço suficiente para tal estudo; não disponho, infelizmente, nem do tempo nem dos dados técnicos que seriam indispensáveis. Uma evolução parecida com a que acabamos de sugerir poderia ter a influência mais decisiva sobre a forma das batalhas do porvir.

CARTEIRA HIPOTECÁRIA E IMOBILIÁRIA DO CLUBE MILITAR

Acha-se à venda na Secretaria da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, o "Almanaque dos Sócios" dessa C.H.I., atualizado até o mês de junho do corrente ano.

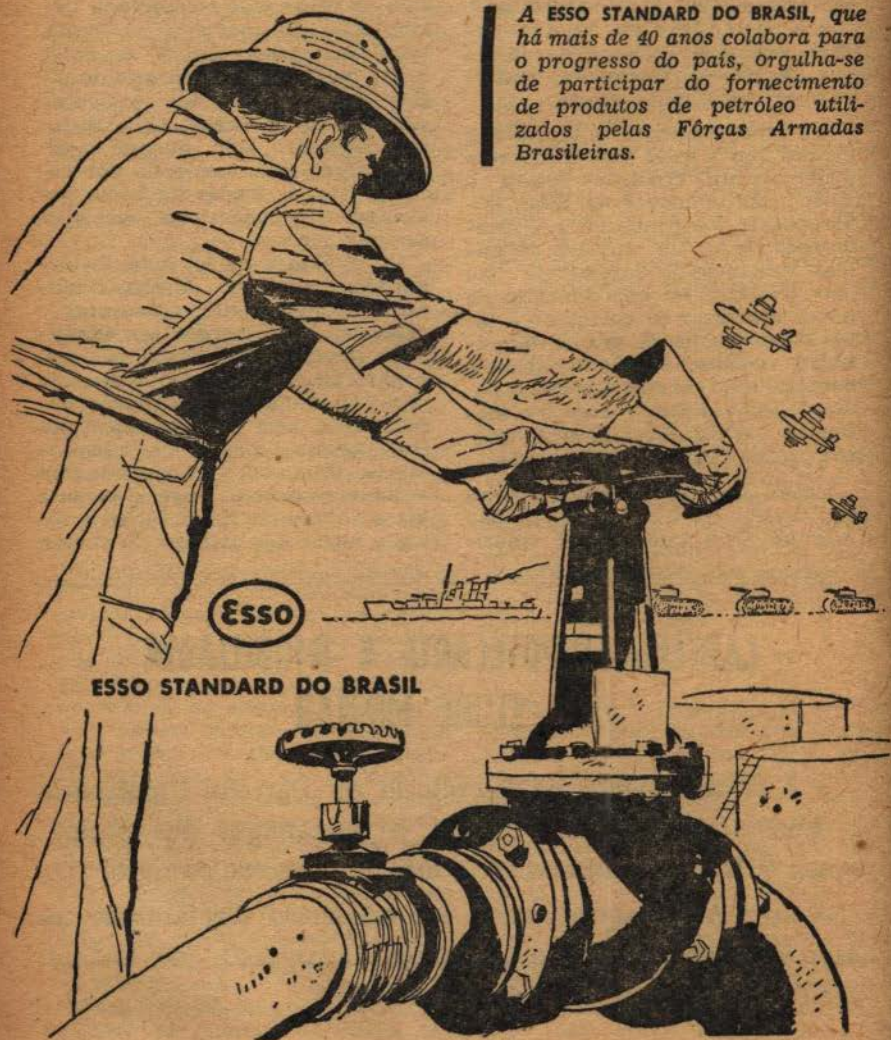
Esse Almanaque poderá ser adquirido diretamente na sede da Carteira, à Avenida Graça Aranha, 81 (2º andar), mediante a importância de Cr\$ 25,00.

É o grande propulsor...

...e está sempre presente, com a sua força e energia, impulsionando ou assegurando o funcionamento dos mais diversos veículos. Está nos poderosos "tanks" e nos velocíssimos aviões a jato; nos pesados caminhões de carga e nas rápidas ambulâncias; está nas imponentes betonaves. Está em tôdas as máquinas utilizadas pelo homem de nossos dias.

Esse grande propulsor do progresso é o petróleo, cujos produtos representam a força e a energia da civilização moderna.

A ESSO STANDARD DO BRASIL, que há mais de 40 anos colabora para o progresso do país, orgulha-se de participar do fornecimento de produtos de petróleo utilizados pelas Forças Armadas Brasileiras.



ESSO STANDARD DO BRASIL

O CORRETOR DE POSIÇÃO

Major MARINO FREIRE DANTAS

1. **CONSTITUIÇÃO.** O corretor de posição compõe-se essencialmente de duas partes: a base e o disco.

a. A base contém, na face anterior, um círculo quadriculado em vermelho; as inscrições relativas à fabricação e ao modelo; um duplo-decímetro; escalas numéricas e gráficas. No verso traz impressos dados úteis sobre o material a que se destina o modelo considerado (tabela de correções especiais, para canhões e obuses; resumo da tabela de tiro, para o morteiro 4.2).

(1) O círculo graduado apresenta dois diâmetros ortogonais, e paralelos a eles, intervaladas de 0.0025 m, formando quadriculas. O diâmetro vertical representa a direção de tiro (Dt), e termina por uma seta indicadora, face à qual são feitos os registros e as leituras. O centro do corretor pode representar o observador, o centro da bateria, ou a peça diretriz.

b. O disco transparente é pouco maior que o círculo quadriculado da base, e tem traçado um diâmetro, que pode representar a direção de vigilância (DV). O limbo do disco está dividido em dezenas de milésimos, e graduado em centenas de milésimos.

(2) As graduações em prêto do limbo, de 0 a 64 na periferia e de 0 a 32 internamente, reproduzem as graduações do prato de um gonímetro-bússola.

(3) A graduação vermelha intermédia, de sentido contrário às demais, representa derivas.

2. **EMPREGO.** O corretor de posição é normalmente empregado para determinar lançamentos e dis-

tâncias entre dois pontos; a cota de um ponto; correções especiais devidas à disposição das peças no terreno ou à forma peculiar do alvo. Serve ainda de prancheta de tiro, na direção do tiro dos mortefiros. Qualquer dessas modalidades de emprego requer a locação, no corretor, de pontos designados por coordenadas.

a. Locar, no corretor, um ponto dado por suas coordenadas.

(1) Ponto conhecido por suas coordenadas retangulares.

Os diâmetros ortogonais do círculo quadriculados são os eixos coordenados. Seja, por exemplo, locar o ponto M, que está 50 m à direita e 100 m à frente do observador, representado pelo centro do corretor. Escala a dotar: 1/2.000.

Modo de operar:

- colocar o corretor a zero, isto é, coincidir a DV com a Dt;
- contar para a direita, a partir do centro e sobre o diâmetro horizontal, 10 divisões;
- tirar por este ponto uma paralela ao diâmetro vertical, e sobre ela contar 20 divisões; aí está a posição do ponto M.

(2) Ponto designado por coordenadas polares.

O polo é o centro do corretor, e o eixo polar o raio que une o centro à origem da graduação dos lançamentos. Seja, por exemplo, locar o ponto N, 0470 milésimos à direita da origem e 1.000 metros distante do pósto de observação. Escala a adotar: 1/20.000.

Modo de operar:

- colocar a Dt 0470 milésimos à direita da DV;

- contar, sobre a Dt, 20 divisões a partir do centro; esta é a posição do ponto N.

Outro exemplo: Local o ponto Q, cuja posição é definida pelo lançamento 4870 milésimos e a distância 3.000 metros / Q (4870, 3.000) /. Escala a adotar: 1/40.000.

Modo de operar:

- registrar o lançamento 4870;
- contar, sobre a Dt, 30 divisões a partir do centro; este é o ponto Q.

b. Medir o lançamento de uma direção definida por dois pontos.

Basta, para tanto, tornar a direção paralela ao diâmetro vertical do círculo quadriculado e do mesmo sentido da direção de tiro, e em seguida ler a graduação registrada no índice.

Exemplos:

(1) Determinar o lançamento do observador para o ponto S, situado a 55 m à sua esquerda e 95 m à retaguarda.

Modo de operar:

- local, na escala escolhida, o ponto S;
- girar o disco até que S esteja sobre a porção anterior do diâmetro vertical, e consequentemente orientado segundo a direção de tiro;
- ler a graduação registrada no índice: (OS) = 3740''.

(2) Determinar o lançamento da direção balizada pelos pontos N (5800, 2.500) e R (0300, 3.000).

Modo de operar:

- local N e R;
- girar o disco até tornar a direção NR paralela ao diâmetro vertical do círculo quadriculado, e do mesmo sentido da direção de tiro;
- ler a graduação registrada:

(NR) = 1250''.

c. Determinar a distância entre dois pontos.

Locados os pontos, coincidi-los com uma linha qualquer do círculo

quadriculado, e medir, na escala adotada, a distância entre eles. Exemplo: Determinar a distância entre os pontos N e R, locados, no exemplo anterior, na escala de 1/40.000.

Modo de operar:

- girar o disco, de sorte a colocar os dois pontos sobre uma linha qualquer do círculo quadriculado;
- contar as divisões, e determinar a distância pela escala: $NR = 24 \times 100 = 2.400$ metros.

d. Determinar a cota de um ponto.

Tendo medido o sítio de um ponto, o observador pode, utilizando o corretor, determinar a diferença de nível e obter a cota do ponto visado. Exemplo: Altitude do PO, 40 m; sítio medido, + 100''; distância do posto de observação ao ponto visado: 1.500 metros.

Modo de operar:

- com a DV sobre a Dt, local o ponto a 1.500 m do centro do corretor;
- deslocar a DV de 100'';
- medir a perpendicular à Dt que passa pelo ponto;
- somar o valor encontrado à cota do PO: $Z = 150 + 40 = 190$ metros.

e. Determinação de correções para o transporte do tiro.

Conhecida a localização do ponto de referência, medido o desvio e estimada a distância para o alvo, locam-se estes pontos no corretor e medem-se as correções. Exemplo: A distância do observador para o ponto de referência é de 2.500 metros. Surge um alvo à direita 0650'' e a uma distância avaliada pelo observador em 3.000 metros.

Modo de operar:

- com a DV sobre a Dt, local o ponto de referência P, a 1.500 metros do centro;
- girar o disco até que a Dt fique 0650'' à direita da DV, e local o alvo;

- medir então, sobre a perpendicular à Dt que passa por P, a correção em direção: Direita 750 metros;
- medir, sobre a DV, a distância entre o pé da perpendicular e o alvo (correção em alcance): Alongue 500 metros.

f. Determinação de correções especiais.

(1) Correções devidas à disposição das peças no terreno.

(a) Preparo do corretor.

- retirar o disco transparente;
- admitido o centro da bateria representado pelo centro do corretor, traçar quatro ou seis paralelas à direção de tiro (bateria de quatro ou seis peças), materializando o feixe normal regular;
- repostar o disco, localizar nele as peças relativamente ao centro da bateria.

(b) Determinação das correções.

Medir para cada peça a correção métrica, em direção e alcance, relativamente ao ponto de cruzamento do plano de tiro que lhe corres-

ponde com o diâmetro horizontal do círculo quadriculado. Entrar com os valores assim obtidos na tabela de correções especiais, e ler, para o alcance em aprêço (aproximado para 500 metros) a correção de deriva, e, na linha relativa à carga, as correções de sítio e evento. Exemplo (corretor de posição M1): Determinar as correções especiais para um alvo a 5.000 metros, que se quer bater com o obus 105 mm H2, utilizando a carga 5. O alvo está sobre a DV.

Modo de operar:

- localizar as peças em relação ao centro da bateria, e determinar as correções métricas:

Ø1: Esquerda 25 m; Alongue 30 m;

Ø2: Esquerda 10 m; Encurte 20 m;

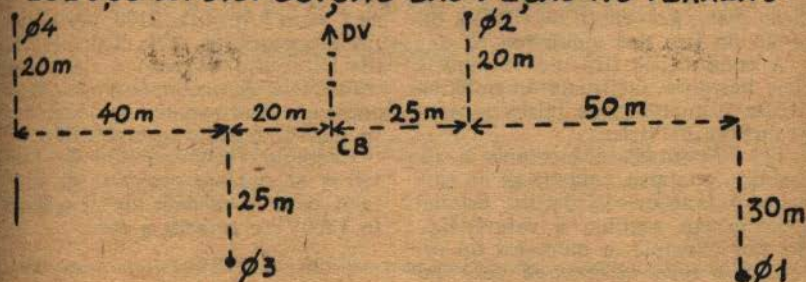
Ø3: Zero; Alongue 25 m;

Ø4: Direita 10 m; Encurte 20 m.

- entrando com esses valores na tabela de correções especiais (verso do corretor de posição M1), encontram-se:

Peça	Correção de deriva	Correção de sítio	Correção de evento
Ø1	Esquerda 5	Mais 2	Mais 0.2
Ø2	Esquerda 2	Menos 2	Menos 0.1
Ø3	Zero	Mais 2	Mais 0.1
Ø4	Direita 2	Menos 2	Menos 0.1

ESBÔÇO DA DISPOSIÇÃO DAS PEÇAS NO TERRENO



(2) Correções devidas à forma peculiar do alvo.

Será o caso, por exemplo, das barragens, ou do tiro sobre alvo linear inclinado relativamente à direção de tiro.

(a) Preparo do corretor.

- com a DV sobreposta à Dt, construir o índice de deriva, face à deriva de referência, lida na graduação vermelha;
- registrar a deriva do alvo;
- girar o disco, no sentido conveniente, da inclinação do alvo relativamente à direção de tiro;
- nesta posição, considerado o centro da bateria no centro do corretor, construir o quadro que se quer sobre o diâmetro vertical do círculo quadriculado.

(b) Determinação das correções.

- registrar a deriva do alvo;
- determinar as correções a introduzir para que os arrebetamentos se produzam segundo o quadro construído.

(c) Exemplo: Obus 105 mm M2. O calculador recebeu do CH: Barragem N1, inclinação 1050 à direita, deriva 2350, alcance 4900 m. Da ordem do S3 consta: ... carga 5 A disposição das peças no terreno é a constante do esboço anterior.

Modo de operar:

- construir o índice na deriva 2600;
- registrada a deriva 1300 (2350—1050), construir no disco, em relação ao centro do corretor, o quadro que se quer;
- registrar a deriva da barragem (2350), e determinar as correções métricas:

Ø1: Esquerda 35 m; Alongue 35 m;

Ø2: Esquerda 10 m; Encurte 15 m;

Ø3: Zero; Alongue 20 m;

Ø4: Direita 25 m; Encurte 30 m.

- levados estes valores à tabela de correções especiais (verso do corretor de posição M1), encontram-se:

Peça	Correção de deriva	Correção de sítio	Correção de evento
Ø1	Esquerda 7	Mais 3	Mais 0.2
Ø2	Esquerda 2	Menos 1	Menos 0.1
Ø3	Zero	Mais 2	Mais 0.1
Ø4	Direita 5	Menos 2	Menos 0.2

g. Emprêgo do corretor de posição como prancheta de tiro na direção do tiro dos morteiros.

A conduta do tiro dos morteiros fica bastante facilitada quando se utiliza o corretor de posição como prancheta de tiro.

(1) Apontado o morteiro e referida a pontaria, registra-se no corretor o lançamento da Dt, estabelecendo em seguida a referência. Se, por exemplo, o morteiro foi referido a zero inscreve-se zero no lançamento da Dt; a partir dêle,

de 100 em 100 milésimos, inscreve-se: para a direita, 3100, 3000, etc; para a esquerda, 100, 200, etc. Se fôr diferente de zero a deriva de referência, proceder-se-á de modo análogo, inscrevendo, no lançamento da Dt, o valor estabelecido.

Exemplo: Um pelotão de morteiros entrou em posição, foi apontado para a direção de lançamento 1300^m, e referiu a zero.

Modo de operar:

- registrar o lançamento 1300;

— sob a graduação 1300, inscrever a deriva de referência zero; aos lançamentos 1400 e 1500 corresponderão, respectivamente, as derivas 3100 e 3000; aos lançamentos 1200 e 1100 corresponderão, por sua vez, as derivas 100 e 200, respectivamente.

(2) Orientação do corretor segundo o lançamento observador-alvo.

O lançamento anunciado pelo observador em sua mensagem define a linha de observação para o alvo considerado. Se as correções enviadas pelo observador destinam-se a trazer o arrebitamento seguinte para a linha de observação, é suficiente que se registre o tiro executado e se oriente o corretor de sorte a reproduzir, na central de tiro, a posição relativa do observador e do arrebitamento. Quando é registrado um lançamento qualquer no corretor, todas as paralelas ao diâmetro vertical do círculo quadriculado tomam essa orientação, e conseqüentemente, também, a que passa pelo arrebitamento. Basta, pois, introduzir as correções para obter os elementos que convém ao tiro que se segue. Exemplo de mensagem: AQUI ALMA UM, MISSÃO DE TIRO, LANÇAMENTO 2370, ASSINALE O CENTRO DA ZONA DE AÇÃO, PONTO DE VIGILÂNCIA, REGULAÇÃO, AJUSTAREI.

(3) Introdução de correções enviadas pelo observador.

Registrado o lançamento observador-alvo, contam-se, na escala adequada e a partir do tiro anterior, as correções que o observador anunciou. Exemplo: o primeiro tiro foi disparado com os elementos: Deriva zero, Alcance 2.000 m; observado esse tiro, o observador anunciou: Direita 200, Alongue 400.

Modo de operar:

- registrar o lançamento 2370;
- contar para a direita do primeiro tiro duas divisões, e dêste ponto para cima, quatro divisões; o ponto encontrado permite retirar elementos para o próximo tiro.

(4) Determinação dos elementos para os tiros subseqüentes. Determinada a posição do novo tiro, basta girar o disco até colocar o tiro locado sobre a Dt; lê-se então a deriva registrada e mede-se o alcance. Exemplo: Registradas as correções do observador constantes do exemplo anterior, determinar os elementos para o tiro seguinte.

Modo de operar:

- girar o disco até que o segundo tiro fique sobre a Dt;
- proceder então à leitura: Deriva 3015, Alcance 2.100 m.

CELESTINO RÁDIOS

Celestino Gomes da Silva

REPRESENTANTE EXCLUSIVO

VENDAS DE MATERIAL ELÉTRICO EM GERAL

RUA ALBERTO BRAUNE, 115 — TEL.: 2189

NOVA FRIBURGO

ESTADO DO RIO

(N. 3)

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Acaba de sair a lume trabalho atualizado sobre o C.V.V.M., de autoria do Capitão I.E. Antônio Florêncio de Lima Pinheiro. Este trabalho, cuja publicação foi autorizada pelo Estado-Maior do Exército, contém, intercaladamente e em ordem cronológica, os Decretos, Portarias, Pareceres, Avisos, Soluções de Consultas e outros Atos Oficiais que dizem respeito ao texto da lei. Está acompanhado de índices analíticos e alfabéticos e é integrado por uma "Adenda" com disposições referentes a pensões militares. Contém outrossim, nas suas últimas páginas, tabelas de contribuição de montepio para militares em atividade, reserva e reformados; tabelas referentes ao cálculo do meio-soldo, etc., além de consubstanciar completa e atualizada legislação sobre a contribuição do montepio militar.

O presente trabalho acha-se a venda na Secção de Vendas de Livros da Defesa Nacional ao preço unitário de Cr\$ 50,00.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

(Atualizado)

(Lei n. 1.316, de 20-I-951, publicado no D.O. de 23-I-951)

Contém, intercaladamente e em ordem cronológica, os Decretos, Portarias, Avisos, Pareceres, Soluções de Consultas, etc., publicados até julho de 1953.

CONSOLIDAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS REFERENTES A PENSÕES MILITARES

(Decreto n. 32.389, de 9-III-953)

Contém disposições sobre o montepio, meio-soldo, pensão especial, etc., tabelas de contribuição e de montepio para os militares em atividade, reserva e reformados; tabelas discriminativas de vencimentos e referente ao cálculo de meio-soldo.

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA PELO E.M.E.

(Boletins do E.M.E. ns. 78, de 8-VII-953 e 89, de 3-VIII-953)

TRABALHO ORGANIZADO PELO

Cap. I.E. ANTÔNIO FLORENCIO DE LIMA PINHEIRO

PREÇO : 50.00

A VENDA NA SECÇÃO DE VENDAS DE LIVROS DE "A DEFESA NACIONAL"

EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

Os Grupamentos Táticos. Finalidade, problemas de comando e de apoio logístico. Limitações do seu emprego.

As Divisões Especiais

VI



À certas situações na guerra em que se torna necessária a reunião de diversas Unidades e Subunidades, sob um mesmo Comando, para o cumprimento de uma determinada missão.

Compreende-se, portanto, que essa constituição é temporária e, ultimada a tarefa, todos os integrantes retornam às Unidades de origem.

A isto se denomina um "Grupamento Tático" (G.T.).

Na Divisão de Infantaria, normalmente, constituem-se G.T. à base do Regimento, sendo a seguinte a formação mais típica:

- 1 Regimento de Infantaria;
- 1 Grupo de Obuses 105;
- 1 Cia. de Engenharia de Combate.

O G.T. assim organizado é comandado pelo próprio Comandante do Regimento, que dispõe apenas do Estado-Maior da sua Unidade para os trabalhos correntes, podendo contar com os demais Comandantes da Artilharia e da Engenharia a fim de secundá-lo e auxiliá-lo no que diga respeito à parte técnica e emprego dessas Armas.

Em alguns casos, adicionam-se-lhe outros elementos, tais, como Pelotão de Ambulâncias, Pelotão de Triage do Batalhão de Saúde, Companhia de Carros de Combate, etc.

Na Divisão de Cavalaria, constituem-se G.T. desta maneira:

- 1 Regimento de Cavalaria;
- 1 Grupo de Artilharia;
- 1 Cia. de Engenharia de Combate.

Na Divisão Blindada, é normal o emprego dos G.T., conforme vimos anteriormente e a sua constituição é padronizada, pois que este é o processo que mais convém à utilização dos blindados.

Essa formação é ideal quando as Divisões não podem manter o controle da operação e precisam descentralizá-la, como no caso em que se vai ao encontro do inimigo (marcha para o combate, marcha em colunas paralelas e afastadas umas das outras), perseguição e operações anfíbias.

Pode-se notar que o problema do apoio logístico, cuja relevância não podemos deixar de destacar, continuará a ser resolvido pela própria Divisão, que acionará os meios adequados para atender a cada um dos seus G.T.

Nas operações centralizadas, quando se exige a reunião maciça das peças de manobra para agir impetuosamente, e, em força, sobre o inimigo potente, tal como no caso de um ataque, não se deve utilizar o G.T., a menos que isto surja como decorrência da sua própria atuação e que por ele possa ser resolvido satisfatoriamente.

Têm sido muito empregado os G.T. para as ações em que se deseja rapidez.

Tornando-se os completamente motorizados, pela adição de um certo número de viaturas-auto, tratando-se da D.I. ou da D.C., alcançar-se-ão os melhores resultados.

Quando agirem muito longe das Unidades que os enquadram os G.T. terão que receber suprimentos, sem os quais não poderão combater.

Neste caso, serão organizados comboios destinados a levar esses suprimentos até determinados locais, onde as viaturas orgânicas poderão apanhá-los regularmente.

No entanto, se as Unidades de Serviços não formarem comboio e integrarem o G.T. este, por seu turno, transformar-se-á em um "Destacamento".

Existem, também, as "Divisões Especiais", constituídas e organizadas para atenderem a determinado tipo de operação, embora persista sempre a base dos 3 Regimentos de Infantaria, com os efetivos menores que os da Divisão de Infantaria normal:

Essas Divisões são:

- Divisão Anfíbia;
- Divisão Aeroterrestre;
- Divisão de Montanha.

Cada uma delas tem as suas peculiaridades. Assim, a primeira

destina-se a realizar desembarques à viva força; a segunda, lançando-se de pára-quedas, cumpre missões nas retaguardas inimigas; a última, combate especialmente em terrenos montanhosos e para os quais está devidamente treinada.

Caracterizam-se essas Divisões por terem um mínimo de viaturas, uma variação de equipamento, adaptado a cada tipo e uma redução ao mínimo dos seus implementos.

Qualquer uma delas marcha a pé e os seus suprimentos, por vezes, chegam-lhes pelos meios mais diversos: Viaturas, lanchas, viaturas-anfíbias, pára-quedas, aviões e, até, no dorso de animais.

(Continua)

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Cores firmes e Durabilidade

(N. 5)

CONFEITARIA COLOMBO — FILIAL — FRANÇA & CIA. LTDA.

Avenida Copacabana, 890 — Rua Barão Ipanema, 56-A

Encomendas — Tels. 27-8925 e 47-2620 — Pedidos — Tels. 47-5565 e 47-5566

— Banquetes — Tel. 27-2563 — Salão Chá — Tel. 27-4183

Rio de Janeiro — Distrito Federal



AMEAÇA DE UMA CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

(POSIÇÃO DOS EE.UU., GRÃ-BRETANHA, COMMONWEALTH
E U.R.S.S.)

RENÉ GRANDCHAMP

Traduzido, *data vênita*, da "Revue Militaire d'Information", de janeiro de 1954, pelo Tenente-Coronel FLORIANO MÖLLER.

Já em novembro de 1953, o economista inglês Collin Clark (1) num artigo inserido no "Manchester Guardian" previa uma "crise se desenvolvendo rapidamente" no decorrer da metade do corrente ano e provocando o desemprego de 6 a 7 milhões de trabalhadores nos Estados Unidos, numa população obreira de cerca de 60 milhões de pessoas. Ora, os economistas sabem que qualquer retraimento da atividade econômica americana provoca *ipso-facto* uma "reação em cadeia". A América do Norte é um país de enormes riquezas naturais que a tornam menos dependente da importação, do que muitos outros países. Quando os atacadistas e varejistas americanos tratam de re-

duzir seus estoques, porque o futuro os inquieta por uma ou outra razão, as importações são reduzidas e em seguida o "chômage" se desenvolve.

No decurso da crise de 1929-32, com a redução de cerca de 65 % da produção das fábricas americanas, as importações do Reino-Unido diminuíram quase 80 % e as da zona do estenino, de que a Grã-Bretanha faz parte, diminuíram ainda mais. Dêsse modo, uma recessão relativamente fraca nos EE.UU tem repercussão profunda na Inglaterra, porque este país não pode mais obter os dólares necessários para comprar os elementos vitais que são os produtos alimentícios e as matérias-primas de que tem

(1) Economista de reputação mundial e ex-Ministro na Austrália, sua terra natal (N.T.).

necessidade para manter o padrão de vida de seus habitantes. As dificuldades inglesas podem ainda ser agravadas pelo fato de que as importações americanas provenientes do Canadá, uma outra fonte de dólares para a Grã-Bretanha, sejam igualmente diminuídas. Em suma, a Grã-Bretanha sofre ainda mais e, lhe é necessário muito mais tempo para se restabelecer de uma redução geral dos negócios internacionais do que a maioria dos outros países.

Se Collin Clark tem razão, teremos que fazer frente a dias difíceis. Mas, ele terá razão? A resposta a esta pergunta interessa ao mundo inteiro.

O PROGRAMA DE EISENHOWER

A 4 de janeiro, em uma irradiação televisada, o Presidente Eisenhower definia os principais objetivos de sua administração: assegurar aos Estados Unidos u'a melhor segurança e uma prosperidade crescente e, para isso, pôr em ação todos os meios legais, em caso de necessidade; não demonstrar "uma fria indiferença" para com aqueles que, sem ser por culpa própria, se encontrem em uma situação difícil. Ao mesmo tempo enunciava as realizações econômicas já alcançadas: detenção da baixa vertiginosa dos preços agrícolas e da inflação para evitar o aviltamento da moeda. O governo, orientado pelo bem comum e tendo em vista o bem-estar da família americana, admitia que os investimentos privados compensariam as reduções das despesas com a fabricação de armamentos.

No dia 7 de janeiro, o presidente enviava ao Congresso sua mensagem "sobre a situação da União", a qual, em grandes linhas, previa uma redução de 8 % do orçamento federal; facilidades fiscais; compressão de despesas e a liberação do câmbio e de pagamentos.

Mensagens posteriores trataram relações entre patrões e trabalhadores, do programa sanitário, de questões relativas ao ensino e habitação.

A mensagem teve boa acolhida entre os parlamentares, exceto no que se referia à compressão de despesas no domínio agrícola; os agricultores querem que lhes sejam mantidas as subvenções atuais e numerosos parlamentares democratas apoiam os republicanos de regiões agrícolas. Uns e outros aguardam a execução das medidas propostas com alguma apreensão. O presidente constatou, por outro lado, que as relações dos EE.UU. com o estrangeiro haviam entrado em uma nova fase, que poderia ser favorável a "gregos e troianos", condicionado a que fôsse dado um novo passo para a criação de um sistema de comércio e pagamento, mais são, mais liberal, num mundo livre, que não pode permitir por mais tempo as limitações comerciais arbitrarias aplicadas depois da guerra. Esta é uma afirmativa corajosa porque indica o único meio de reerguer o padrão de vida das populações européias.

Em suma, os EE.UU. deveriam acolher mais liberalmente os produtos estrangeiros e conceder créditos aos países alienígenas para facilitar a conversibilidade de suas moedas. Todavia, a causa não está ganha, embora o presidente tenha prometido submeter ao Congresso, recomendações minuciosas após o relatório que a Comissão de Política Econômica Externa lhe deveria remeter a 6 de março último.

Esta comissão, presidida por Clarence Randall, reuniu em Paris, de 8 a 15 de novembro de 1953, os peritos americanos na Europa e constatou que se os europeus não pedissem para vender aos americanos, era preciso que se fizesse o possível para que eles afrouxassem sseu protecionismo. Ora, o *Buy American Act* de 1933 e o *Defense Production Act* de 1931 levantaram poderosas barreiras aduaneiras, muitas das quais são injustificadas, em particular aquelas que atingem certos produtos franceses que não concorrem de maneira alguma com os produtos americanos. Malgrado esta evidência é possível que se trave este ano no Congresso, uma luta bastante viva

a propósito de tarifas. Com efeito, os protecionistas que dominaram até a crise de 1929 reprovam o liberalismo de Mr. Randall tanto quanto o do Presidente. Os dirigentes das indústrias químicas e têxteis, bem assim os proprietários de minas se levantam contra as reduções tarifárias e como controlam os produtos "estratégicos" em tempo de guerra, sua campanha visa impedir quaisquer concessões, sob o pretexto de que elas prejudicariam a defesa nacional, tornando os EE.UU. caudatários do estrangeiro para os produtos essenciais. A batalha lembraria a de 1840 na Inglaterra, a propósito da derrogação das leis sobre cereais, que de ultraprotecionistas, passou a livre-cambista..., o que lhe deu um século de prosperidade.

Os livre-cambistas não se mantêm inativos; estão em maioria (10 contra 7) na Comissão Randall, em que o presidente partilha de suas opiniões. Entretanto, este precisou redigir dois relatórios — um exprimindo o ponto de vista protecionista e outro da maioria. O segundo relatório compreendia principalmente a abolição do *Buy American Act*, em virtude do qual os serviços governamentais deviam comprar de preferência às companhias americanas, desde que o preço delas não ultrapassasse de 25 % os das companhias estrangeiras. Por outro lado, a modificação num sentido mais liberal dos acordos comerciais recíprocos e sua extensão, estabelecendo medidas para auxiliar a conversibilidade de certas moedas e o reinício de trocas comerciais entre os EE.UU. e o bloco soviético seriam previstos igualmente. Naturalmente, as indústrias americanas que poderiam sofrer prejuízos em face das novas disposições deveriam ser auxiliadas e protegidas em suas dificuldades.

Porque esta luta entre os protecionistas e seus adversários? É que, pela primeira vez após 1945, se manifestam sintomas de recessão. Estes merecem uma "vigilância cuidadosa" recomenda o relatório que o "O.E.C.E." vem de publicar sô-

bre os EE.UU. Deve-se, por isso, considerar essa catástrofe como inevitável? Seguramente não. Em Karachi, a 1 de janeiro, Mr. Butler, Chanceler do Tesouro, dizia: "Muito se fala de uma recessão e muitos a consideram provável". Ele tinha razão.

As predições de Collin Clark, conforme opinião de economistas ingleses, estão baseadas em equações matemáticas excessivamente complexas. Sem dúvida, diremos nós, baseados no fato de que os EE.UU., desde 1951, a demanda é inferior à produção; que em 1952, os preços dos gêneros baixaram 9 %, consolidando o nível de vida medíocre dos agricultores; que os investimentos diminuíram e que, por último, as despesas militares também diminuíram.

O MERCADO AMERICANO

Tais são os índices pessimistas, mas, felizmente, há outros absolutamente contrários. Para os apreciar exatamente, é preciso, de início, lançar um golpe de vista sobre o estado atual da economia americana.

O mercado dos EE.UU. que compreende 160 milhões de pessoas, absorve a metade do aço e do petróleo produzidos no mundo e 3/4 da produção de automóveis. Eis porque o mesmo interessa a todos os países e, quando se o reduz internamente, ou seja, que haja uma recessão de 5 %, vagas de inquietude se propagam por todo o globo terrestre. O padrão de vida dos americanos aumenta sem cessar, enquanto que os demais procuram apenas chegar à estabilidade. As famílias que dispõem de uma renda anual de 4.000 a 7.500 dólares constituem um terço da população e seu número aumentou de 40 % depois de 1947. Por outro lado, o número de famílias com dois filhos dobrou depois de 1940 e malgrado o estancamento da imigração, a população aumentou 15 milhões depois de 1947. Assim, as teses dos sociólogos e demógrafos, segundo as quais os ricos têm me-

nos filhos que os pobres estão des-
troçadas.

O rendimento real disponível por habitante está fixado atualmente em 1.540 dólares, ou seja mais do dobro do de 1900 e aumentou apenas 12 % depois de 1947. Naturalmente, isto é acompanhado da ascensão de grande massa de cidadãos que formou uma classe dispondo de fundos suficientes. Daí o desaparecimento das classes sociais fortemente definidas até 1929. Os bens duráveis tornaram-se de uso corrente, enquanto que não o eram há 25 anos passados. Sobre um outro aspecto, a produtividade, — isto é, o rendimento horário do trabalhador — tem aumentado de mais de 2 % anualmente; é a mais elevada do mundo. Em consequência, o poder de compra se desenvolve e da mesma sorte, o padrão de vida dos consumidores. O mercado, entretanto, está se modificando porque a psicologia americana é uma "resultante" das diversas raças que compõem os EE.UU. O americano que hoje ambiciona ardentemente um determinado produto, o abandonará, talvez, amanhã, com a mesma prontidão. Por outro lado, ele não é escravo de seus hábitos quanto o francês ou o inglês e eis porque é difícil penetrar no mercado americano que derruba quaisquer previsões.

Aquêles que prevêm uma crise devem se lembrar que o sistema econômico americano é atualmente mais flexível que em 1929. As margens de lucro sendo atualmente superiores às de antes da guerra: pode-se baixar os preços e aumentar simultaneamente, os rendimentos dos consumidores, melhorando seus salários e aliviando seus encargos fiscais. Dêsse modo, a procura, tanto quanto as vendas, se desenvolverão. Por outro lado, trata-se apenas de absorver os estoques excedentes, o que pode ser feito em cerca de quatro a seis meses, pois cada ano, a população dos EE.UU. aumenta de 2 1/2 milhões de pessoas e as necessidades já consideráveis do mercado interno aumentam igualmente.

Por outro lado, a reabsorção dos estoques não deve ser difícil porque estes não podem constituir motivo para manobras especulativas, uma vez que os preços das matérias-primas não cessaram de baixar nestes dois últimos anos. Há ainda outras razões de otimismo: a economia privada se mantém em nível elevado, de cerca de 200 bilhões de dólares; a Caixa dos estabelecimentos de crédito está em plenitude; a 25 de janeiro começou o sistema de compras a crédito dos títulos da bolsa, o que fez aumentar o número de compradores. Enfim, a maior parte dos industriais admite que o vulto de seus negócios será comparável ao trimestre correspondente ao ano de 1953. Para o terceiro trimestre de 1953 as despesas de consumo foram de 223 bilhões de dólares contra 217 bilhões no ano de 1952.

Consideradas estas várias razões, pode-se dizer que duas técnicas se aperfeiçoam continuamente: uma que permite levar, sem interrupção, novos produtos ao nível de aquisição da massa e outra que desenvolve nesta o desejo ou necessidade de comprar novos produtos. Em outros termos, a tendência dos americanos em gastar largamente assegura o equilíbrio econômico de seu país.

Os dirigentes de todos os países, compreende-se, examinaram com a maior atenção a mensagem do Presidente Eisenhower, da mesma forma que suas declarações posteriores sobre a economia americana. Alguns declararam que se ele conseguisse convencer seus concidadãos que se devia preparar um orçamento tendo um *deficit* de uma certa ordem de grandesa, a recessão não seria tão grave quanto alguns países creem, sobretudo a Grã-Bretanha. Parece que esta fórmula prudente exprime uma visão exata do problema.

Certos economistas americanos admitem que, em 1954 poderá haver, na pior das hipóteses, um pouco mais de dois milhões de desempregados nos Estados Unidos. Esta opinião não é partilhada unanimemente. A 8 de janeiro, Emil

Rieve, vice-presidente do "C.I.O." um dos principais sindicatos centrais dos EE.UU., anunciava que o número de desempregados era então de 3.250.000, enquanto que o Departamento de Comércio não admitia senão 1.850.000 (2). Mr. Rieve via aí um sinal de regressão e pedia ao governo para combater com medidas enérgicas nos setores dos impostos, da segurança social, da agricultura e das obras públicas. Sabemos que é essa a preocupação essencial do Presidente Eisenhower.

A CONFERÊNCIA DO COMMONWEALTH

Na mesma ocasião inaugurava o em Sidney a Conferência do Commonwealth, a mais importante que até agora teve lugar na Austrália, e que reuniu cerca de 150 ministros, conselheiros e secretários, sob a presidência de Richard Butler, Chanceler do Erário, que declarou que a mensagem do Presidente Eisenhower havia contribuído para reforçar a "zona do esterlino". Esta mensagem acentuava, em substância, a novidade da manutenção da economia americana em seu nível atual, que dava aos aliados a possibilidade de aumentar suas exportações e, acrescentava: "é nesta base de independência e de prosperidade que podemos ser melhor aliados e, de comum acordo trabalharemos para a consecução desse desideratum.

A Conferência tinha por objetivo o estudo das medidas que permitissem, eventualmente, compensar os efeitos de uma recessão nos EE.UU., bem como fornecer os meios de desenvolver os recursos da área do esterlino. Os ministros deviam por isso estudar a política de investimentos do "Commonwealth" e a cooperação no desenvolvimento desses recursos; as perspectivas de trocas na zona "sterling" em 1954, especialmente o problema da restrição das importações; e, enfim, as flutuações na

balança dos pagamentos. Isto supõe, evidentemente, o exame da questão da "preferência imperial".

Na hipótese de uma crise americana, a Grã-Bretanha, para manter suas importações, apelará para as reservas em ouro e dólares da zona do esterlino. Com efeito, seu interesse seria, de momento, aumentar suas compras no mercado americano, onde a crise atual acarretaria uma diminuição de preços. Por outro lado, a Austrália e a Nova Zelândia, cujas exportações se dirigem quase exclusivamente para a Inglaterra, não são favoráveis a uma tal proposição enquanto que o próprio Canadá poderá estar preocupado no tocante ao escoamento dos excedentes de produtos agrícolas.

O comunicado expedido a 15 de janeiro, no encerramento da Conferência, declarava que o Commonwealth devia fazer demonstração de um maior espírito de concórdia e incentivar as trocas comerciais; a zona da libra esterlina não poderia negligenciar os mercados externos e as exportações deveriam ser ampliadas ao máximo. Os ministros admitiam entretanto, que existe "alguma incerteza" quanto ao futuro do comércio mundial, eis porque reconheciam que a confiança era o primeiro fator a ser levado em consideração. No sistema mais livre, que eles preconizavam, a conversibilidade da libra desempenhava um papel essencial. O comunicado acentuou várias vezes, em suas treze folhas, que a posição da libra se consolidara a partir de 1952 e que consideráveis progressos foram registrados no aumento das reservas ouro e em dólares, de par com a ampliação dos recursos nos diferentes países da Commonwealth. Todavia, ponderava o mesmo comunicado, a maior parte desses países tem ainda necessidade de uma complementação de recursos financeiros vindos do exterior. Eis porque o "Commonwealth" convidava as demais nações a colaborar

(2) Segundo dados oficiais, em abril último, já havia mais de cinco milhões de desempregados nos EE.UU. (N.T.).

com ela nos problemas de caráter técnico que importem realmente na consolidação da paz e da prosperidade.

Tendo sido reduzidas as restrições impostas ao Tesouro inglês, os países do Commonwealth deviam se aprovisionar no mercado monetário londrino, para obterem os empréstimos necessários ao financiamento dos diversos programas de valorização. Naturalmente, as grandes exportações tradicionais deviam ser ampliadas, bem como aquelas que correspondem a uma variedade de mercados. Enfim, a Conferência regeitava a idéia de um sistema econômico fechado e discriminativo que não poderia levar senão a restrições crônicas e a crises periódicas. Os países da Commonwealth previram uma outra reunião em prazo curto.

No mesmo dia em que se encerrava a conferência, James Muir, Presidente do "Royal Bank of Canada" declarava na Assembléia anual do banco: "A conversibilidade se impõe". Falando a respeito do comércio internacional, James Muir expressava a opinião de que a zona do dólar devia baixar suas tarifas e "fazer praça de boa vontade no domínio monetário".

Deve-se registrar que é exato que há dois anos a situação econômica do Reino Unido melhorou consideravelmente. Atualmente o fiel da balança de pagamentos se orienta para o ponto de equilíbrio, enquanto que em 1951 o *deficit* havia chegado a proporções perigosas. A produção industrial de 1953 foi 5 % superior a de 1952. O aumento da produção carbonífera e o das exportações continuam sendo os objetivos principais da Inglaterra, porque a evolução para a conversibilidade depende, evidentemente, da capacidade de concorrência dos produtos ingleses e dos da área do esterlino, nos mercados mundiais.

PARA EVITAR A "RECESSÃO"

A gravidade das conseqüências de uma crise eventual ou apenas de uma recessão, não escaparia a

qualquer cidadão clarividente. As medidas preconizadas pela Conferência de Sydney e que se podem traduzir essencialmente pela fórmula "esforço no desenvolvimento das trocas internacionais num espírito de concorrência", mostram que foi compreendida pelos representantes de nove estados da Commonwealth.

Nos Estados Unidos, vimos que se passa o mesmo. Um outro exemplo, dos mais eloquentes, o demonstra. Em novembro último, a "Standard Oil Company" (New Jersey) apresentou à Comissão Randall um estudo notável sob todos os pontos de vista, no qual, tendo em vista o mercado petrolífero, tirava conclusões referentes aos melhores meios de superar uma eventual crise, as quais reproduzimos abaixo:

"Nosso país deveria esforçar-se continuamente para reduzir as tarifas aduaneiras e as restrições conseqüentes, simplificando as formalidades alfandegárias. É necessário encontrar os meios de emprender estas reformas em bases mútuas". A "Standard" admite que as barreiras deste gênero restringem o comércio mundial em seu conjunto, reduzindo a concorrência e criando estados de penúria artificiais. Não lhe parece que a regra atual de conduta "Comprei americanos!" Seja compatível com o objetivo procurado, ou seja, o de encorajar o comércio alienígena. Eis porque ela pede a revisão, senão a supressão desta regra quase legal e a manutenção em vigor da assim denominada lei do comércio recíproco.

Essa empresa queria também que fosse revisada a política fiscal dos EE.UU. relativa aos investimentos no exterior, que grava freqüentemente as companhias americanas que operam no ultramar, pelo regime da dupla incidência direta e indireta. "É necessário" diz ainda, "restabelecer o princípio da cortezia entre nações, segundo a qual as atividades no exterior deveriam ser reguladas pela jurisprudência do país onde elas exercem suas atividades e não ficarem sob o

guante das leis americanas. Uma das principais regras de nosso governo no que concerne ao comércio exterior deveria ser a uniformidade de conduta, a lógica, pois ele é muito importante para os EE.UU. Nosso país em que o nível de produtividade é o mais elevado do mundo atingiu um grau de desenvolvimento econômico que nos permite não somente assegurar as necessidades de nosso próprio consumo em numerosos produtos, mas ainda de os fabricar muito além das nossas necessidades. É evidente que, a menos que tais produtos sejam dados a tróco de nada, não poderemos encontrar saída para eles, sem aceitar, em contrapartida, os produtos estrangeiros. E tem-se uma grande vantagem em tais trocas, uma vez que troquemos nossos produtos pelos que temos carência ou por aqueles que outros países possam fabricar em melhor conta, pois assim teremos a vantagem de dispor de uma maior variedade de coisas ou de as obter a preços mais baixos".

Esses argumentos e outros semelhantes, que terão sido certamente compreendidos pelos membros da Comissão Randall, tornaram evidente que o Presidente Eisenhower meditou sobre os mesmos. Seu conhecimento da Europa, sua autoridade, a retidão de seu julgamento permitem esperar que faça valer sua opinião no Congresso. Suas recentes mensagens são de bom augúrio a este respeito.

A POSIÇÃO SOVIÉTICA E A PAZ MUNDIAL

Em fins de outubro de 1953, os Soviets reuniram em Varsóvia o Conselho de Ajuda Econômica, criado para se contrapor ao plano Schumann, à "Comunidade do Carvão e Aço" e assegurar a homogeneidade do bloco oriental. Esta Conferência decidiu, entre outros assuntos, a coordenação econômica mais estreita dos países interessados, a centralização da distribuição das matérias-primas e a transferência eventual, segundo as necessidades, das instalações de usinas

de um país para outro. Um plano quinquenal de conjunto será apresentado na sessão da primavera próxima. O Oriente, também não está isento de um ambiente de inquietação.

A 3 de outubro de 1952, Stalin publicava na revista "Bolchevik" um extenso artigo doutrinário no qual recomendava a constituição de um bloco de nações — China, U.R.S.S. e satélites — oposto às nações "capitalistas" e no seio do qual, tudo correria melhor. Haveria então dois mercados mundiais paralelos. Stalin julgava que as dificuldades de escoamento no mercado mundial se agravariam para as nações "capitalistas" e desencadeariam uma crise "em ligação com a desintegração do mercado mundial".

Stalin admitia também que "as contradições entre o capitalismo e o socialismo são mais fortes, teoricamente, que entre os países capitalistas". Isto para os teóricos do bolchevismo, era já verdadeiro, evidentemente, antes da segunda guerra mundial. Porque então, esta guerra começou entre os próprios países capitalistas entre si e não foi desencadeada por estes contra a U.R.S.S., país socialista? O próprio Stalin respondeu: Porque a guerra entre países capitalistas repousa unicamente na questão da predominância destes, uns sobre os outros, enquanto que a guerra contra a U.R.S.S. envolveria obrigatoriamente a questão da existência do próprio capitalismo. O ditador concluía que nações como a Inglaterra, a França, a Alemanha e o Japão, se bem que imperialistas como os EE.UU., sacudirão um dia o "jugo americano" porque "a luta dos países capitalistas pelos mercados e o desejo de esmagar os concorrentes foram na prática mais fortes (no passado) que as contradições no campo do capitalismo e do socialismo. "Em consequência, as guerras entre os países capitalistas são inevitáveis..."

O professor Eugène Varga, o mais célebre economista soviético, que foi ministro da economia em 1919, com Lenine, endossa totalmente es-

ta opinião numa obra que foi editada no fim do ano passado e que é intitulada "As contradições e a luta no interior do campo imperialista". Esta tomada de posição é tanto mais notável, de vez que, em 1946 Varga havia escrito que o capitalismo ocidental tinha encontrado os meios de sustar os crises, o que lhe tinha valido alguns "abracos" por parte dos marxistas intransigentes. Presentemente, ele juntou-se novamente a eles. Com efeito, agora assim se manifesta: "A União Soviética não tem necessidade de uma guerra para enfraquecer o sistema imperialista; as leis internas do capitalismo provocam inevitavelmente o seu desmoronamento".

Stalin em seu discurso de encerramento do 19º Congresso do Partido Comunista, a 14 de outubro de 1952, insistia novamente nas contradições internas dos países capitalistas exortando "os partidos comunistas irmãos, brigada de choque da revolução mundial na destruição da burguesia internacional". Molotov e Malenkov, em seus discursos, desenvolveram as mesmas teses. Eles argumentavam que as tarefas gigantescas assumidas pelos EE.UU. excederiam a sua potência financeira, provocariam crises econômicas e, no âmbito destas, crises sociais que abririam, elas mesmas, caminho ao bolchevismo.

Nessa época, a opinião inglesa conservadora, tanto quanto a trabalhista, admitia, com razão, que Stalin não pensava realmente que uma guerra fosse provável entre as potências ocidentais, mas que ele exploraria ao máximo suas divergências e que poderia mesmo oferecer um acordo a um ou outro dentre eles. Para o "Times", Stalin era

"o automobilista que se detém (tendo deixado seu motor ligado) quando as luzes são vermelhas e que vai para diante quando são verdes". A estratégia fundamental do comunismo permanece invariável, hoje como ontem: trata-se de explorar todas as contradições da sociedade capitalista.

Atualmente, dir-se-á, a U.R.S.S. faz sua política mudar de rumo e o governo de Malenkov parece seguir a regra de conduta que seu chefe definia em março de 1953 nos seguintes termos: "O partido comunista e o governo da U.R.S.S. consideram que só uma política exterior baseada na confiança mútua é necessária e justa, a qual somente provém dos fatos e se acha confirmada por eles". Trata-se de sábias palavras, mas os dirigentes soviéticos estão demasiadamente advertidos das realidades internacionais para crerem que seja possível a "co-existência" dos dois sistemas econômicos e políticos que partilham o mundo, se um deles — o sistema comunista — continui a desejar a derrocada, pura e simples do outro e não cesse de trabalhar por intermédio dos "partidos comunistas irmãos, brigada de choque da revolução mundial".

De qualquer modo, um verdadeiro regulamento pacífico, infinitamente desejável, somente seria obtido se as nações ocidentais permanecessem estreitamente unidas, tanto no plano econômico, quanto no político. Elas não serão verdadeiramente poderosas se deixarem aumentar as ameaças no domínio econômico. As nações democráticas podem impedir a crise, pois para isso possuem todos os meios necessários; será necessário apenas uma certa largueza de vistas.

IMOBILIÁRIA BRASIL-CENTRAL LTDA.

Loteamentos e Incorporações — Compra e Venda de Imóveis à Vista

RUA VISC. INHAÚMA, 134 — 10º AND. — SALAS 1026 A 1029 — Tel. 23-1215

Rio de Janeiro

EXISTÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL

Major WALDYR DA COSTA GODOLPHIM

Ainda hoje, com tão intensas relações entre os povos, se discute a existência do direito internacional. Não é assunto meramente acadêmico, como pode parecer. A atitude de um Estado face a este problema pode gerar uma orientação política de respeito aos demais povos ou de insolência e prepotência para com os Estados mais fracos.

Embora o desenvolvimento da vida internacional tenha acarretado apreciável progresso na doutrina, autores há que negam a existência do direito das gentes. Suas opiniões derivam de argumentos ponderáveis, buscados principalmente na continuidade histórica do direito e nas contradições que se assinalam entre o direito internacional e o conjunto do direito privado.

Antes de entrarmos, propriamente, na tese do presente trabalho, alinhmos certas definições de direito internacional público, como é entendido por alguns tratadistas, a fim de angariar elementos para construirmos uma opinião. Assim:

"Sanchez de Bustamante — Direito Internacional Público é o conjunto de princípios que regulam os direitos e deveres exteriores e as relações das pessoas jurídicas que fazem parte da comunidade internacional entre si e com a Sociedade das Nações e a União Pan-Americana (1), assim como as normas comuns de proteção individual interna ou externa estabelecidas por acordos internacionais;

Hildebrando Acioli — Direito Internacional Público ou Direito das Gentes é o conjunto de princípios

ou regras destinadas a reger os direitos e deveres internacionais, tanto dos Estados e outros organismos análogos, quanto dos indivíduos;

Quintana e Carlos Molina Shaw — Direito Internacional é o conjunto de normas jurídicas que regulam a extensão dos direitos e deveres das pessoas internacionais em suas relações recíprocas".

Dentro das definições, a discussão do assunto se apoia em teses subsidiárias:

- a) a pessoa jurídica internacional;
- b) a comunidade internacional;
- c) o conjunto de princípios e de normas jurídicas internacionais;
- d) as relações recíprocas entre as pessoas internacionais.

Diz Clóvis Beviláqua que "a pessoa jurídica como sujeito de direito, do mesmo modo que no ponto de vista sociológico, é uma realidade, é uma realidade social, uma formação orgânica investida de direitos pela ordem jurídica, a fim de realizar certos fins humanos. O direito não recebe da natureza esta categoria de pessoas. Encontra-na na sociedade e dá-lhe o caráter de que necessita para subsistir e desenvolver-se".

O instinto gregário do homem leva-o a procurar em seus semelhantes verdadeiros sócios. Já Aristóteles afirmava ser o homem um animal político destinado à cidade (Estado) pela sua natureza.

No agrupamento instintivo, êle verifica que não só sobrevive como também progride e melhora. E por isto, dentro da atmosfera so-

(1) Hoje a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos.

cial que o envolve, o homem se reúne em grupos, antevendo as suas possibilidades de criação. São essas sociedades menores ou grupos sociais, que lhes dão o poder de organização social. É dentro dela que os indivíduos se coordenam e se adaptam de tal modo que o grupo vem a adquirir uma unidade social de traços psicológicos particulares, de certo modo independente das almas individuais dos que o constituem.

Cria-se assim, no grupo social, uma pessoa moral, como realidade supra individual. Pode, pois, haver uma enorme variedade de pessoas morais, grandes e pequenas, desde a nação com muitos milhões de habitantes, até a firma comercial com apenas dois sócios.

A nação é uma pessoa moral, estável e organizada, que se formou espontaneamente dentro da sociedade, sem propósito deliberado. Desenvolveu-se pouco a pouco e existe durante muito tempo antes de estabelecer normas fixas para reger a sua existência e formular os princípios do seu funcionamento. Quando a nação, como toda pessoa moral, toma conhecimento dos seus fins, procura-os atingir com determinados meios, e se socorre do direito para criar as regras da sua atividade, transforma-se em pessoa jurídica. Assim o Estado é a nação transformada em pessoa jurídica, para proporcionar aos seus habitantes a civilização e o progresso.

Nesse caráter de protetor, o Estado se apresenta como uma sociedade civil perfeita e soberana, isto é, com autoridade para disciplinar e zelar pela existência das sociedades civis menores que habitam dentro dele. Sua autoridade social, no meio dos Estados formados por processos idênticos, se afirma também soberanamente, criando-lhe uma personalidade jurídica internacional que lhe dá direitos e, do mesmo modo, lhe permite contrair obrigações.

O artigo 13 do Código Civil Brasileiro reconhece a existência de pessoas jurídicas de direito público externo. Eram elas os Estados dotados de soberania e a Santa Sé,

ou o Primado Supremo da Igreja Católica. Após os Acórdos de Latrão, da Itália com a Santa Sé, em 1929, esta última pessoa jurídica internacional passou a designar-se Estado da Cidade do Vaticano. Hoje em dia há maior número de pessoas jurídicas de direito externo, como a ONU e seus organismos especializados, de existência marcante na órbita internacional. Estas entidades se constituem como pessoas jurídicas de direito internacional da mesma maneira que suas congêneres de direito privado. São associações de Estados, distintas dos membros que as constituem a quem estes reconhecem a capacidade de possuir direitos e obrigações internacionais.

O mundo contemporâneo, principalmente desde o fim da segunda guerra mundial, tem assistido à criação de numerosos organismos internacionais, que já ascendem a mais de uma centena. Ao mesmo tempo que dentro da ONU, dependem ou a ela se acham associados múltiplos organismos especializados, existem outros organismos regionais como a Organização dos Estados Americanos que também possuem organismos de si dependentes.

Todas essas associações precisam de capacidade jurídica para funcionar, assim a ONU, a OEA, a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, etc. Essa capacidade é geralmente assegurada por acórdos ou convenções internacionais. A Carta de São Francisco estabelece expressamente no seu artigo 104: "A Organização gozará, no território de cada um dos seus Membros, da capacidade jurídica que seja necessária ao exercício de suas funções e à realização de seus propósitos".

Para bem aquilatar-mos da realidade da personalidade jurídica desses organismos internacionais, pedimos vênha ao notável internacionalista brasileiro, Dr. Hildebrando Acioli para transcrevermos um trecho de seu artigo a respeito, publicado no "Jornal do Comércio" de 12 de julho de 1953 (Privilégios e Imunidades dos Organismos Internacionais): "Antes do mais, deve

assinalar-se que tais atos confirmam, todos, o reconhecimento da capacidade jurídica dos respectivos organismos. Já vimos como a ela se refere o artigo 104 da Carta das Nações Unidas. A Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) quase reproduz aquela disposição, em seu artigo 103, redigido nestes termos :

"A Organização dos Estados Americanos gozará, no território de cada um de seus Membros, de capacidade jurídica, privilégios e imunidades, necessários para o exercício de suas funções e a realização de seus propósitos".

Essa cláusula e a outra, da Carta de São Francisco, não dizem precisamente o que se teve em vista com o reconhecimento de tal capacidade. Havia de ser, porém, o que naturalmente decorre das mesmas e é consequência da personalidade jurídica dos organismos em causa. Na verdade, os acordos especiais posteriores às duas Cartas indicaram com clareza o que foi visado naqueles artigos.

A Sub-Comissão que tratou desse assunto na Conferência de S. Francisco mostrou que a Organização das Nações Unidas devia poder, em seu próprio nome, "contratar, adquirir propriedade móvel e imóvel, comparecer em juízo" (UNCIO, docs., vol. 13, p. 817). Assim o entenderam explicitamente vários acordos vigentes sobre privilégios e imunidades dos organismos internacionais.

A Convenção sobre privilégios e imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembleia Geral a 13 de fevereiro de 1946, dispõe a esse respeito o seguinte, na seção primeira, art. I :

"A Organização das Nações Unidas possui personalidade jurídica. Tem a faculdade: a) de contratar; b) de adquirir e de vender bens imóveis e móveis; c) de demandar."

Os três acordos concluídos pelo Conselho Federal Suíço, respectivamente, com a Organização Internacional do Trabalho (I-III-946), as Nações Unidas (II-VI-946) e a

Organização Mundial de Saúde (21-VIII-948) se limitaram — é verdade — à enunciação do princípio do reconhecimento da "personalidade jurídica" e da "capacidade jurídica, na Suíça", de cada um dos três mencionados organismos.

O acordo, porém, entre o Governo da República Italiana e a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) segue o texto acima citado, da Convenção das Nações Unidas, dispondo o seguinte, no art. VII, seção 14 :

"O Governo (italiano) reconhece a personalidade jurídica da FAO e, particularmente, sua capacidade: a) para contratar; b) para adquirir bens móveis e imóveis e deles dispor; c) para comparecer em juízo".

Assim também, o projeto de acordo entre a França e a UNESCO, já aceito pelo Governo francês, dispõe, em termos quase idênticos, o seguinte, no art. 1º :

"O Governo da República Francesa reconhece a personalidade civil da Organização e sua capacidade para: a) contratar; b) adquirir e alienar bens móveis e imóveis; c) instaurar ações perante os tribunais".

O Acordo entre o Canadá e a Organização Internacional de Aviação Civil (OACI) assinado em Montreal a 14 de abril de 1951, não se afasta dessa norma, ao declarar, no art. II, seção 2 :

"A Organização possui a personalidade jurídica. Ela tem a capacidade jurídica de uma pessoa moral, inclusive a de: a) contratar; b) adquirir e alienar bens imóveis e móveis; c) demandar em juízo."

Não foi outro o modo igualmente seguido pelo Acordo multilateral sobre privilégios e imunidades da Organização dos Estados Americanos, o qual dispõe, mais simplesmente, o seguinte, no art. 9 :

"A União Panamericana terá autoridade, no exercício de suas funções de Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, para: a) contratar; b) adquirir

bens móveis e imóveis e dêles dispor; c) instaurar processos judiciais."

Merece assinalada a restrição constante desse artigo. Não se trata, propriamente, da OEA, em conjunto, e sim apenas de sua Secretaria Geral, que tem sede na cidade de Washington. Parece evidente que o objetivo visado foi só, por assim dizer, o do exercício daquelas faculdades a capital norte-americana.

A citada Lei americana n. 291, de 9 de dezembro de 1945, adotou aquela mesma orientação, ao reconhecer expressamente às organizações internacionais de que os Estados Unidos são membros e que têm sede em território americano a capacidade: de contratar, de adquirir propriedades imóveis e móveis e delas dispor, e de instaurar processos judiciais.

O Estado é uma pessoa jurídica de direito externo. Sua condição inerente de soberania dá-lhe essa característica e, por ela, pode se afirmar, dispondo de seu destino, submetendo-se voluntariamente aos tratados e afirmando-se entre os demais Estados.

O conceito de soberania é dos argumentos mais contravertidos na discussão da existência do direito internacional.

A soberania é um dogma a que os Estados se aferraram desde que se constituíram em unidades políticas independentes e consiste fundamentalmente na idéia de que o Estado tem um poder supremo e incontestável. Sua autoridade não reconhece poder superior ou concorrente ao seu, o qual não pode ser limitado por outro qualquer, tanto nas relações internas como nas relações com outros Estados.

O conceito de soberania, entretanto, se choca com o axioma de que aonde está a sociedade aí está o direito; e desta contradição ressalta o dilema: ou o Estado é soberano e então não há regras que limitem a sua ação ou, se está subordinado ao direito internacional, não é soberano.

O conceito de soberania foi-se formando independentemente de

qualquer cogitação filosófica. Suas raízes mais profundas mergulham na Idade Média quando os Bárbaros substituíram o Império Romano por monarquias cujos reis se julgavam pessoas sagradas destinadas a exterminar o paganismo de Roma. A organização militar do Estado, cedo evoluiu para o feudalismo. Neste, os senhores de terras eram soberanos, em virtude do direito de propriedade. O rei "primus inter pares", não o era senão em suas terras e só exercia poder sobre os barões em grau proporcional à superioridade da sua hierarquia militar. É de se ver que a camaradagem militar os igualava e a autoridade do rei como chefe de Estado era freqüentemente desafiada e vencida. Não havia idéia de pátria e de nação nos moldes da Grécia e de Roma. O Estado existia apoiado nos laços de solidariedade defensiva que unia os barões entre si e não nos sentimentos de uma mesma nacionalidade ou de uma pátria comum.

Entretanto, deste quadro geral da Idade Média, haveria de surgir os Estados na sua acepção moderna. Por um fenômeno de integração, era natural que houvesse fusão de reinos, principados e ducados em virtude de casamentos, heranças, conquistas, usurpações, etc. Formaram-se grandes famílias, enquanto outras iam desaparecendo ou tornando-se caudatárias, pagando tributos e reconhecendo uma autoridade superior. Uma aristocracia passou a reunir-se em volta do líder institucional que era o rei.

Além desse fenômeno sociológico de integração, as lutas religiosas e os fatores de ordem econômica acentuaram a tendência à concentração de um poder monárquico, impondo uma disciplina sobre as comunas e sobre os aristocratas.

Naturalmente que quando os reis tiveram sua autoridade estendida por sobre os feudos, não mais passaram a receber homenagens como senhores de terras ou chefes militares. Era a autoridade real que se prestava culto, porque superior

a todas as outras e por se estender a todo o território.

Houve aí a primeira translação no conceito de soberania. Até então era propriedade, isto é, o reconhecimento de um direito privado; depois tornou-se um direito subjetivo do monarca. Soberana era a autoridade do rei, surgida como simples consequência da evolução histórica. Assim a soberania interna foi o primeiro aspecto de que se constitui o conceito de soberania, tal como se entende até hoje.

Externamente, também, os monarcas se lançaram à luta procurando libertarem-se da subordinação ao poder da Igreja e à autoridade dos imperadores do Santo Império Romano Germânico. Vitoriosos também, os monarcas adquiriram nas relações internacionais o mesmo conceito de soberanos que já possuíam dentro de seus países.

Essa noção de soberania do rei foi paulatinamente se transferindo para o Estado. Soberania passou a ser a característica do poder, a autoridade política que não reconhece outra superior. Foi esse o conceito que se firmou e com pequenas alterações tem permanecido até hoje. Inicialmente no rei, "L'Etat c'est moi", com a Revolução Francesa foi preservada, apenas transferindo-se do Rei para a Nação, para voltar de novo ao Estado, no século XX, na forma absorvente do totalitarismo.

As teorias da soberania absoluta, que encontram suas expressões máximas dentro da doutrina alemã de Jellinck, Hegel e Fichte consagram a força como elemento dominante nas relações externas. Para eles o direito internacional existe para o Estado e não o Estado para o direito internacional. Tais são as idéias que predominaram durante quatro séculos e que são em grande parte culpadas pelo estado desastroso em que se encontra o mundo dos nossos dias.

Entretanto, hoje, o direito internacional tem se afirmado por imposição da própria sobrevivência dos Estados que assim são forçados a reconhecerem no conceito de

soberania, a necessidade de certas limitações.

A interdependência crescente dos Estados cria fatos internacionais que exige uma disciplina jurídica para serem solucionados. Eles se inclinam por isso a estabelecerem normas expressas ou tácitas de conduta, harmonizando os princípios da soberania do direito internacional. Assim é que atualmente vigoram certas convenções que realizam esta adaptação necessária:

1º) o direito internacional não é um poder coator à semelhança dos outros. É um contrato feito pelo Estado, justamente por dispor de sua soberania;

2º) todas as convenções entre governos, para serem válidas, dependem do assentimento dos poderes nacionais, que se manifestam pela ratificação;

3º) quando não há aquiescência do governo, as medidas decorrentes são ações de fato, não de direito, e como tais devem ser consideradas;

4º) as partes contratantes podem desligar-se de suas obrigações.

Entretanto esses princípios dizem respeito mais aos acordos bilaterais entre governos, aos tratados-contratos, que aos acordos-leis, verdadeiras normas gerais que, reunindo grande número de Estados civilizados, indicam a existência de um espírito internacional, de uma comunidade de nações, dentro da qual podem ser debatidos os problemas gerais dos Estados numa atmosfera de compreensão e de igualdade de doutrina.

A comunidade internacional se forma paulatinamente. Há no mundo um processo de unificação profundo, apesar das infinitas dificuldades e tropeços que os povos, cultivados por séculos de nacionalismo ferrenho, encontram para adaptarem às contingências do momento os seus antigos conceitos de soberania e de equilíbrio político.

Esse imperativo de união é devido principalmente ao progresso assombroso da técnica. Pode-se dizer que no século XX está ocorrendo uma segunda revolução in-

dustrial com profundas consequências não só no campo econômico, como no social, político, militar e jurídico. As nações industriais, mesmo as de enormes recursos em matérias-primas não podem se obter de procurar relações com o estrangeiro; o progresso das comunicações e dos transportes faz diminuir as distâncias entre todos os pontos do globo e confirma o fenômeno da interpenetração dos povos que está se operando neste século.

O princípio da solidariedade internacional toma corpo, traduzindo-se na teoria da auto-limitação da soberania do Estado e, deste modo, alarga o campo para a aplicação do direito internacional moderno. Há soberania no momento legislativo que voluntariamente se restringe na fase executiva, no interesse do bem geral.

A interdependência entre os Estados é um fato irrecusável. A política das nações já não pode ignorar esse fenômeno histórico, sem que sofra sanções imediatas e funestas.

O totalitarismo do Estado, que tão sangrentamente caracterizou a primeira metade do nosso século, é o último reduto do conceito de soberania; mas sua derrocada é previsível por não apoiar seus fundamentos na interdependência dos povos, antes impondo uma subordinação que não mais corresponde aos anseios da época.

Mesmo a influência anormal que as duas superpotências emergentes da 2ª Grande Guerra tem exercido, está sofrendo radical modificação. Elas não mais têm a orientação absoluta nos terrenos político, estratégico ou tático. Em cada dia que se passa surgem maiores demonstrações de independência dentro das duas órbitas. A estrutura do mundo baseada em duas potências dominadoras com as demais subordinadas às suas diretivas, principia a romper-se a proporção que as nações se convescem das feridas da guerra. A transformação básica da situação histórica não mais permite povos governantes, cuja influência política, embora ve-

ladamente, se fazia sentir no poder de decisão das outras soberanias. A prova disso está nas inúmeras terceiras forças que se organizam no mundo e nos movimentos de independência de nações menores que aceitam o princípio da interdependência mas não o da subordinação.

Não é mais possível fazer desaparecer na vida internacional contemporânea o sentimento de uma estreita comunidade. A sociedade dos Estados cada vez se estreita mais de modo que se torna difícil o isolamento. A troca de idéias, o intercâmbio intelectual e material são condições que hoje impõem o gregarismo dos Estados como, em escala muito maior, impõem o gregarismo dos homens.

Exemplo maior dessas novas bases da vida internacional está na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Aí se verifica que os direitos e deveres internacionais não dizem respeito somente aos Estados entre si, mas que também encontram ressonância na comunidade internacional representada na Assembléia Geral através de seus diversos conselhos e comissões.

Chegamos finalmente à terceira questão que pudemos discernir nas definições de direito internacional. Existe um conjunto de regras e princípios que regulam direitos e deveres de pessoas internacionais?

Os negadores práticos afirmam que o direito internacional não tem validade de ordem prática, objetiva, por não possuir legalidade própria, por não se exprimir em termos da lei. Os negadores teóricos admitem a existência de normas que são aceitas no plano internacional e até obrigam os Estados soberanos; entretanto tais normas não têm o caráter jurídico necessário a dar existência ao direito internacional por não existir comunidade internacional e por não haver um legislador internacional.

Podemos distinguir três pontos a analisar dentro desse quadro geral:

1º — não existe um corpo de normas, um "corpus juris" interna-

cional, capaz de dar validade jurídica às obrigações derivadas dos convênios entre Estados e de firmar a vida internacional em normas fixadas de conduta;

2º — não existe um legislador internacional;

3º — não existe sanções, ou antes, não existe uma autoridade suprema incumbida de aplicar sanções contra a violação das normas e preceitos internacionais.

A inexistência de um "corpus juris" internacional é, de fato, ponto crucial na discussão da existência do direito das gentes.

A antiga concepção era de que os Estados podem obrigar-se por meio de convenções, mas que, não havendo normas superiores ao Estado para sancionar os contratos internacionais, nada obsta que estes repudiem a qualquer momento as obrigações derivadas de seus convênios. Esta concepção encontra seu climax, na célebre frase do chanceler alemão Bethman Holweg, logo no início da guerra de 1914, quando conceituou os tratados como farrapos de papel.

Hoje em dia, porém, a existência da comunidade internacional vem oferecer aos Estados a possibilidade de se entenderem sobre certos pontos definidos de Direito, capazes de serem por ela considerados com o caráter de norma jurídica. O art. 13, mesmo, da Carta de São Francisco, reconhece a necessidade da codificação do direito internacional.

Dando execução a este artigo da Carta, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou, em 1948, a Comissão de Direito Internacional, que continuando as atividades da Comissão de Codificação, criada na Assembléia Geral de 1946, tem trabalhado continuamente.

Os objetivos e fins dessa Comissão são os de estudar os métodos apropriados ao desenvolvimento progressivo do Direito Internacional e sua codificação e dentro dela a legislação sobre o mesmo vai avançando lentamente através de exames do conjunto do direito internacional, das matérias que a ele devem ser distribuídas, da formu-

lação dos princípios de direito internacional reconhecidos pelo Estatuto e pelos julgamentos do Tribunal de Nuremberg, da redação de um Código de Crimes contra a paz e a segurança da humanidade, de problemas de jurisdição criminal internacional, da organização da documentação relativa ao direito internacional costumeiro e do projeto de Declaração sobre os Direitos e Deveres dos Estados.

Outros assuntos mais particularizados tais como Direito dos Tratados, Processo Arbitral e Regime de Alto Mar, também têm sido abordados.

A existência de um "corpus juris" internacional é ponto estrutural na vida das nações. Não resta dúvida que, para se atingir essa meta, ainda resta um longo caminho; mas o trabalho da ONU é atestado eloquente da existência do direito internacional. Sobre as dificuldades dessa obra citamos Gilberto Amado: "Codificar o direito internacional é, antes de tudo, pôr em movimento e suscitar a obra legislativa na comunidade internacional. No campo internacional, a jurista tateia à procura da regra de direito. A sociedade que engendra essa regra, é uma aglomeração primitiva, sem limites determinados, vivendo ao acaso das coincidências de interesses de entidades abstratas, desprovidas de sensibilidade humana. Sua base é o Estado que não conhece senhor e, sempre que pode, recusa conhecer igual. A regra de direito internacional, depende da prática repetida de atos dessas entidades, separadas umas das outras pelos muros das soberanias. E esse acôrdo não se produz automaticamente com a convicção popular no seio das organizações nacionais; tem que ser obtido pela negociação, pelo conflito, pela guerra".

A falta de um organismo legislativo foi reconhecida a necessidade de dotar a organização internacional de um aparelho judiciário que lhe regulasse os conflitos fixando a norma jurídica a ser observada. A Corte Internacional de Justiça, parte integrante da ONU, criada

para esse fim, ficou com a missão, não só de aplicar o direito escrito constante dos tratados em vigor, mas também, de revelar e de formar novos princípios de direito internacional.

O julgamento da Corte não é de cumprimento obrigatório; entretanto as suas decisões vão se constituindo em jurisprudência de direito internacional que, paulatinamente, se constitui em valioso auxiliar da organização jurídica internacional. Em suma, nela também se inspiram os homens de Estado, os codificadores e os legisladores do direito internacional.

O problema das sanções, isto é, da coercibilidade do direito internacional, também progride paulatinamente com o aperfeiçoamento das instituições jurídicas internacionais.

Hoje essa matéria já saiu da fase especulativa para se tornar atual; o sistema de segurança coletiva previsto no capítulo VII da Carta das Nações Unidas para preservar a paz e a segurança internacionais, já foi posto à prova quando da eclosão da guerra da Coreia. A coerci-

bilidade aí prevista, não como instrumento do direito internacional, mas como meio coercitivo posto à disposição do Conselho de Segurança, inclui as sanções de natureza material como a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicações ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

As medidas militares incluem as ações aéreas, navais e terrestres, isoladas ou combinadas, executadas por todos os membros das Nações Unidas ou por alguns deles.

A tese da coercibilidade do direito internacional ganhou considerável reforço com a guerra da Coreia, aonde, pela primeira vez na história, funcionou um sistema internacional de segurança coletiva.

E isso vem provar que, num futuro não muito distante, o direito internacional possuirá todos os elementos que têm servido, até agora, de argumentos aos que negam a sua existência.

TYRESOLES DO BRASIL S.A. REGENERAÇÃO DE PNEUS

MATRIZ:	FILIAL:	SUCURSAIS:		
SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	NITERÓI	BARRA MANSA	JUIZ DE FORA
RUA GUACURUS, 979	AV. SUBURBANA, 68	RUA MAR. DEODORO, 226	RUA DA BANDEIRA, 88-A	AV. RIO BRANCO, 11
FOFONE: 5-0043 e 5-0044	TEL. 40-3808	TEL. 5550 E. DO RIO	TEL. 48 - E. DO RIO	TEL. 4199 EST. DE MINAS

REFORME OS SEUS PNEUS LISOS — QUILOMETRAGEM IGUAL AO

DE SEU NOVO PELA METADE DO PREÇO.

MAQUINÁRIAS E MÉTODOS PATENTEADOS

AVENIDA SUBURBANA, N. 68 — TELEFONE: 48-3808

RIO DE JANEIRO



GENERAL ALIPIO DA FONTOURA COSTALLAT

Conferência proferida pelo General EUCLYDES FIGUEIREDO, na Associação dos ex-Alunos do Colégio Militar, no seu 15º aniversário, no dia 26 de abril de 1954

Dentre os múltiplos e já por tantas vêzes assinalos serviços à coletividade, prestados pela modesta Associação dos Ex-Alunos do Colégio Militar, releva sobressaltar o da manutenção e avivamento dos laços da camaradagem que predem, para todo o resto do seu viver, aqueles que tiveram a ventura de passar as suas menenices sob o pálio protetor do educandário fundado por Thomaz Coelho. A assistência aos mais necessitados, que aqui se pratica na escala de uma possibilidade minguada, mas em todo caso eficiente, que por isso já é notável, a amena convivência que a todos proporciona, não bastam para satisfazer os designios dos que dirigem este Grêmio; eles estendem mais longe as suas vistas, e procuram reverenciar as memórias dos chefes, que foram os grandes orientadores na formação moral, intelectual e física das várias gerações de moços que lá se abrigaram. É cultuando o passado e fazendo sobressair nêle os vultos das gran-

des figuras que o ilustraram, que se já prestimosa contribuição para a boa e fiel história. Verdadeiros ensinamentos são tirados do estudo e da meditação sobre as vidas dos indivíduos que legaram à posteridade exemplos benéficos e dignos da retidão de proceder.

O Colégio Militar criou dêsses homens. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a vida pública em geral, e tôdas as profissões nobilitantes do Brasil, contam com homens que formaram o seu espírito e o seu físico dentro do notável estabelecimento do palácio da Babilônia. Muitos ascenderam a culminâncias, nas diversas classes de atividades. E nelas são dos melhores. As mais altas virtudes humanas e sociais foram lá cultivadas e aprimoradas; os melhores caracteres nêle se formaram. Saídos da mesma escola, há os que, assim, cá fora triunfaram, há generais em tôdas as Forças Armadas; há marechais, almirantes e brigadeiros, ministros de Estado, juizes, pro-

fessôres, diplomatas, comerciantes, advogados, engenheiros, escritores, homens de letra; mas há também os que, por circunstâncias várias não lograram galgar situações de destaque na sociedade, não conquistando postos de relêvo nas profissões a que se dedicaram. Mas todos se nivelam, no que diz respeito ao trato mútuo na vida. Todos somos irmãos, todos nos queremos. Existe um sentimento de amizade que nos prende uns aos outros; nos faz procurarmo-nos, no culto de um afeto recíproco, que, bem se vê, foi aurido em boa e límpida fonte, caracteres que se plasmaram no mesmo cadinho.

Devemo-lo aos mestres que la tivemos; aos Lima Barros, a Arêas Junior, a Sebastião Alves, a Ferreira da Paixão, a Josoino de Albuquerque, a Temistocles Nogueira Sávio, a Felisberto de Menezes, a Nunes Pires, a Nelson de Vasconcelos, a Araujo Lima, a Aguiar e Souza, a Rodrigues de Campos, a Moraes Carneiro, a Jonathas Barreto, a Odoarto de Moraes, aos irmãos Barreto — o Fausto e o Alexandre, a Laudelino Freire, a Henrique de Noronha, aos Daemon, a Duque Estrada, a Salatiel de Queiroz, a Maximino Maciel, a Curiacio Cabral, ao velho e sempre saudoso Lino de Andrade, a Bittencourt Calazans, a Cotrim de Almeida, a Hemetério dos Santos, ao em tudo exemplar Barão Homem de Melo, e — por que não citar também? — ao emérito professor de ginástica e natão, o inolvidável Manoel Gonçalves Corrêa; aos dedicados instrutores militares, os capitães Mendes da Silva, Herculanio, Trajano de Oliveira; aos preceptores todos, os abenegados e educadores, àqueles que moldaram em nossos corações, então juvenis, os alicerces da nossa alma de soldados; e para os que vieram a ser paizanos, não se perderam as lições de disciplina, de devotamento à Pátria, e de compreensão dos deveres de cidadãos, que devotadamente incutiram em nosso espírito, os quais seria injusto esquecermos nesta festa de saudades, e cujas virtudes penso poder reunir, destacando

dentre todos àquele que se tornou um símbolo das qualidades àue admiramos, porque as possuía todas — o merechal Esperidião Rosas.

Devemo-lo em plano mais alto, aos chefes militares chamados a dirigi-lo, a começar por quem exerceu tão elevado encargo na sua organização, no período, pode-se dizer, patriarcal do Imperial Colégio Militar, o coronel Ribeiro Guimarães, que deu o impulso inicial à instituição, transformando-se, no ânimo dos meninos, por muito estimá-los e fazer-se por eles estimar, de um comandante severo, às vezes temido dos seus quarentas e cinco comandados, em atração afetiva, quase paternal.

Do desvelo com que se devotava às suas difíceis, ao mesmo tempo doces funções, deixou-nos espelhado em sua última ordem do dia, o carinho com que as desempenhou: "Por vós fiz tudo quanto estava nas minhas apoucadas forças; e não é sem saudades que vou deixar-vos e afastar-me de vós, mas, como penhor do muito que vos quero, deixo-vos o meu coração".

E, se não o deixou física e materialmente, lá ficou semeada a semente da bondade, que o orientou e que havia de germinar, e dar a frondosa árvore que é hoje a modelar instituição educativa do Brasil.

A êle sucederam outros comandantes, igualmente assim compenetrados das suas grandes e delicadas responsabilidades de educadores, todos tirados entre os melhores coronéis dos quadros das armas do Exército, e aos quais é justo fazer sobressair aquele cuja memória é alvo da festejada homenagem de agora, e cujo retrato hoje aqui inauguramos solenemente, tranzidos da mais comovente saudade — o general ALÍPIO COSTALLAT.

No seu comando enquadra-se a fase mais fecunda da existência do estabelecimento, não só pelo grau de preparo teórico, pelo cabedal científico que carregava cada turma de alunos, que anualmente terminavam o curso colegial e se

atiravam a estudos superiores em academias especializadas, ou à vida prática, como também notável era o espírito moral com que eles se impunham, de chegada, aos novos colegas e mestres, com os quais passavam a conviver. A par disso já uma formação de soldados impressionantemente garbosos, conhecedores dos rudimentos da instrução militar e das obrigações de futuros servidores da Nação, para muitos em escala elevada, o que os tornava capazes de exercer, de pronto, nos escolas de formação de oficiais, onde ingressavam, postos de assinaladas responsabilidades. É que a preparação militar dos moços — física, moral e cívica — se desenrolava concomitantemente com os ensinamentos científicos, enfeixados em programas bem traçados e cuidadosamente executados. O “men sana in corpore sano”, do preceito latino, era lá conseguido, como um desideratum que os provetos preceptores, orientados pelo arguto comandante, tinham sempre em vista. A educação dos jovens fazia-se realçando as possibilidades individuais de cada educando, interessando, a um tempo o desenvolvimento do corpo e do intelecto e preparando também as bases do civismo.

A administração Costallat, de 2 de maio de 1894 a 16 de maio de 1904, transcorreu assim sem nenhum tropeço de ordem didática, exercida com acentuada energia, temperada com uma suavidade no

trato, que inspirava confiança, nunca deixando perder de vista que o castigo é o último recurso do preceptor para reprimir ou corrigir as faltas. *Chefe*, ele sabia fazer valer a sua autoridade, quando preciso; *juiz*, ao julgar, considerava antes de tudo, as fraquezas do aluno e os motivos que o haviam levado ao erro, para então, depois, assinalá-lo e classificar a transgressão; e só punir quando era preciso ressaltar aos olhos dos outros o mal praticado; *amigo*, ele sentia que o afeto era também uma arma para vencer os transviados; *pai*, não deixava de aconselhar, por fim indicando o bom caminho. O moço saía convencido da falta que havia cometido, às vezes envergonhado de uma má ação pela qual era responsabilizado, mas corrigido, e agradecido pelos conselhos que a reprimenda, desta forma suavemente, envolvia. Assim, ALIPIO COSTALLAT não foi somente um bom comandante, respeitado e querido, — foi um verdadeiro educador, que é sempre lembrado com veneração por todas as gerações de cidadãos que sentiram o seu contato benfazejo e experimentaram a sua atuação como chefe impecável. O Colégio Militar muito lhe deve pela boa direção que lá imprimiu; nós, os ex-alunos, ficamos a lhe dever, em grande parte, os triunfos que havemos alcançados na vida.

A sua memória, toda a reverência comovida.

AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber “A DEFESA NACIONAL”.

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

O REMUNICIAMENTO ERA MAIS IMPORTANTE!

(ANEDOTÁRIO DA FEB)

No ataque do dia 12 de dezembro ao MONTE CASTELLO, o 2º Sargento David da Cunha Braga, da C.C.P. III do Regimento Sampaio, fazia o remuniciamento do Batalhão. Seu "jeep" tombou em uma ribanceira e ele, sem sentidos, foi transportado para o Posto de Socorro do Batalhão. Supunha-se que estivesse morto.

Os médicos despiram-no para o examinarem. Cêrca de uma hora depois, ele recuperou os sentidos e, sentando-se na maca, perguntou:

— "Que horas são?"

— Nove horas.

— "Deus do Céu", exclamou, o "remuniciamento está atrasado."

Braga, fugindo aos médicos e enfermeiras, que o queriam reter para o exame, correu para fora, despido como estava, enfiando as roupas enquanto caminhava.

E foi continuar a remuniciar o Batalhão.

Tal noção de responsabilidade, tal amor ao cumprimento do Dever, deve servir de exemplo à atual geração e às futuras.

Muitos daqueles que lutaram, labutam hoje na vida civil. Outros continuam nas fileiras na tarefa de treinar outros heróis.

A lembrança dos companheiros de caserna jamais se apaga de nossa lembrança. Por isso o Major reformado Paulo Ramos faz questão que todos os companheiros que procuram a "CASA NENO" sejam atendidos da melhor maneira.

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Concelção, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

PELA PÁTRIA, NADA DE MESQUINHEZ!

Na hora do perigo, muito vale a formação militar e a consciência do dever.

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

É muito útil para todos, homens e mulheres, moços e velhos, a leitura e a audição de boa ética, tendente à elevação da inteligência e dos corações. Pensar no Dever, na Justiça, na Verdade, na Generosidade, ao menos por minutos, é criar ambiente à vivificação destas virtudes. Na prática, porém, entram em competição com esse rol de valores muitas idéias mesquinhas que se lhes atravessam nos caminhos ou se apresentam com os seus nomes.

Faz sempre bem a recordação de normas de moral. Todavia, fôrça é convir, elas passam de ordinário pela mente, como passa pelo ouvido menos educado a boa música. Há no entanto, um gênero de emoções mais forte que a simples apreciação das virtudes, pois, além de gerar entusiasmo e emulação, aciona as vontades. Referimo-nos às ações generosas e heróicas, realmente vividas. Eis por que se diz: A palavra convence, mas o que arrasta é o exemplo.

Lêem-se na história dos povos exemplos de ações magníficas e também de iniquidades que arrepiam os próprios celerados. Entre os dois extremos, há uma infinita variedade de exemplos a seguir e a evitar. Como, entretanto, os acontecimentos passados gozam de um sabor especial, vamos trazer à baila duas ocorrências desconhecidas que exumamos do Arquivo Histórico de Cuiabá.

Nos tempos que correm, de intenso utilitarismo e materialidade, carecem a Pátria e a sociedade de

muitos homens e mulheres de bom quilate, que se disponham: primeiro, a consagrar algo de si ao bem comum, toda vez que as circunstâncias o reclamem; segundo, a empregar no serviço da Pátria e da sociedade as suas melhores energias e a arrostar a própria morte, se assim fôr julgado necessário.

Ora bem. Em tôdas as nossas campanhas patrióticas e de salvação nacional se têm registrado ações de extrema generosidade e, bem assim, conquanto em menor número, contrafacções do Dever, ora praticados pelos que eram chamados a servir, ora por seus parentes e afins. As ações relevantes conquistaram laureis e devem ser sempre aplaudidas, para que se generalizem e perpetuem. Por outro lado, as ações egoísticas, embora hajam sido mal-sinadas, não devem ser esquecidas de todo (embora muitas delas resultassem da fraqueza e da incompreensão) para que não tenham seguidores.

Os fatos que ora passamos a apresentar desenrolaram-se em Cuiabá, no tempo da calamitosa invasão paraguaia a Mato Grosso, em 1864-65.

Não vamos narrá-los. Faremos a simples transcrição dos documentos que lhes dão testemunho, precedidos de ligeiro comentário.

Os textos dêsses velhos documentos, as informações que os instruem e os despachos nêles apostos, falam por si mesmos e dizem da mentalidade dos protagonistas, dos informantes e das autoridades que os despacharam.

Primeiro documento :

É de uma pobre mulher valetudinária. Releve-se-lhe a pobreza, velhice e enfermidade. Não merece recriminação. O que se deve ler na petição dessa pobre velha não é o que está escrito, mas o que se oculta nas entrelinhas. O que nesse documento reza o egoísmo feminino,

deve ser traduzido pela camuflagem de um soldado moço, sem formação militar, que procurava encobrir seu derrotismo. Os dizeres da velha encontraram enérgico desmentido nos dizeres do informante. Este, porém, esquivou-se, ao que parece, de pôr à mostra a treta do malandro. Eis o curioso documento :

Informe o Snr. Tenente Coronel Comte Superior interº. Palacio do Govº de Matto Grosso, 15 de Novº de 1865.

B. de Melgaço.

(Informação) N.º 602.
Illmº e Exmº Senr.

Para informar a V. Excia sobre o que alega a Suppe Anna Franca d'Almda no presente requerimto, para obter dispensa do serviço de guerra, a seu neto Jacinto Paes de Barros, socorro-me da informação junta do Capº Mdco do 3º Bm Delino Augusto de Figueiredo, que parece ter pleno conhecimto da Suppe. Dessa informação ve-se q' o neto da Suppe acha-se desde Janrº em servº no Bº e entretanto q' a Suppe nunca sollicitou pa elle uma licença; o que faz crer-se q' não teve delle precisão, e q' pr tanto não é o seu arrimo. Creio, Exmo Señr que, na historia da invasão paraguaia, negra página caberá a Prova de Matto Grosso; pr q' ao passo q' filhos de outras Provincias correm em seu socorro, a maioria dos seos só cura de interesses pessoaes, entregando assim á Providencia a segurança publica. É inconsevel isto, mas desgraçadamente é a pura verdade.

É V. Exa, o primeiro que toma verdadeiro interesse pela sorte da Provincia, e que vela pela sua segurança, resolverá acerca da pretensão da Suppe. Quartel do Commando Superior da Guarda Nacional em Cuiabá, 24 de Novembro de 1865.

Leopoldino Lins de Faria Tente Corel Comte Supr intro.

Illmo. e Exmo. Senr.

A vista da informação não tem lugar o que requer a supplicante. Palacio do Governo de Matto Grosso 25 de Novembro de 1865.

B. de Melgaço.

Anna Francisca d'Almeida, viuva miseravel, maior de 80 annos de idade, residente na Freguezia do Livramento, vem perante V. Excia. pedir justiça contra a qualificação feita pelo respectivo Conselho para Guardas Nacionaes naquella Freguezia, alistando o neto da Suppe Jacinto Paes de Barros, para o serviço activo da mesma Guarda, sem nota ou observação alguma, sendo o unico arrimo da Suppe na sua velhice e pobreza; e dando assim lugar á que fosse o neto da Suppe alistado na 1ª classe das designadas pelo artº. 121 da Lei nº. 602 de 19 de Setembro de 1850.

A Suppe, Exmº Senr, invoca em auxilio de sua pretensão as disposições do artº. 123 da citada Lei, e por isso recorre a V. Excia, como permite o artº. 1º. do Decreto nº. 3 506 de 4 de Agosto deste anno, esperando da justiça com que V. Exª caracteriza os seus actos, haja de mandar passar o neto da Suppe para a lista do serviço ordinário, afim de que não fique a mesma Suppe inteiramente privada do único recurso que encontra em seu neto: graça esta que de V. Ex. espera.

R. Mce.

Cuiabá, 6 de Novembro de 1865.

A rogo de Anna Francisca d'Almeida.

Raymundo d'Assis Monteiro.

Segundo documento :

Este exemplo não precisa de comentários, senão de louvores e de exaltação. O protagonista é um velho oficial, cego, que certamente carecia da assistência de um filho. Dela, porém, se dispensa generosamente para dar ensejo aos sentimentos da dignidade militar e de defesa da Pátria que lhe ardiam no peito com vigor.

Embora este episódio nada tenha que ver com o primeiro, porque é anterior àquele, parece no entanto, veio a propósito para dar a resposta objetiva que aquele merecia.

Feita esta rápida digressão, passamos a reproduzir também este segundo documento, tal qual está no original guardado no Arquivo Histórico de Cuiabá :

Illm^o. Exm^o. Senr. Presidente da Província.

(Despacho) Mandado apresentar ao commando da Guarnição em 6 de junho.

Dis Manoel Benedicto de Annunção Major reformado do Exercito que avista da crise milindrosa em que se acha a Província, oferece ao Filho, José Maria de Annunção, para como soldado voluntario da Patria, correr ao encontro dos inimigos visto o supplicante estar privado de assim faser por estar inteiramente sego ; o Filho do Suppe Exm^o Senr. conta somente desecete annos de idade, porem criado como Filho de um soldado tem arobustes necessaria para sopurtar o rigor da Guerra por isso

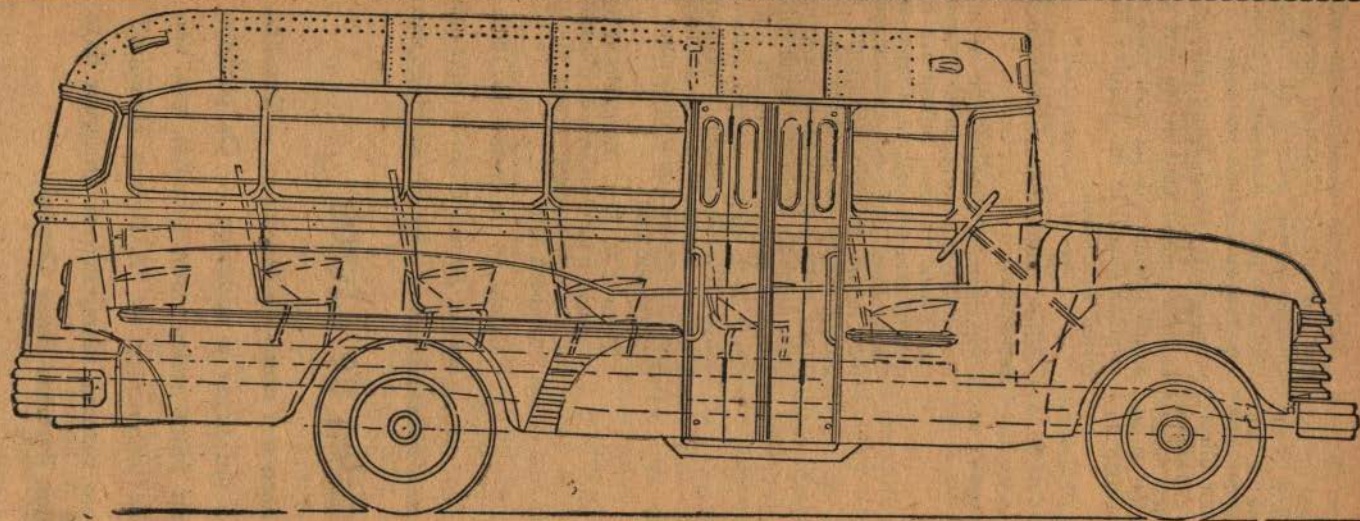
Pede a V. Exa. Dignando-se despençar a idade marcada, o asseite, mandando-o abrir praça do que receberá Mcê.

Cuiabá, 6 de Junho de 1865.

Manoel Benedicto de Annunção.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital



CARROÇARIAS VIEIRA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.
Carroçarias para Ônibus, Micro-ônibus e Lotações

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3.016 — TEL. : 43-4022

Rio de Janeiro — Distrito Federal

(N. 12)

CONGRESSO DE HISTÓRIA DO IV CENTENÁRIO

Capitão JONAS CORREIA NETO

Como parte das grande comemorações do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo, aí vai realizar-se, em setembro próximo, um Congresso de História.

Seria forçosa uma atividade desse gênero; nem se admitiria que celebração de tal vulto e de tamanha importância nacional deixasse de incluí-lo, na sua programação.

A História é, mesmo, a mestra da vida! E também é o melhor modelo para os dias futuros. O que ela mostra, de bem ou de mal, de belo ou de horrível, de louvável ou de condenável, — é sempre exemplar. Do que é mau, tiram-se ensinamentos sobre o que deve ser corrigido; o que é bom, aplica-se, aperfeiçoa-se; mas nunca se deixa de achar, nas suas lições vividas, algo que esclareça, que elucide, que oriente e sugira.

Isso, quanto ao aspecto objetivo, educador, principal, da História. Existe, entretanto, mais: a completá-la, a colorí-la, a suavizar-lhe, às vezes, certa aridez e monotonia, — há o "encanto da História", assim chamada a apresentação exterior dos fatos, a moldura em que se desenrolam, em combinações empolgantes de personagens, épocas e locais, aproximados estes elementos em tramas caprichosas, nas quais inexoravelmente se confundem e completam-se. Eis por que vimos assistindo, em sessenta séculos de História da Humanidade, à sucessão interminável de episódios, todos iguais, ou quase, uns aos outros, do homem das cavernas ao homem atômico; e porque não nos cansa sabê-los e meditar-lhes os enredos, — já que tiveram, a presidir-lhes a eterna repetição, figuras exponen-

ciais de todas as raças e de todas as terras, cujos nomes e feitos têm sido marcos dos momentos culminantes da vida universal.

* *

São Paulo "quatrocentão" dedica à História um lugar justo e próprio, e necessário. Enquanto estivermos em rejúbilos cívicos, pela Semana da Pátria, centenas de Congressos haverão de estar reunidos na mais formidável cidade da América Latina, a debater questões históricas da mais alta relevância para o Brasil e para o Estado Bandeirante.

O Temário Oficial é vasto e vario. Cento e trinta e um assuntos estão catalogados, no art. 19 do Regimento do Congresso, para ser desenvolvidos pelos participantes. Além desses temas escolhidos, é dada liberdade de abordarem-se outros quaisquer, com a condição de que tratem da História de São Paulo, do Brasil ou da América.

Os três citados grupos históricos serão, exatamente, os grandes campos de estudos, dentro dos quais irão fixar-se as atenções e as preferências dos historiadores. O Congresso divide-se em oito Seções: uma de assuntos continentais, uma de nacionais e as outras relacionadas com São Paulo; estas abrangem os seguintes pontos fundamentais: História Social, Economia, Religião, Política e Administração, Geografia e Cartografia, Ciências, Letras e Artes, e Bibliografia de São Paulo. Nota-se a falta, — e é uma pena, — de uma Seção específica de História Militar, de vez que têm sido os paulistas daqueles que maior soma de

gloriosas contribuições ao acervo de feitos militares brasileiros têm fornecido.

O Temário, sem preencher a lacuna, de algum modo chega a compensá-la, porém, quando se refere a "São Paulo nas guerras do Sul", "A Revolução de 42", "Os paulistas na Guerra do Paraguai" e "A Legião Paulista e as Guerras Cisplatinas". Neste último tema, sobretudo, o setor de pesquisas é amplo e inédito; a heróica Legião Paulista, com suas tropas das três armas, pode-se encontrá-la em ação em todos os recontros em que foi empenhado o poderio nacional: desde as baterias de artilharia montada e esquadrões de lanceiros que invadiram a Banda Oriental, em 1811, no Exército Pacificador de D. Diogo de Souza, — até os batalhões indômitos que marcharam do Passo da Pátria às cordilheiras paraguais, — lá estão, sob um nome ou outro, os estóicos legionários paulistas. Mas, embora tanto e tão antigo e decantado valor, ainda estão bastante mal estudadas, ou mesmo ignoradas, as suas atuações, cuja revelação farta e precisa, agora, será indiscutivelmente um dos pontos altos do conclave.

Também parece-nos ter havido um descuido em que fôsse omitido o nosso Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, na relação dos membros do Congresso.

Sendo essa entidade, nas Forças Armadas, o órgão máximo de estudos históricos, e não apenas histórico-militares, e contando entre os ocupantes das suas cinquenta cadeiras, como conta, com militares da mais reconhecida capacidade, dos mais comprovados conhecimentos e da maior projeção no cenário intelectual do País, — não vemos como, preliminarmente, deixá-lo de fora da primeira linha convocada à prestação do seu curso. Os membros do Instituto, é certo, poderão participar ativamente dos trabalhos a ser realizados, quer por si mesmos, individualmente, quer enquadrando-se entre os "representantes nomeados pelas instituições culturais que forem convidadas e aceitarem o convite"; mas não podemos deixar de registrar aqui a nossa estranheza pelo que terá sido um lapso, que em justiça dever-se-ia fazer por sanar de pronto.

* *

O Congresso de História comemorativo do quarto centenário da fundação da capital paulista, pelo muito que nos promete dar a conhecer, de interessante e de belo, autoriza-nos a aguardar ansiosamente os seus resultados. Fazemos votos porque o seu rendimento seja integral e o seu êxito esplêndido. E estamos convictos de que assim acontecerá.

CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S/A

RUA DA ALFANDEGA, 325 — TEL.: 23-3849

RIO DE JANEIRO

DISTRITO FEDERAL

(N. 9)

METALGRÁFICA WILL LTDA.

FABRICA JÓIAS, DISTINTIVOS ESMALTADOS E MEDALHAS

Especializada em anéis de graus para o Exército e Aviação

RUA DO ROSÁRIO, 172-8º — FONE: 52-9330 — RIO DE JANEIRO

(N. 10)



O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Traduzido do "Diário de Sesiones" da "Câmara de Senadores de La Nacion" de 23 de setembro de 1949, pelo General NISO DE VIANNA MONTEZUMA

I

53ª Reunião — 48ª Sessão ordinária.

Assunto entrado: Mensagem e projeto de Lei do Poder Executivo relativo ao Código de Justiça Militar.

Ao Honrado Congresso da Nação.

O Poder Executivo tem a honra de submeter à consideração de vossa honorabilidade o anexo projeto de Código de Justiça Militar dando, assim, cumprimento a um dos propósitos oportunamente enunciados como parte integrante do Plano Quinquenal de Governo.

A total renovação da estrutura jurídica nacional, pela qual o Poder Executivo propugna com o objetivo de adaptar às modalidades da vida atual as normas que não de regê-la e que asseguram a convivência humana, já teve duas manifestações concretas que consisti-

ram nos projetos remetidos à vossa honorabilidade sobre a reforma do Código do processo Penal para a justiça ordinária da cidade de BUENOS AIRES e sobre o Código do Processo Civil da Nação.

Com a presente remessa do projeto de Código de Justiça Militar, está vencida uma nova etapa. Nêle se procurou pôr em dia, da maneira mais completa e adequada possível, todo o conjunto de preceitos legais cuja missão primordial consiste não só em manter e assegurar a disciplina das forças armadas, senão também determinar os princípios fundamentais que haverá de constituir o marco jurídico em que se enquadrará toda a atividade nacional na eventualidade de uma guerra.

O projeto que se remete ao Honrado Congresso conserva o esquema institucional do Código vigente, tanto no que se refere à organiza-

ção dos tribunais militares e à determinação das funções dos auxiliares da justiça militar, como no que concerne ao processo a ser observado perante aquêles. Na elaboração do projeto foram levados em consideração todos os estudos e anteprojetos de reforma elaborados a partir de 1913, tanto por iniciativa parlamentar, como pelas comissões e funcionários para tal fim especialmente designados pelo Poder Executivo; além disso, levou-se em conta o direito comparado e a doutrina dos autores. Houve especial cuidado em reformar apenas o que se tornava indispensável evitando assim, não só o perigo de inovar por inovar, como o de incorporar doutrinas e preceitos estranhos que pudessem encontrar dificuldade de adaptação ao nosso meio. A importância desse cuidado aumenta sempre que se considerar que, durante cinquenta anos, a vigência do Código atual permitiu comprovar que, em essência, suas disposições previram e solucionaram com acerto a maioria dos problemas que têm fundamento no direito penal militar e no direito processual penal militar.

Todavia, esta circunstância não impediu que a reforma fôsse feita a fundo e com toda firmeza em tudo que pareceu ser necessário.

Em primeiro lugar, foi julgado indispensável atualizar e ajustar as disposições do Código aos preceitos da nova Constituição Nacional e às normas contidas no Código Penal de 1921, pois o Código de Justiça Militar vigente, sancionado em 1898, se achava em conexão com a Constituição de 1853 e com o Código Penal de 1887, razão por que contém disposições que, atualmente, já não se harmonizam com essas fontes principais de nossa sistemática jurídica. Houve, igualmente, o cuidado de atualizar suas disposições para harmonizá-lo com as leis orgânicas das forças armadas e com as leis de Defesa Nacional e de Organização Geral da Nação para tempo de Guerra, ultimamente sancionadas pelo Honrado Congresso da Nação.

No tocante à disposição geral das matérias que compreende, embora conservando a estrutura atual, aperfeiçou-se o método agrupando as figuras delituosas por ordem de importância do bem jurídico que tutelam, redistribuindo-as em parte, para reuni-las nos Capítulos pertinentes às que apresentam maior afinidade.

Em observância da norma tradicional em nosso país — que, também, é a que melhor se adapta aos ensinamentos da doutrina e da experiência — o Código cujo projeto se submete à vossa honorabilidade é ÚNICO para todas as forças armadas. Sem prejuízo dessa particularidade, entretanto, foram reunidas, em um título especial, as disposições peculiares à marinha e à aeronáutica. Além disso o projeto contém os textos legais referentes ao tempo de paz e ao de guerra.

Em matéria de JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA se desenvolve o conceito básico enunciado pelo artigo 29 da nova Constituição Nacional e se mantém, em substância, as regras atualmente vigentes, abrangendo, porém, os delitos cometidos durante os desembarques ou a permanência em território estrangeiro, quando não forem julgados pelas autoridades do respectivo território. Assim, e de acordo com os postulados da doutrina, o projeto reajusta, no que é necessário, o princípio da territorialidade penal.

Ao contrário do Código vigente, o projeto descreve e limita com precisão os casos em que ficarão sujeitos à jurisdição militar os inativos e os civis; para isso, como era natural, levou-se em conta a natureza de cada uma das infrações.

No que tange aos civis, o art. 29 da Constituição Nacional deixou que o Código de Justiça Militar determinasse as infrações cuja comissão possa sujeitá-los à jurisdição castrense. Parece ao Poder Executivo que essa ampla delegação feita pela Constituição Nacional deve ser posta em execução com toda prudência, sobretudo em tem-

po de paz. Estender em demasia a esfera de ação dos tribunais militares até a absorção dos infratores civis deixaria de ser benéfico porque, em princípio, se trata de um fóro de exceção e aqueles tribunais, não só pela organização como pela especial maneira de atuar, têm peculiaridades próprias do meio militar. Além disso, nas leis especiais e no Código Penal, existem figuras delituosas que se vinculam com a possível intervenção dos civis no campo de ação militar, infrações que se acham reprimidas com sanções de adequada severidade.

É claro, porém, que a situação em tempo de guerra deve ser encarregada de maneira muito diferente: daí as normas contidas nos artigos 110 e 111 do projeto.

No que concerne à organização dos tribunais militares e aos funcionários e auxiliares da justiça militar, foi mantido, em essência, o sistema vigente. Nêle se fizeram, porém, os indispensáveis reajustamentos de terminologia e as previsões relacionadas com o aumento de efetivos e com a coparticipação de todas as forças armadas; assegura-se o desempenho das referidas funções pelos mais aptos, pois é sabido que, por melhor que seja o conjunto de preceitos normativos de fundo enfeixados num código, tal superioridade só poderá ser ressaltada se, dentro do humanamente possível, se assegurar a sua execução por pessoas que reúnam o máximo de capacidade profissional e de virtudes pessoais, as quais, em última análise, constituem a garantia única da acertada aplicação da Lei.

No tocante a bandos, matéria tão delicada e de tanta transcendência em tempo de guerra, o código vigente apenas contém disposições diversas e incompletas.

O projeto trata do assunto em um capítulo especial, tendo em vista que a experiência acumulada em países estrangeiros, durante os últimos conflitos, permite afirmar que, em tempo de guerra, a legislação por meio de bandos é de vital importância, pois só assim pode-

rão ser promulgadas, com rapidez, as normas necessárias à repressão de certas infrações, que nem sempre podem ser previstas desde o tempo de paz.

Eis porque, em face das características apresentadas pela legislação por bandos considerou-se necessário formar, no código, um todo orgânico regulando as formalidades essenciais a serem nêles observadas, autoridades que podem baixá-los, o que êles podem conter, requisitos para sua vigência, forma de publicação, pessoas sujeitas às suas disposições, responsabilidade de quem os emite e os executa e garantias processuais para o acusado em caso de sentenças duvidosas pronunciadas em consequência dos referidos bandos (artigos 131 a 139 do projeto).

No Tratado II (processo nos juízos militares), se ajustam as atuações aos meios técnicos hoje existentes e se põem em concordância as disposições do projeto com a legislação penal e processual ordinária.

No processo ordinário em tempo de paz procurou-se assegurar, na medida do possível, os direitos do acusado dentro dos limites compatíveis com a disciplina.

No Processo Perante os Conselhos de Guerra Permanente, no sistema do código vigente, em plenário, primeiro apresenta-se a acusação, em seguida a defesa e, *por último a prova*, esta naturalmente de alcance muito reduzido. Conclui-se esta parte do processo com um relatório adicional sobre as provas realizadas no plenário.

Razões de lógica e com o fim de simplificar o trâmite, levaram o projeto a adotar outra fórmula: — primeiro, e com a maior amplitude, se oferece e se produz a prova e — logo depois, se apresentam a acusação e a defesa, sucessivamente. Além de, assim, serem evitadas as alegações adicionais oralmente feitas em plenário, obtém-se a vantagem de, tanto o acusador como o defensor, ao apresentarem suas respectivas razões, poderem fazê-lo com fundamento na totalidade da prova, quando o processo

já se acha completo; do contrário, poderia acontecer que o fiscal acusasse e logo depois se visse obrigado a desdizer-se, no todo ou em parte, em consequência da prova produzida em plenário. Eis a finalidade das normas estabelecidas nos artigos 354 a 370 do projeto.

Para o Processo em Tempo de Guerra, o projeto afasta-se do código vigente para adotar um sistema flexível conhecido em direito processual como princípio de adaptabilidade do processo às exigências da causa (artigo 481).

No Tratado III (Da Penalidade), além das reformas já anteriormente enunciadas, permite-se a aplicação da condenação condicional para os delitos comuns culposos, conciliando assim as exigências da disciplina com as aspirações da ciência penal; houve especial cuidado no desenvolvimento dos processos de justificação, de atenuação e de agravamento da responsabilidade; distinguiu-se com nitidez a "Pena" (de delito) da "Sanção Disciplinar" (aplicável às faltas), evitando-se, dessa forma, as inadmissíveis confusões a que dá margem o código vigente; dentro do possível, harmonizaram-se as penas militares com as estabelecidas no código comum. A pena de morte é mantida, mas com as maiores garantias possíveis quanto à procedência de sua aplicação, levando em consideração o caráter das infrações com que se relaciona, os interesses da disciplina e a circunstância de ser o Código de Justiça Militar aplicado tanto em tempo de paz como no de guerra, sempre que se acharem em jogo a integridade do sólo pátrio, a soberania nacional e os bens supremos da comunidade. Sob este aspecto a legislação comparada apoia a solução indicada e as objeções que possam ser feitas à pena de morte no fóro comum, devem ser desprezadas no fóro militar.

O projeto preenche lacuna do Código vigente determinando, com precisão, as regras a observar para unificação de penas; permitindo a contagem do tempo de prisão preventiva em todos os casos, sem a

injusta e inconveniente limitação constante do artigo 579 do Código atual, verdadeira Sobrepena que se impõe ao condenado e, assim, harmonizando-o, mais uma vez, com o Código Penal.

Na parte referente a cada uma das figuras delituosas, houve especial cuidado em assegurar os interesses das disciplina, mas sem extremar a severidade das penas, adaptando-as, sempre que possível, à transcendência de cada fato reprimido, pois como já dissera Garrara (programa do curso de direito criminal, trad. esp. Buenos Aires, 1944, II, pág. 648) quando as penas são excessivas a piedade opera o fenômeno de unir os bons aos maus para iludir a justiça.

No que diz respeito às características das penas, houve a preocupação de sanar a lacuna existente na legislação atual. Foram traçadas as linhas gerais do que contém cada uma das penas privativas da liberdade sem, entretanto, chegar ao pormenor do regime carcerário, impróprio de um código. Levou-se em conta que, em última análise, o valor jurídico dessas penas há de ser medido pela forma de sua execução durante o cumprimento.

A descrição legal de cada figura delituosa mereceu especial atenção para ser feita com o máximo de precisão e clareza, com fundamento nos dados acumulados e na jurisprudência assentada em mais de cinquenta anos de vigência do código atual.

A rigidez característica das penalidades estabelecidas pelos códigos militares foi suavizada sem diminuir a lógica nem a necessária severidade das penas com que a nossa legislação alicerça a disciplina. Houve, porém, prolixo cuidado de, tanto quanto possível, evitar imposição de penas fixas, substituindo-as por penas graduais, e quando isso não puder ser evitado pela própria natureza da pena (como no caso das penas de morte, degradação, destituição, que não admitem gradação) haverá o recurso, para a repressão do fato, às penas alternativas, de modo que

e tribunal possa sempre resolver o caso com equidade, recorrendo a penas mais benignas para a repressão de ocorrências em que as penas fixas se tornam excessivas ou desproporcionadas em relação à pequena gravidade do fato, menor periculosidade do culpado, escassa repercussão no serviço ou na disciplina.

A pena de morte só é mantida como pena fixa no caso de traição frente ao inimigo, em tempo de guerra; nos demais casos ela é admitida em forma alternativa com a pena de reclusão por tempo indeterminado.

O mesmo critério foi adotado para suprimir do projeto os "graus das penas" fixos, que imperam no Código atual, deixando ao tribunal ampla liberdade para recorrer à pena disposta entre os limites mínimo e máximo estabelecidos para cada delito, de acordo com todas as circunstâncias agravantes e atenuantes que configuram a infração.

Em princípio foram mantidos os limites máximos das penas determinados pelo Código em vigor, na quase totalidade das infrações, ao mesmo tempo que foram diminuídos os limites mínimos, de tal modo que, quando for reclamado por uma grave comoção da disciplina, o tribunal possa encontrar a penalidade severa e adequada para reprimi-la com justiça, da mesma forma por que o fez, com toda eficácia, durante tantas décadas da vigência do atual Código, permitindo, todavia, com a diminuição dos limites mínimos de penas previstos, maior margem de possibilidade aos tribunais para, nos casos leves, abrandar o rigor da pena.

A constituição dos conselhos de guerra integrados por profissionais militares, imbuídos das necessidades da disciplina, afasta toda possibilidade de vir a redução dos mínimos de pena, autorizados pelo projeto, redundar em queda do nível disciplinar, ao mesmo tempo que constitui uma probabilidade real e efetiva para, assim, se ministrar uma justiça mais equânime

e uma razoável humanização da repressão legal.

Os trabalhos preliminares executados por numerosas comissões e funcionários especializados que colaboraram nos diversos anteprojetos levados em consideração pelo Senhor Auditor Geral de Guerra e Marinha, ao propor o projeto definitivo e a minuciosa revisão a que este foi submetido pelos órgãos técnicos dos diversos Ministérios das Forças Armadas, constituem uma garantia de prudência e uma segurança de acerto que haverão de ser merecidamente valorizadas através das justificações apresentadas para cada uma das modificações introduzidas na exposição de motivos que acompanha o projeto que se submete à aprovação de vossa honorabilidade.

Uma razão fundamental de urgência reclama a pronta sanção do projeto, abstraídas as numerosas vantagens que, dentro da técnica penal e processual, decorrerão da aplicação do novo texto, tais como sejam a imperiosa necessidade de adequar a jurisdição penal militar às disposições da nova Constituição Nacional, das atuais leis orgânicas das diversas Forças Armadas e a recente Lei de Organização dos Ministérios, a fim de tornar efetiva a dependência dos órgãos de justiça aos respectivos Ministérios da Defesa Nacional, Exército, Marinha e Aeronáutica, aos quais correspondam.

Essa razão de urgência ainda se torna mais premente se se considerar que a atual organização do Supremo Conselho de Guerra e Marinha, como a dos demais conselhos de guerra permanentes, não atendem as exigências particulares e específicas das Forças Aéreas, cujo pessoal é julgado, atualmente, por tribunais integrados exclusivamente por oficiais pertencentes ao exército e à marinha, por imperativo das disposições do Código de Justiça Militar em vigor.

Por tudo isso, se encarece a vossa honorabilidade a pronta sanção do projeto anexo.

Deus guarde vossa honorabilidade.

Juan Perón

José Humberto Saso Molina —
Enrique B. Garcia — César R. Ojeda.

Projeto de Lei.

O Senado e a Câmara dos Deputados, etc.

Artigo 1º. Tenha-se por Lei da Nação o Código de Justiça Militar projetado pelo Poder Executivo, o qual entrará em vigor na data e com o alcance que no mesmo se determina.

Artigo 2º. Comunique-se ao Poder Executivo.

José Humberto Sosa Molina —
Enrique B. Garcia — César R. Ojeda.

TRATADO PRIMEIRO

Organização e competência dos Tribunais Militares.

TÍTULO I

Disposições preliminares

Art. 1º. A jurisdição militar, estabelecida pelo artigo 29 da Constituição Nacional, é exercida pelos tribunais e autoridades militares determinadas neste código.

Art. 2º. Os tribunais militares não poderão aplicar outras disposições que não sejam as estabelecidas neste código, nas demais leis militares vigentes e nas leis penais comuns, nos casos por ele previstos.

Art. 3º. Nenhum militar poderá eximir-se de desempenhar os cargos da justiça militar senão pelas razões enumeradas na lei.

Art. 4º. Os membros dos tribunais militares não poderão ser ocupados em comissões incompatíveis com o cargo de justiça, senão por motivos urgentes em tempo de guerra.

São comissões incompatíveis as que impedem o exercício ou prejudicam o exato e fiel cumprimento das funções judiciais.

Art. 5º. Sempre que um membro de um tribunal militar, por al-

guma das causas previstas neste código, não puder desempenhar suas funções de maneira permanente, será imediatamente substituído pela mesma forma por que fôra nomeado.

Art. 6º. Todos aqueles que exercerem funções na jurisdição militar serão responsáveis pela violação ou não aplicação das respectivas leis e disposições.

O Presidente da Nação poderá tornar efetiva essa responsabilidade por via disciplinar ou mandando averiguar nos casos e formas previstas nesta lei.

Art. 7º. Os militares dos serviços gerais ou seus equivalentes, podem desempenhar os cargos da justiça militar, nas funções e lugares previstos em regulamento baixado pelo Poder Executivo.

Os militares em inatividade, podem desempenhar os cargos de justiça sujeitando-se às normas das leis orgânicas.

Art. 8º. O tratamento nos conselhos de guerra é impessoal; seus membros terão, durante as sessões, as mesmas atribuições e idênticos direitos, honras e prerrogativas.

TÍTULO II

Tribunais militares em tempo de paz.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Art. 9º. A jurisdição militar em tempo de paz é exercida:

1º) pelo Conselho Supremo das Forças Armadas;

2º) pelos Conselhos de Guerra Permanentes;

3º) pelos Conselhos de Guerra Especiais, nos casos do art. 45º;

4º) pelos juizes de instrução e demais autoridades previstas nas leis militares.

CAPÍTULO II

Conselho Supremo das Forças Armadas

Art. 10. O Conselho Supremo das Forças Armadas exerce juris-

dição em todo o território da Nação; terá sua sede permanente na cidade de Buenos Aires, ou onde se instalar o Poder Executivo Nacional.

Art. 11. O tribunal será constituído de nove membros, sendo sete militares dos corpos combatentes ou de comando e dois togados, provenientes dos corpos de auditores das instituições armadas.

Art. 12. Os vogais do Conselho Supremo, procedentes dos corpos combatentes ou de comando, serão oficiais gerais ou seus equivalente, três do exército, dois da marinha e dois da Aeronáutica.

Os vogais togados terão o maior posto da hierarquia previsto nas respectivas leis orgânicas para os corpos de auditores.

Art. 13. A presidência caberá ao vogal combatente ou de comando mais graduado e, em caso de igualdade de posto, ao mais antigo.

Nos casos de ausência ou impedimento furtivo, o presidente do Conselho será substituído pelo vogal combatente ou de comando que o seguir na escala hierárquica.

Os suplentes serão designados mediante sorteio dos nomes constantes da relação de gerais ou seus equivalentes, que se encontrarem na sede permanente do Conselho.

Se este tiver de funcionar fora de sua sede permanente, a relação para o sorteio será constituída dos nomes dos oficiais disponíveis entre os gerais ou seus equivalentes que se acharem nessa zona ou na mais próxima.

Se algum dos vogais togados estiver impedido de funcionar, só será substituído se houver necessidade de reunir o tribunal completo, caso em que será substituído por um auditor da maior graduação, dos respectivos quadros.

Se os dois vogais togados se acharem impedidos de atuar, ainda que não seja caso de tribunal completo, um deles será substituído na forma estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 14. Os membros do Conselho Supremo serão nomeados pelo Presidente da Nação; permanecerão em seus cargos durante seis anos e poderão ser reeleitos.

Deverão prestar juramento perante o Conselho reunido com o número de membros previsto. O juramento será tomado pelo Presidente do Tribunal.

Art. 15. Em caso de impedimento ou ausência de algum de seus membros, o Conselho poderá reunir-se com a maioria presente e ditar sentença com sete membros; será, porém, imprescindível o tribunal completo quando a sentença recorrida houver aplicado a pena de morte ou, se se tratar de jurisdição originária, quando essa pena puder corresponder ao fato imputado.

Art. 16. O Conselho Supremo depende do Ministério da Defesa Nacional e se entende, diretamente, com os outros ministérios militares, no que concerne ao desempenho de suas atribuições.

Art. 17. O Poder Executivo estabelecerá a hierarquia de todos os funcionários diplomados que intervierem na justiça militar, executado o disposto neste código com relação aos vogais togados do Conselho Supremo, fiscal geral e Auditor geral.

CAPÍTULO III

Conselhos de Guerra Permanentes

Art. 18. O Presidente da Nação criará os Conselhos de Guerra Permanentes, fixando sua competência territorial. Quando essa competência for comum à jurisdição de duas ou mais instituições armadas, eles ficarão subordinados ao Ministério da Defesa Nacional embora, no exercício das suas funções se entendam diretamente com os outros ministérios.

Se, porém, não houver essa coincidência de jurisdição os de cada uma das forças permanecerão na dependência do respectivo ministério.

Estes Conselhos são de duas espécies :

1º) para chefes e oficiais subalternos ;

2º) para suboficiais, graduados e soldados.

Art. 19. Os Conselhos de Guerra para chefes e oficiais subalternos serão constituídos por oficiais dos corpos combatentes ou de comando, presididos por um general de divisão ou de brigada ou seus equivalentes e integrados por seis vogais do posto de coronel ou seus equivalentes ; no caso destes conselhos serem comuns a duas ou mais instituições armadas, os vogais pertencerão, em igual número, a cada uma delas.

Art. 20. Os Conselhos de Guerra para suboficiais, graduados e soldados serão constituídos por oficiais dos corpos comandantes ou de comando presididos por um coronel ou tenente-coronel ou seus equivalentes e integrados por seis vogais do posto de tenente-coronel ou major ou seus equivalentes ; no caso destes conselhos serem comuns a duas ou mais instituições armadas, os vogais pertencerão, em igual número, a cada uma delas.

Art. 21. A presidência dos Conselhos de Guerra comuns será exercida, dentro possível, alternadamente, por militares das respectivas instituições armadas.

Art. 21. Quando os Conselhos de Guerra tiverem de julgar pes-

soal da gendarmaria ou de outra instituição militarizada, o vogal mais moderno será substituído por um oficial pertencente à instituição considerada, devendo ser o substituto de posto pelo menos igual ao do acusado.

Art. 23. Os presidentes e vogais dos Conselhos de Guerra serão nomeados pelo Presidente da Nação e permanecerão quatro anos no cargo.

A renovação dos vogais se efetuará de dois em dois anos, devendo cessar o exercício nas funções de, pelo menos, um representante de cada instituição, nos comuns.

Para a primeira renovação se realizará um sorteio, em tribunal completo e na primeira sessão, devendo a alteração constar da ata e ser comunicada aos respectivos ministérios.

As renovações posteriores serão efetuadas observando a ordem em que os membros houverem sido incorporados.

Se algum membro deixar o exercício das funções antes de expirar o período para o qual foi nomeado, o substituto só as exercerá pelo tempo que a ele faltar para completar esse período.

Art. 24. Se se apresentar a situação prevista no parágrafo segundo do art. 13, a substituição será feita de acordo com o que nele foi estabelecido.

(Continua)

CONSELHOS À MOCIDADE

Gen. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO

Já se disse, e não vem ao caso discuti-lo, que no Brasil tudo é grande, menos o homem. Pois bem: façamos aqui o homem à imagem do Brasil.

Sêde brasileiros, sêde dignos do Brasil. Lembrai-vos a este fim, que em cada um de vós, vive e palpita um pedaço da Pátria. Para serdes dignos do Brasil, começai por engrandecer essa porção dele, que sois vós mesmos.

O patriotismo essencial, maxime em vossa idade, não é defender só a Pátria, nem guiar exércitos, nem governar Estados, nem fundar cidades, nem enriquecer a fazenda pública; mas sim, valorizar o vosso corpo e a vossa alma de moços, para que não desmereçam da grandeza do Brasil.

Ai! quão mal entende de patriotismo, essa juventude mundana que por aí anda, com a bôca a transbordar o nome da Pátria, mas que, entretanto, malbarata as suas melhores energias, entregando-se ao ócio de leituras dissolventes, absorvendo-se nas frivoleiras do jantismo largo enervando-se precocemente na tolice dos galanteios ou envenenando, enfim, o sangue virginal da raça, em tenebrosas noitadas de jôgo e libertinagem.

Guardai-vos, ó moços, dos ouropeis, dêsse patriotismo paroleiro. O momento é oportuno. É uma nova fase, que se nos abre na vida. Idos entrar, como Hércules, pela quadra decisiva da vida. Não vos faltarão os atrativos do mal e da perversidade. Mas não hesiteis. Não permitais sejam solapados os fundamentos, que com tanto esmero e carinho se talharam na es-

cola e no lar. O patriotismo, é de fato, um grande estímulo para vós conservardes tais, que a vossa vida não deshonre a Pátria. Mas o patriotismo não basta. Por si só, seria impotente a conjurar as aberrações da vida. Nem seria completo o vosso caráter, que todos queremos genuinamente brasileiro. Faltar-vos-ia alguma coisa, tão nacional como o sangue, que corre em vossas veias: a religião católica. Com esta fé integra-se o caráter brasileiro. Religião e patriotismo: eis a pedra angular que precisais para construção da vossa personalidade. Dois obstáculos se opõem ao vosso generoso esforço: a ilusão do gôzo e as seduçções da ciência. Nada mais perigoso para vossa idade, do que os amavios da volúpia, a envolver a sociedade em atmosfera estonteante de lupanares. Tudo conspira contra as mais nobres virtudes da mocidade. Vai-se formando assim uma geração, para quem o ideal da vida cifra-se na orgia báquica dos sentidos.

Moços! só a fé e o patriotismo podem salvar-vos dessas tremendas lutas, aonde vos atrai o canto de mil sereias.

A fé nos diz que fostes criados para uma felicidade infinita. A alma humana traz assim, dentro em si, uma capacidade de gôzo, que nada pode saciar sobre a terra, onde tudo, e o nosso coração, desde que nasce, no dizer do poeta norte-americano, vai batendo marchas fúnebres para o túmulo. Viver não é gozar. Viver é lutar. Essa vida é uma prova. A vida futura é que é o gôzo. Quanto mais dura a prova, tanto maior será a felicidade.

Na luta contra as paixões do gozo, encontrareis o verdadeiro gozo, a esperança infinita, a paz da consciência com Deus, paz, que supera todas as sensualidades. Tais são as verdades eternas, em que deveis firmar sempre mais o vosso caráter.

O patriotismo, por sua vez, dir-vos-á que a vossa juventude é um patrimônio nacional. Não vos é lícito esbanjá-la em prazeres, que degradam e corrompem. Nada pode a Pátria esperar de uma mocidade entregue à embriaguez do gozo. Nas delícias de Cápuá, desfibram-se os mais fortes caracteres. A bacanal dos costumes é o mais alarmante sintoma de decadência para as nacionalidades.

Far-vos-á ele ver no brasileiro, um povo talhado para mais severos hábitos. Os elementos étnicos que o plasmaram, são todos de tempera rija e austera. O índio foi um guerreiro sempre em armas. Bem conhecida é a resistência sofredora do africano. E o português, finalmente, foi o único povo do mundo, cujo heroísmo inspirou epopéia nacional e verdadeira como "Os Lusíadas", a que faltaria, entretanto, o segundo tomo, não menos épico e glorioso, aqui traçado por esse povo de fortes, sobre os mares e sertões misteriosos do ocidente. E foi da luta, foi na guerra holandesa, na ilíada nacional do século XVII, que essas três raças, rerepresentadas por Poti, Henrique Dias e Fernandes Vieira, fundiram-se ao fogo das batalhas, preparando na história, o advento do homem brasileiro. E este por aí repousa, na vastidão do país, ostentando em sua rude simplicidade primitiva, os caracteres primaciais da resistência e sacrifício, que o distinguem, desde o piraquara do pantanal matossense, até o sertanejo do nordeste, esculpido em páginas de bronze, por Euclides da Cunha.

Um se vê a braços com a seca, o outro, com a enchente. E esta não é meros trêtica e formidável. Que contraste com a civilização que por aí vive, a sonhar sibariticamente leitos de rosas, onde, nada, vem a dobrar de uma pé-

tala incomode! E o piraquara não se acobarda. Sabe que o dilúvio é periódico. Mas não recua. Não emigra. Sofre. Resiste.

Moços! cultivaí as energias máculas da raça. Fugi às tentações de gozo enervante. O dever acima do prazer. Sede resistente e desprendidos. Sede brasileiros.

Vigiai-vos, outrossim, contra os deslumbramentos de uma ciência falsamente assim chamada no dizer de São Paulo. Nada mais comum do que se tornarem incipientes os cientistas incipientes. Pretendem com a ciência tudo explicar, e desprezam tudo que foge ao raio dos seus óculos de alcance. Esquece-lhes o gênio de Pasteur, afirmando no século XIX, em plena Academia Francesa a necessidade de ideais superiores a uma ciência que, por mais que faça, estaca fatalmente na treva do mistério.

A verdadeira ciência é boa e modesta. Personifica-se em Sócrates: "só sei que nada sei".

A ciência bem intencionada, por isso mesmo que é a pesquisa da verdade, acha-se a caminho da crença. Não assim a ciência vaidosa, que só sentiria a fé, se por ventura se lhe deparasse na ponta do bisturi ou do compasso.

A fé não se alcança como equações algébricas. Não é um mero ato da inteligência. O seu objeto não se impõe à mente como uma verdade matemática. A fé é dádiva divina, de que se privam os intelectuais pretensiosos, porque Deus resiste aos soberbos. Não desprezeis a fé pela ciência, mas com o facho da fé sempre vivo e alevantado, penetrai nos áditos da ciência.

A fé nacional é a que também vós trouxestes do berço, embalsamado para sempre, no perfume inextinguível dos beijos maternos. Esta é a fé que embalou no lar materno, os primeiros palpites dos vossos corações de moços, rumando-os radiosamente para o azul dos ideais, que não transmontam e dos amores, que não passam.

Esta é a fé, que iluminou o sonho virginal da nossa Pátria, naquele alvifareiro dia, em que, por

entre os sorrisos do céu levantino, a cruz vermelha das caravelas a despertou para a civilização e para a glória. Esta é a fé, que vazada cristalinamente em angélicos versos à Virgem Maria, o gênio de Anchieta imprimiu num êxtase de poeta, sobre o solo virgem da terra brasileira. Esta é a fé, que tem inspirado os mais veneráveis caracteres, de que se abrilhanta e honra a nobre galeria da história pátria. Esta é a fé, gravada hoje tão naturalmente na alma genuína do Brasil, como a cruz de estrelas no azul do seu firmamento, ou os símbolos da Redenção na corola mística das suas passifloras selvagens. Tirai-a, e tereis desfigurado o tipo brasileiro: desnacionaliza-se o caráter. Guardai-vos, pois, imaculada, ó moços, a fé dos antepassados, se quiserdes ser lidimamente brasileiros.

Euclides da Cunha é bem um exemplo digno da mocidade brasileira. As qualidades varonis da raça estão estereotipadas em seu estilo incomparável, onde em vão procurareis os requiebroso moles desse erotismo ou dessa pornografia, que infelizmente deturpam a obra de não poucos dos nossos homens de letras.

Vêde como êle amou o Brasil e para usarmos uma sua expressão textual, "o verdadeiro Brasil ainda indene". Tôda a sua obra aí está para comprová-lo. O mais belo exemplo, porém, que Euclides da Cunha legou à juventude estudiosa, foi sem dúvida o seu grande amor à língua nacional. Criou um estilo grande como o Brasil. Não esperdiceis o tempo em leituras fúteis. Preferi sempre as que ao útil da matéria, entrelacem a flor do dizer puro e elegante.

Uma feição, e mui sugestiva, do patriotismo de Rui Barbosa, foi o seu amor à língua pátria. Falar nêle, o mesmo é que evocar-lhes o gênio da palavra. Mas há que distinguir aí, o estudioso e o artista. Nem todos podeis pretender as inspirações mágicas do artista, todos, porém, podeis e deveis forçar por seguir os exemplos do estudioso, daquele que aos setenta

e tantos anos de idade, dizia: "Estudante sou... pouco mais sei do que saber estudar, saber como se estuda, e saber que tenho estudado".

Imitai, ó jovens, o insigne cultor do dizer vernáculo, que preocupado embora com as mais alcandoradas questões jurídicas, sociais e políticas, nunca se descuidou do que poderia a outrem parecer tão somenos que é a boa linguagem. Começai por frequentar os livros dos autores, que melhor as exploram, e vos oferecem a pedraria clássica já polida e engastada em modernos filigranados louvores de ouvesaria.

Tendes Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Machado de Assis, Gilberto Freire, José Lins do Rego e outros. Qualquer que seja a profissão, por onde vos ocupareis na vida, tanto mais brilhante será ela, quanto melhor souberdes manejar as belezas do pátrio idioma. Amai, pois, e estudaí por tôda a vida, ó moços, a língua materna, a doce e nobre língua da Pátria, incultica e bela, que podeis e deveis tornar sempre mais bela pela cultura, a fim de que seja sempre mais. Seja esta mais uma feição natural ao vosso caráter brasileiro. Não se concebe o nacionalismo sem este culto, porque a língua é, como sabeis, de par com a religião, o mais poderoso elemento de coesão para as nacionalidades.

MOCIDADE É BELEZA

A beleza da mocidade, beleza que inspira e arrebatada, beleza, que é verdadeira castálido dos mais límpidos ideais, de harmonias e cânticos. Não me refiro tanto à beleza material do corpo, beleza mais que efêmera, não dura sequer o dia inteiro da existência, sendo exatamente como as rosas proverbiais de Malherbe, viva apenas o breve espaço dessa manhã da vida que é a juventude. A lídima beleza dos maços está no seu espírito, este sim, que bem se assemelha a essas águas, não só pela sua vivacidade, como já vimos, serão também pela sua pureza e alegria.

É que imaginamos a juventude, com a sua alma a resplandecer ainda sob esse influxo do Criador, a que a Bíblia chama o Sôpro da Vida; com o seu coração a palpitar na canção perene da alegria de viver; com a sua fantasia a repintar os sonhos mais dourados do otimismo; com todo o seu ser, enfim, a trescalar êsses efluvios celestes da esperança, que aromatizam e saneiam o ambiente.

MOCIDADE É FÔRÇA

Ponde barreiras e diques às águas formidolosas, como fez o Onipotente com as do oceano; canalizai-as, captai-as convenientemente, e vereis os milagres de progressos, que delas brotam, maraviilhando o mundo.

Assim a mocidade, nada mais amável e manso do que ela, mas traz dentro em si, a dinâmica das paixões, que afinal convergem tôdas no amor, esta fôrça incalculável, que, segundo o verso glorioso e último da Divina Comédia, move o sol e tôdas as estrêlas. Deixai que a vaga das paixões rompa as reprêsas, e tereis o cataclismo. Dirigi-lhes, porém, o curso, por meio de uma boa educação, e tereis uma potência, para o bem e felicidade dos povos. Contemplai as águas da serra, cujas energias estupendas, capazes de milhões de cavalos, a mão do homem transforma na alma do trabalho, da indústria e do progresso.

A juventude há de imitar essas águas das alturas: forte como a hulha, pelo seu caráter, e branco como a neve, pela pureza dos seus ideais e dos seus amores. Mas é condição essencial que, à semelhança dessas águas também ela se eleve. Ora, a verdadeira elevação do homem consiste na sua aproximação de Deus. Elevai, ó moços, a vossa mocidade, elevai-a com toda a sua vida, beleza e fôrça, elevai-a para Deus, e fareis dela não somente a hulha branca da nacionalidade, senão, também, a verdadeira Fonte da Juventude, em cujas águas hão de remoçar para

glória da Pátria, as energias tôdas da raça.

IN CORPORE SANO

Ruy Barbosa, de físico franzino embora, soube, êle, dar ao Brasil, a cooperação gloriosa dos seus cinquenta e cinco anos de labor cívico. Velhices que tais, costumam ser fruto e prêmio de juventudes morigeradas.

Avesso ao álcool e ao fumo, tinha êle verdadeiro horror ao jôgo, que estigmatizou com o ferro em brasa do seu estilo.

MENS SANA

Esmerai-vos, pois, mas sem exageros contraproducente, na vossa educação física, em tal modo que vos ela assegure saúde e vida longa. Lembrai-vos de que não basta a saúde do corpo, requer-se também, e acima de tudo, a da alma. É a fórmula clássica. "Mens sana in corpore sano". O espírito é que vivifica (Evangelho). O espírito é a inteligência ilustrada pelo saber, é sobretudo, a vontade fortalecida pelas virtudes. O espírito, é uma palavra, o caráter. Êle é que estabelece o equilíbrio nesse complexo de faculdades e instintos, que é a personalidade humana, dela fazendo um composto harmônico, em que a razão esclarecida pela fé, domina os sentidos, numa verdadeira hierarquia, porquanto encerra muito, dêsse elemento sagrado, que aí se nos inculva no etimo do vocábulo, a pontos de sagrar os justos, no dizer de São Paulo, em templos da divindade. Se fordes fiéis às lições de casa, que tantas vezes ouvistes, a vitória é certa, a vossa alma de moços, por sobre a corrupção imensa dêste século, há de expandir-se aos esplendores do ideal, como a expressão virginal da raça, em toda a sua beleza e pujança, da mesma forma que, por sobre a imensidade dos igapós do Amazonas e dos pantanais de Mato Grosso, desabrocha a vitória-régia, ao sol dourado dos trópicos. Esta é a mocidade, com que sonhamos para nossa Pátria.

Esta é a primavera perene da nacionalidade. Esta é a maior promessa da sua futura e mais legítima glória.

INSTINTO DE SOBREVIVÊNCIA

Percorre o Brasil todo um anseio de reerguimento moral. Se, às vezes, esse poderoso sentimento provém de uma semente demagógica, a verdade é que há outros pontos de partida e outras origens, cuja realidade e solidez ninguém pode negar. Generaliza-se por todas as camadas da população brasileira a convicção de que basta de abusos e que chegou o momento de corrigir os defeitos e fraquezas do regime, restabelecendo entre nós a austeridade e a honestidade nos negócios públicos. A hora é de definições. No ponto em que chegou a desordem moral do Brasil, a separação do joio do trigo não pode, como na parábola do Salvador, realizar-se desde já. A reação do povo diante dos escândalos oficialmente apurados e relatados é uma esperança que vem tranquilizar aqueles que de há muito vinham advertindo a nação preocupados com o rumo que tomavam seus negócios, cada vez mais orientados pelo interesse particular dos agentes governamentais e cada vez mais, indiferentes ao verdadeiro interesse público. Deveis aceitar e estimular essa extraordinária reação popular, como a vitalização do instinto de sobrevivência da nação brasileira.

O Brasil ainda possui energias suficientes para reagir e enveredar pelo caminho da honestidade político-administrativa.

A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA

Ninguém contesta, em nossos dias, a imensa contribuição da Ciência em prol do progresso humano. É verdade, na qual parece escusado insistir. É de se afirmar, sem qualquer exagero, que a vida das coletividades seria mesmo praticamente impossível, na fase atual da civilização, se não contássemos com certas condições e certos re-

ursos que o trabalho dos homens de ciência e dos técnicos transformou em realidade.

O nível de vida dos agrupamentos humanos depende, essencialmente, do maior ou menor grau com que podem de fato servir-se das conquistas e desenvolvimentos científicos. E os eventuais abusos das aplicações da ciência absolutamente não invalidam esta tese. O grande físico Robert Oppenheimer, relembra, recentemente, perante o Conselho Nacional de Pesquisas, o quanto é importante para a manutenção das Democracias que "o povo, em geral, e sobretudo os responsáveis pelas coisas públicas, adquiram uma convicção profunda da significação da ciência para o avanço da humanidade; e não apenas a ciência aplicada e a tecnologia, cujos resultados imediatos na ordem econômica e industrial são evidentes por si mesmos, mas também a ciência pura e a pesquisa desinteressada tanto pelo seu valor intrínseco, para elevação cultural do homem, quanto pelo fato de que algumas das descobertas e invenções, de mais repercussão sobre o progresso material, foram conseguidas por cientistas preocupados, não com suas aplicações práticas, porém como um melhor conhecimento do universo. Constitui, pois a ciência uma grande benfeitora da humanidade. Todavia, o que nem sempre se põe devidamente em foco, ao examinar o assunto, é o seguinte corolário: se a vida das sociedades humanas depende dos benefícios decorrentes da ciência, logicamente a autonomia econômica e política de uma nação está condicionada ao seu poder de conservar e desenvolver o cabedal da ciência. O poderio de uma nação, no chamado "concerto" com as demais exprime-se hoje em função do seu grau de adiantamento científico. Sêde cientistas!

O CARÁTER

O fim principal da escola, que não é instruir, senão educar, isto é formar o caráter. Esta é a glória do magistério. Lembrai-vos do

lema sagrado, não os que ensinam simplesmente a ciência, mas os que ensinam a justiça, na qual se resume o caráter, estes é que o profeta diz que brilharão como estrelas, por toda a eternidade. Tende, pois, continuamente diante dos olhos esta bela palavra: o caráter. A etimologia grega inculca-lhe a idéia de alguma coisa que se grava. São os hábitos das virtudes, que vão penetrando o espírito e formam esse conjunto harmônico e sólido, a que precisamente se dá o nome de caráter. Assim é que ele envolve, mesmo etimologicamente, a noção de firmeza. É o dever gravando-se no coração do homem de caráter melhor do que se fôra entalhado em bronze. Dê-lo não se afasta. Ele é o varão, de quem disse Horácio em épica imagem que se o mundo desabar em frangalhos, as suas ruínas hão de encontrá-lo ainda impávido e firme. Não é, pois o caráter nada de postiço. Não é uma etiqueta, que se cola e descola à vontade. Não é jóia que se exhibe em público, e guarda-se depois a chave, no fundo de um cofre de veludo.

O caráter são hábitos, que se imprimem para sempre na vontade. O homem de caráter é o mesmo, em toda parte. Sabe guardar as conveniências, mas desconhece "oportunismos". O que não se permite a si mesmo perante a sociedade, não o faz tão pouco em culto, nem no mais íntimo recesso da consciência. Vêdes que para isso não basta o temor da opinião pública, nem o sentimento da honra, porque tudo isto se funda afinal no conceito dos homens, que é sempre limitado e falho. Daqui a necessidade da religião, na formação do caráter. A fortaleza do caráter, que assim, de alguma forma, se diviniza, está nesse olhar infinito de Deus, que ilumina, aquece e fortifica, como o Sol em eterno zênite, a consciência do homem justo.

O EXEMPLO

Para conseguir tão sublime ideal, tem o educador de lançar mão de todos os meios. O mais poderoso,

porém, o que corrobora todos os demais, é por sem dúvida o exemplo. Sabeis como está em voga o ensino intuitivo. Pois nada mais intuitivo que o exemplo. Bem conhecido é o aforismo clássico: palavras movem, exemplos arrastam. Juvenal, satirógrafo latino; tem até uma das suas sátiras com o título — Exempulum

CIÊNCIA E VIRTUDE

É preciso que a mocidade veja sempre como exemplo da pronúncia correta do vernáculo, à prática das mais nobres virtudes. Muito haveria que dizer-vos da virtude, se atentássemos na importância do assunto; mas felizmente sei que bem persuadidos estais de ser ela o ornamento e o distintivo da vossa carreira pública.

Deveis em toda parte serdes apontados, qual modelo de modéstia e seriedade.

A BARBÁRIE DO ÓDIO

Há um contraste flagrante entre a ordem de Cristo e a desordem de coisas, que se lhes pretende substituir, opondo aos ensinamentos do Mestre, os de Marx e Lenine, para trocar a civilização do amor, pela barbárie vermelha do ódio e do crime. Em verdade vos digo que outro não é o espírito do comunismo soviético, a pregar, por toda parte o ódio do trabalho contra o capital, dos subordinados contra os chefes, dos filhos contra os pais, dos cidadãos contra a Pátria, do homem contra Deus, e longe de inspirar na cordialidade fraternal da Ceia do Senhor, bem pode ter por emblema a ceia trágica de Tiestes, a "sua mesa" de que fala Camões, e em que se propinam carnes humana; ou essoutro festim hediondo de Herodes, onde se degola o profeta e o justo, para dar pasto aos intuitos das Herodiades e Salomé, verdadeiros tipos precursoros da mulher comunista. Urge, por certo, melhorar a sorte do povo, mas não por meio dessa igualdade, como lhe acena e mente o bolchevismo; igualdade impossí-

vel, porque contraria à natureza, que faz nascer os homens tão diferentes de alma e de corpo; igualdade, que pretende suprimir instituições as mais naturais e benéficas, tais como a propriedade particular, a família, a pátria e a religião; igualdade, em suma, que outra coisa não seria, senão o nivelamento sombrio das ruínas e da miséria. A igualdade há-de se fazer, mas por meio da lei e da justiça, e mais ainda, por meio dessa mesma caridade, que é a igualdade do amor cristão, único que se abaixa aos pobres e decaídos, para elevá-los, aproveitando assim, no exercício das mais belas virtudes sociais e cívicas, as desigualdades providenciais, que o próprio Deus estabeleceu na sociedade.

O comunismo anárquico, que é a destruição da ordem social, está para a sociedade, assim como o suicídio está para os indivíduos; valer-se daquele para sanar os males sociais, é o mesmo que recorrer a este, para sanar a situação individual dos infelizes. Só uma triste psicose pode explicar o anarquismo, assim como só ela arma o braço aos desertores da vida.

O comunismo ademais, seria o golpe mais violento sacrilégio, desferido ao cerne da nossa nacionalidade, plasmado todo ele, como sabeis, nêsse triplice amor a Deus, à Pátria e à Família, que constitui a maior glória das nações livres e fortes. Tirai êsses três grandes amores, e tudo o mais se reduz ao impulso, mais ou menos animal de paixões egoístas e subalternas; assanhadas na batracomiomaquia dos interesses vis e rasteiros.

Nada mais restará, senão o caos tenbroso dessa anarquia, que, ainda ameaça anoitecer no luto e na desgraça, os horizontes côr de rosa da nossa Pátria.

IDEAL DA MOCIDADE

Só o ardor da mocidade por um ideal pode livrar da mediocridade. Porque sem ideal a vida se torna um fardo pesado, que só causa canseiras, aborrecimentos e desgos-

tos. Só o seu esforço, no sentido de tornar realidade as suas aspirações, é que pode transformar a existência em um manancial de felicidade. Mas um ideal deve ter sempre com suas bases alicerçadas na cultura, sem a qual ele não seria duradouro, nem nos daria frutos que compensassem os seus sacrifícios. O verdadeiro remédio para os males que atingem a sociedade moderna, só poderão ser encontrado nos moços. Só a mocidade pode endireitar o mundo, colocando-o numa situação condigna.

Antes de tudo é preciso endireitar o modo de vida dos jovens e batalharem pela vitória dos ideais mais sublimes.

Devemos cuidar tanto do desenvolvimento do corpo como do espírito e verificar quais os fatores sociais que mais influências podem exercer sobre a sua formação. Observar qual a profissão que mais se adapte ao temperamento de cada um, qual o regime alimentar mais adequado, praticar exercícios físicos e dedicar-se ao estudo e à prática de boas maneiras e muitos outros hábitos que possam influenciar na sua formação integral.

Só da mocidade é que se pode esperar o impulso no sentido da renovação dos costumes, da melhoria da sociedade e da implantação da ordem e progresso. Porque ela é por si só inquieta, tem espírito a toda inovação ao passo que as pessoas adultas, que não são possuidoras de um espírito jovem, são refratárias a qualquer modificação em seu modo de existência. Devem, então, portanto, estar preparados para a luta, que será árdua e contínua. Não é dado ao homem predizer o futuro, mas conservando o nosso ideal ético-social poderá jamais ser plenamente realizado, precisamos esperar os resultados da luta em direção das grandes potências, antecipadamente aceitando êsses resultados. No combate que temos que travar na vida, precisamos transformar o Evangelho em nosso ideal, "como fez a primitiva igreja cristã na sua luta contra o mundo

romano, sempre guiada pela visão do Reino de Deus". O Evangelho, e só ele, possui uma profunda simpatia por tudo quanto se relaciona com o homem, por tudo que é humano. O Evangelho, e só ele, toma o homem a sério como indivíduo e consagra respeito à totalidade dos homens. É, através do Evangelho que nos damos conta uns dos outros, e toda a raça humana se torna em princípio uma irmandade sob a soberania de Deus. O Evangelho nos faz sentir a falta de justiça e fraternidade do homem para com seu irmão e também vergonha e célera de haver frio e fome no mundo, e de que o homem sofra e de que se mate em guerras.

O Evangelho invoca uma terrível maldição sobre todas as situações, todas as pessoas e poderes que escravizam os homens em vez de libertá-los, que os separa em vez de uní-los. O Evangelho nos mostra que a humanidade é um todo uno, solidário, porque o Evangelho considera um dever de consciência e fé o triunfo sobre tudo que é desumano ou anti-humano.

Procurai, primeiro, o Reino de Deus e sua equidade — isto é, regular a vida comum sobre bases da mais elementar humanidade. Com este preceito o Evangelho não só estabeleceu um ideal social, como o ideal social de todos os tempos, raças e povos. E não um ideal utópico, mas o verdadeiro alvo da humanidade, a meta de que ela vai se aproximando à medida que seus membros se unem em um sério sentimento de recíproca responsabilidade, auxílio mútuo e vontade comum. Na terrível tensão e tumulto dos nossos dias cada homem deve manter-se firme na sua tarefa particular. Pois, quem quer que realize a contento a sua tarefa diária

como disse Rodim, pode esperar que de repente o molde se quebre e a estátua apareça. Lentamente as esperanças e aspirações da espécie humana vão se concretizando em realidades. Há algo profundamente patético no esforço individual do homem — mas não na marcha coletiva da humanidade para o seu ideal. Dia virá em que o homem, cansado de caminhar sozinho se voltará para o seu irmão. Nesse dia, quando aprendermos a sentir as máguas e as alegrias, os sofrimentos e as esperanças dos outros tão bem quanto os nossos, a ordem do amor e da justiça pela qual o universo anseia e da qual os planetas na calada da noite são esplêndidos, embora imperfeitos símbolos, estará se aproximando de nós. Só nesse dia a fraternidade do homem será uma realidade.

Jovens. O Brasil atravessa uma hora crepuscular e sombria. E quando a consciência apreensiva dos estadistas, prescruta a tristeza dos horizontes, é a mocidade, sois vós, que ainda espargis no céu do futuro, como a ave-côr-de-rosa das lezírias, os tons álares da poesia e da esperança. Mas lembrai-vos que nem as forças juvenis do vosso corpo, nem as graças de vosso espírito, nem os encantos da vossa idade, são bastante a salvar a Pátria. Em vosso caráter é que ela confia. O granito eterno da construção dêsse caráter, tem por elementos essenciais a religião e o patriotismo. Resisti aos escândalos da sociedade paganizante. Mantende as tradições nacionais de fé e moralidade. As promessas de hoje, serão a realidade magnífica de amanhã, porque sereis cidadãos capazes de todos os heroísmos, dignos da nossa Pátria, grande como o Brasil.

SALÁRIO-FAMÍLIA AOS MILITARES

Cap. I.E. ANTÔNIO PINHEIRO

Faz jus o militar ao recebimento do abono de família nas mesmas proporções que vem sendo concedido aos servidores públicos o salário-família?

O problema não é tão complexo como à primeira vista se nos depára. Daí a razão que nos moveu a discuti-lo, com o propósito exclusivo de colaborar com as autoridades a quem estão afetas as questões de natureza jurídica.

Preceituam os arts. 105 e 106 do C.V.V.M. (Lei n. 1.316, de 20-I-1951):

“Art. 105. A vantagem proporcional aos encargos de família, neste Código, denominada abono de família, constitui o auxílio pecuniário abonado ao militar da ativa, da reserva remunerada e reformado, com o objetivo de atender, em parte, as despesas decorrentes da educação e assistência a filhos.

Art. 106. O abono de família será assegurado aos militares da ativa, da reserva remunerada e reformados, nas mesmas proporções e condições em que o seja ou venha a ser concedido aos servidores públicos em geral o salário-família.”

Sem embargo do que prescrevem os artigos supra-transcritos, os militares e servidores públicos civis vêm percebendo respectivamente abono de família e salário-família em proporções diferentes, desde de 1 de dezembro de 1952 (art. 28 da Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952).

Não estará por acaso em vigor a disposição que assegura a igualdade

de proporções, isto é, o art. 106 do C.V.V.M.?

Entendemos que sim.

Com efeito prescreve o Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil):

“Art. 2º. Não se destinando a vigência temporária, a Lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º. A Lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare; quando seja com ela incompatível; ou quando regule, inteiramente, a matéria de que tratava a Lei anterior.

§ 2º. A Lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais, a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.”

Ora, nenhuma outra Lei modificou ou revogou expressamente os arts. 105 e 106 do C.V.V.M., nem se mostrou incompatível com os referidos dispositivos desse Código. O que existe são disposições a par dos já existentes e que não podem revogá-los ou modificá-los, por força do § 2º da Lei de Introdução ao Código Civil acima transcrito. Neste caso situa-se a Lei n. 1.757-A, de 10 de dezembro de 1952, que em nada colide com o C.V.V.M. São Leis paralelas. Não há portanto lugar aqui para os casos de revogação ou derrogação.

É de se salientar que o art. 106 do C.V.V.M. tem maior amplitude de quantos outros até agora vieram a lume, objetivando a equiparação do salário-família entre civis e militares, de vez que estabelece cri-

tério assegurador de tal equiparação nunca antes previsto.

Em abono da tese aqui defendida, ouçamos Carlos Maximiliano :

"É dever do aplicador comparar e procurar conciliar as disposições várias sobre o mesmo objeto, e do conjunto, assim harmonizado, deduzir o sentido e alcance de cada uma.

Só em caso de resistirem as incompatibilidades, vitoriosamente, a todo esforço de aproximação, é que se opina em sentido eliminatório da regra mais antiga, ou de parte da mesma, pois que ainda será possível concluir pela existência de antinomia irredutível, porém parcial, de modo que afete apenas a perpetuidade de uma fração do dispositivo anterior, contrariada, de frente, pelo posterior.

Em resumo : sempre se começará pelo processo sistemático, e só depois de verificar a inaplicabilidade ocasional dêste, se proclamará abrogada, ou derogada, a norma, o ato, ou a cláusula" (in *Hermenêutica* — 5ª Edição — página 426).

"O jurisconsulto Paulo ensinara que as leis posteriores se ligam às anteriores, se lhes não são contrárias :

"Sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrariae sint idque multis argumentis probatur"

Para a ab-rogação a incompatibilidade deve ser absoluta e formal, de modo que seja impossível executar a norma recente sem destruir praticamente a antiga ; para a derogação, basta a incompatibilidade parcial, embora também absoluta quanto ao ponto em contraste. Portanto a abolição das disposições anteriores se dará nos limites da incompatibilidade" (idem, idem à pág. 428).

Estribadas que estão nossas razões na autoridade de Carlos Maximiliano que se apoia em Puchta, Espinola, Demolombe, Coviello, etc.,

não há senão concluir que o artigo 106 do C.V.V.M. está em pleno vigor.

Cumpre-nos agora examinar se a Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que no seu art. 11 aumentou o salário-família a todo servidor ativo e inativo, abrange também os militares.

Dispõe o art. 11 da Lei em estudo :

"O salário-família passa a ser concedido na razão de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), por dependente, a todo servidor ativo e inativo.

§ 1º. Inclui-se como dependente, para efeito da concessão do salário-família, o cônjuge do sexo feminino que não seja contribuinte de instituição de previdência social e não exerça atividade remunerada ou perceba pensão ou qualquer outro rendimento em importância superior ao valor do salário-família.

§ 2º. O salário-família não será pago :

a) aos servidores que perceberem as gratificações de encargos de família previstas no artigo 15, § 3º, do Decreto-lei número 9.202, de 26 de abril de 1946, alterado pela Lei n. 1.220, de 28 de outubro de 1950 ;

b) ao inativo residente no exterior ;

§ 3º.

§ 4º.

§ 5º. O salário-família será pago na base de Cr\$ 150,00 exclusivamente aos servidores civis atingidos pela presente Lei."

Provada que está a vigência do art. 106 do C.V.V.M., compreende-se facilmente que o salário-família concedido, por esse novo estatuto legal, ao servidor ativo e inativo, deverá ser assegurado aos militares nas mesmas condições e proporções.

Entretanto se examinarmos com mais cuidado as disposições da Lei em tela, damos com o § 5º do artigo 11 que é mister seja interpre-

tado, a fim de que não parem dúvidas na argumentação aqui esboçada.

“§ 5º. O salário-família será pago na base de Cr\$ 150,00 exclusivamente aos servidores civis atingidos pela presente Lei.”

Interpretando-o literalmente, temos:

O militar não percebe salário-família e sim abono de família. O abono de família é que deverá ser pago aos militares nas mesmas proporções em que seja ou venha a ser concedido o salário-família aos servidores públicos.

Não percebendo o militar salário-família, a exclusão do § 5º também não o atinge, devendo por conseguinte o perceber o abono de família na base de Cr\$ 150,00 por dependente.

Isto pôsto, recorramos a lição dos mestres:

“Mais do que a letra se atenda ao fim e aos motivos da Lei, ao resultado provável da exegese para determinar a amplitude da interpretação.”

É o que vamos demonstrar.

Óbvio é que toda a legislação do salário-família para o servidor público tem por escopo imediato, por força da própria denominação, regular o benefício para o servidor civil, uma vez que o militar não percebe salário-família.

A admitir-se esta restrição para militares, estaríamos inquinando de nulidade o art. 106 do C.V.V.M., o que é absurdo.

A simples suposição da ineficácia de tal artigo tornaria contrária à jurisprudência já firmada para regular o abono de família dos militares. Necessitar-se-iam então de sucessivas leis especiais para que se estendessem aos militares as modificações a que está sujeita a legislação do salário-família para o servidor público, já que os militares não possuem legislação especial reguladora de tal vantagem.

Este não é positivamente o espírito da lei.

Prevalece na sistemática legal e preocupação do legislador em tratar com igualdade servidores civis e militares, quanto ao benefício em estudo.

O salário-família pago ao militar, quer com o nome de salário-família (anteriormente a Lei n. 1.316, de 20-1-91), quer com o nome de abono de família, sempre foi regulado pelo benefício concedido ao servidor público.

Os militares nunca possuíram legislação própria do salário-família e ainda presentemente não na possuem, pois as condições que a regem atualmente estão contidas no art. 138 dos Estatutos dos Funcionários Públicos da União e as proporções estão estabelecidas na Lei n. 1.757-A, de 10 de dezembro de 1952, promulgada especialmente para os servidores civis e já revogada para estes pela Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

Como se explicar então que uma lei promulgada especialmente para os servidores civis e já revogada continue em vigor só para os servidores militares?

Por que essa desigualdade de tratamento em face da lei que outorga benefícios aos servidores da União?

Demais, o § 5º do art. 11 da Lei n. 1.765 em foco, quando preceituou:

“o salário-família será pago exclusivamente aos servidores civis atingidos pela presente lei.”

não visou excluir os militares do benefício concedido. É que há casos excepcionais, especificados no próprio texto da lei, de servidores civis não amparados por esse benefício legal.

Com a finalidade de robustecer o ponto de vista aqui defendido, ouçamos mais uma vez a palavra autorizada de Carlos Maximiliano:

“As leis conformes no seu fim devem ter idêntica execução e não podem ser entendidas de modo que produzam decisões diferentes sobre o mesmo objeto.

Cumpra atribuir ao texto um sentido tal que resulte haver a lei regulado a espécie a favor, e não em prejuízo, de quem ela evidentemente visa proteger.

Se o fim decorre de uma série de leis, cada uma há de ser, quanto possível, compreendida de maneira que corresponda ao objetivo resultante do conjunto" (in Hermenêutica, 5ª Edição, página 194).

A interpretação adversa, da doutrina aqui esposada, faz "Tábula Raza" das seguintes disposições irretrorquíveis :

1º) Desigualdade de tratamento entre civis e militares, com prejuízo destes que não possuem legislação própria do salário-família ;

2º) Desvirtuamento da finalidade da lei que prevê igualdade de tratamento entre civis e militares, no que concerne ao pagamento do salário-família.

CONCLUSÃO

1º) Cabe aos militares o pagamento do abono de família na mesma base em que foi fixada para os servidores públicos o salário-família pela Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952, ou seja, Cr\$... 150,00 por dependente ;

2º) Inclui-se como dependente do militar, para efeito da percepção do abono de família, o cônjuge do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei n. 1.765, de 18-XII-952.



LEVE

FÁBRICA DE CALÇADOS "LEVE"

Especialidade em Calçados de Luxo, os mais raros modelos da América

AFAMADAS MARCAS: "MAR.SOL" E "NEVE"

Rua Costa Ferreira, n. 86 — Telefone : 43-9600

Caixa Postal, 2914 — End. Teleg. "Levelda"

(N. 14)

OS MILITARES E O CONGRESSO EUCARÍSTICO INTERNACIONAL

P.J.BUSATO

Desde a instalação da Adoração Noturna na Capital Federal os militares brasileiros se distinguem pela sua fé, devoção e ardor para com a Santa Eucaristia.

Aliás, foram eles que iniciaram no Brasil a Páscoa Coletiva. Outras classes sociais imitaram, mais tarde, seu exemplo dignificante.

Agora, como preparação ao Congresso Eucarístico Internacional, a se realizar no ano de 1955, os militares católicos deram mais uma prova de seu fervor.

Tenho diante dos meus olhos o relatório relativo à Adoração Noturna, no Rio.

"O primeiro lugar, ainda uma vez, — diz o secretário daquela entidade religiosa — coube ao Exército Brasileiro, acrescentando mais uma página gloriosa aos fastos involvidáveis da sua tradição religiosa".

O belo número de 1.392 presenças, é um marco de conquista. Reaviva o intraduzível perfume da tradição, renovando-o na hora em que a Pátria, em Pernambuco, comemora o tricentenário da expulsão dos invasores. As duas epopéias dos Guararapes encontram um exército ajoelhado ante a Divina Eucaristia, signo de inquebrantabilidade, impondo ao inimigo do Brasil a capitulação da Campina de Taborda.

O mesmo espírito está no sangue dos soldados adoradores, prontos a repelir-lhes os feitos, em defesa dos valores morais e religiosos do Brasil.

É desta forma que os nossos homens de farda se preparam para o grande acontecimento eucarístico de 1955.

Já estão sendo tomadas as providências para a magnífica parada de fé.

Assim é que, para a custódia-monumento, que medirá 2 metros e meio de altura, além de numerosos objetos de ouro e prata, 19 coleções de belíssimas pedras brasileiras, inclusive um topázio azul de 500 gramas, já chegaram à sede do Congresso.

Entre outras oferendas se destacam as seguintes: vinho e trigo para todas as missas e comunhões do Congresso — a diocese de Caxias do Sul oferece.

Todas as patenas necessárias às comunhões coletivas — o Secretário Nacional da Cruzada Infantil.

Duzentos paramentos completos, com o emblema do Congresso, para os duzentos altares que serão erguidos para esta finalidade — a Obra dos Tabernáculos do Rio de Janeiro.

Madeira de pau brasil, colhida no local da primeira missa e destinada à grande Cruz do altar monumento — a diocese de Ilhéus.

Mas o movimento missionário para preparar espiritualmente os fiéis não fica atrás do movimento material.

O Ano Eucarístico terá início no dia 18 de julho próximo e, nesta data, será realizada solenemente, em todas as Igrejas e Capelas do país, a Hora Santa Oficial.

Setenta e três missionários pregarão nas 109 paróquias do Rio.

A "Praça do Congresso" estará instalada no Calabouço.

Ali se erguerá o Altar Monumento, tendo por moldura a Bala da Guanabara, as montanhas do Pão do Açúcar e do Corcovado, sob os braços abertos do Cristo Redentor.

Bem-avisados, portanto, andam os militares católicos do Rio, organizando as suas horas de Adoração Noturna, no Templo Votivo Nacional, como preparação ao 36º Congresso Eucarístico Internacional.

Aliás, o Exército já designou o seu representante junto ao Congresso Eucarístico Internacional, na pessoa do Cel. Luiz Guimarães Regadas.

**CABOS DE
AÇO SUECO**



**POLIDOS E
GALVANIZADOS**

Alma de cânamo
e alma de aço:

6 × 12 — 6 × 19 e 6 × 37

CIA. T. JANÉR,

COMERCIO E INDUSTRIA
Seção de Aços e Ferramentas



RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 38-LOJA

FONES : 43-1630 e 43-9556

S. PAULO — B. HORIZONTE — P. ALEGRE — CURITIBA — RECIFE — BELEM

NOTÍCIAS DIVERSAS

- **Declara monumento histórico nacional o trecho ferroviário, que indica.**

DECRETO N. 35.447-A, DE 30
DE ABRIL DE 1954

O Presidente da República, tendo em vista a exposição de motivos que lhe foi dirigida pelos Ministros de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas e de Educação e Cultura, e

Considerando a conveniência de assinalar-se a passagem do primeiro centenário das estradas de ferro brasileiras, de forma expressiva e que se mantenha na tradição como penhor de reconhecimento das gerações sucessivas à memória dos antepassados que dotaram o país desse meio de transporte, de tão decisiva significação no desenvolvimento econômico nacional, decreta:

Art. 1º. É declarado monumento histórico nacional o trecho ferroviário localizado no reconcavo da Baía de Guanabara, entre o antigo porto de Mauá e a parada do Frágoso, no qual, a 30 de Abril de 1854, foi iniciado o tráfego público de viação férrea no Brasil.

Art. 2º. A Estrada de Ferro Leopoldina incumbir-se-á do alargamento da bitola atual desse trecho, da locomotiva n. 1, denominada "Baronesa", da extinta Companhia de Navegação e Estrada de Ferro de Petrópolis.

Art. 3º. A Estrada de Ferro Central do Brasil fará, oportunamente, entrega à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da locomotiva "Baronesa",

cessando, assim a sua guarda e conservação da velha locomotiva n. 1.

Art. 4º. A linha ferroviária do trecho Mauá-Fragoso, e seus pertences, bem como a locomotiva "Baronesa" serão entregues à Diretoria do Patrimônio Histórico Nacional, para sua guarda e conservação, devendo, quando fôr julgado conveniente, ser expostos à visitação pública.

Art. 5º. Enquanto não houver dotação orçamentária específica, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para a manutenção e conservação da linha e seus pertences e da locomotiva "Baronesa" ficarão esses encargos à conta da Estrada de Ferro Leopoldina.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETÚLIO VARGAS

José Américo
Antonio Balbino

("Diário Oficial" n. 101, de 6-V-54.)

- **Contribuição do Exército ao plano rodô e ferroviário do sul do país.**

O Presidente da República recebeu do Marechal Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o seguinte telegrama:

"Porto Alegre — Efetuando viagens de observação programadas pelo EMFA, acabo de visitar os 1º e 2º Batalhões Ferroviários, 2º e 3º Batalhões Rodoviários, sediados, respectivamente, em Bento Gonçalves, Rio Negro, Lages e Va-

caria. Tenho a honra de congratular-me com Vossa Excelência pelo bom andamento dos serviços, num ambiente de brasilidade e grande interesse reinante nas unidades visitadas e pela contribuição que o Exército vem prestando ao Plano Rodo e Ferroviário do sul do País, de capital importância para a segurança nacional. Merece realce o amplo programa de assistência social a militares, funcionários civis e famílias que essas unidades vem realizando, com recursos próprios e iniciativa exclusiva dos respectivos comandos. Cordiais saudações. — Marechal Mascarenhas de Moraes, Chefe do EME."

("Diário Oficial" n. 113, de 20-V-54.)

● Oleoduto para as refinarias de cubatão e capuava.

O Presidente Getúlio Vargas recebeu a seguinte comunicação telegráfica de São Paulo:

"A assinatura pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico do contrato para financiamento da construção da terceira tubulação do oleoduto destinado ao abastecimento das refinarias de Cubatão e Capuava, conforme programa aprovado por V. Excia., vem possibilitar que sejam concluídas dentro do prazo previsto as instalações complementares do oleoduto, indispensáveis ao funcionamento das referidas refinarias. Ao ensejo de tão auspicioso acontecimento, em nome da administração da Estrada e no meu próprio, tenho a honra de apresentar a V. Excia. os melhores agradecimentos pelo inestimável apoio, graças ao qual tem sido possível levar avante o programa da rede de oleodutos, ligando Santos a São Paulo e às refinarias de Cubatão e Capuava. Atenciosas saudações.

— Renato Felo, Administrador da Santos a Jundiá".

● Mais de um milhão de toneladas de aço em lingotes.

Em 1953, o Brasil produziu 1.001.997 toneladas de aço em lingotes, no valor de..... Cr\$ 2.032.990.000,00. A maior produção mensal ocorreu em outubro, ou sejam 91.457 toneladas. Em 1952, o país produziu 893.329 toneladas de aço em lingotes, no valor de Cr\$ 1.713.092.000,00. Em confronto com o ano de 1953, o aumento da produção foi, portanto, de 108.668 toneladas.

(Dados sujeitos à retificação).

● A herança militar esta isenta do imposto de renda.

O TFR reformou a decisão de primeira instância

O Tribunal Federal de Recursos, apreciando o agravo apresentado pela Sra. Alexandrina Bandeira de Queiroz, resolveu provê-lo, determinando a anulação da decisão administrativa da Delegacia Regional do Imposto de Renda, segundo a qual fora a agravante intimada a pagar tributo sobre a pensão de montepio e meio soldo que percebe em virtude do falecimento de seu marido, o coronel Antero de Queiroz. Não obstante a existência de lei que isenta a herança militar de qualquer taxa ou imposto, o titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, tomando conhecimento do mandado de segurança então impetrado, entendeu que somente em ação ordinária poderia ser decidida a pretensão da interessada, já que havia divergência sobre a exata interpretação do dispositivo legal em causa, o que tirava a liquidez do direito demandado.

CLUBE MILITAR

CARTEIRA HIPOTECARIA E IMOBILIARIA

Com a presença do Exmo. Sr. General Solon Lopes de Oliveira, representando o Exmo. Sr. Presidente do Clube Militar; do Exmo. General Rodrigo José Maurício, Diretor da Escola Técnica do Exército, dos Exmos. Srs. Generais João Cândido, Nelson Nascimento Lopes, Alfredo Fauroux Mercier, Otavio de Azevedo, Alceu da Silva Amaral, Gilberto Moutinho dos Reis, Cel. Elisio Dale Coutinho, Cel. Waldemiro Pimentel, de todos os oficiais e funcionários que servem nesta Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar, no dia 28 de junho próximo passado, foram-nos transmitidas as funções que até então vinham sendo exercidas pela Diretoria anterior.

Aberta a sessão, foi lido o Boletim especial da Diretoria anterior da CHI e feitas as transmissões de funções de Diretor, Secretário e Tesoureiro da antiga Diretoria para a que hoje inicia seus trabalhos para o biênio 1954-1956.

Após a leitura desse Boletim foram, pelo Cel. José Pompeu Monte, proferidas as seguintes palavras:

"Exmos. Srs. Generais

Srs. membros da Diretoria recém-eleita

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Há dois anos, precisamente, vivemos aqui na CHI, um dia como o de hoje.

Naquela ocasião éramos os receptadores do mandato de uma Diretoria que atingia o seu término.

E dissemos ser o ato semelhante a uma corrida de revezamento.

Uma turma, entusiasta e forte, ia entregar o bastão, hábilmente conduzido, a uma outra que prometia, — mui comovida e penhorada com a nímia prova de confiança com que havia sido distinguida — enviar tôdas as energias de que dispusesse para não deslustrar os feitos de seus antecessores.

E ei-la que atinge, hoje, o ponto final da pista que deveria, no tempo, percorrer.

E o faz num estado dalma mesclado de satisfação e de tristeza.

De satisfação pela convicção de que se acha possuida do cumprimento do dever e de não ter desiludido aqueles que nela confiaram.

De tristeza por se afastar do convívio amigo e agradável dos funcionários desta casa que não regatearam empenhos no sentido de cooperar para os feitos alcançados.

Meus Senhores. — Uma nova turma está firme, alinhada nas marcas iniciais; ansiosa para partir; com a tensão nervosa traindo a vontade de vencer a etapa que lhe compete percorrer; pronta para elevar, bem alto, o nome do Clube Militar.

Sr. Presidente. Podeis dar a partida, pois neste momento com a devida vênia de V. Excia. depositamos nas mãos de nossos companheiros o bastão dos destinos da CHI que até o presente esteve sob nossa responsabilidade".

Finalizada a oração o Cel. José Pompeu Monte, foram pelo Coronel Alberto Ribeiro Paz, Diretor recém-eleito, proferidas as seguintes palavras:

"Exmos. Srs. Generais

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Nossas primeiras palavras serão de agradecimento sincero a todos os que aqui vieram prestigiar com suas presenças esta transmissão de cargos na Carteira Hipotecária e Imobiliária.

Ao nosso ver, esta cerimônia não deveria passar de um simples ato de rotina e desenvolver-se, sem maiores solenidades, na intimidade destas quatro paredes.

Uma vez porém, que estamos aqui reunidos, talvez seja oportuno e mesmo esperado por todos, que alguma coisa seja dita sobre o programa que pretendemos seguir no desempenho das funções que nos foram confiadas.

Somos dos que pensam que muitos dos males que afligem a atualidade brasileira resultam da permanente falta de *continuidade administrativa*.

Quase todas as administrações que se inauguram procuram antes de tudo destruir o que foi feito pelos antecessores.

Tudo está errado; então desmancha-se tudo.

Começa-se depois a contruir o certo e o perfeito.

Mas o tempo perdido na destruição do que existia não permite que se progrida e tudo fica no que estava quando não caminha para trás.

Definiremos, pois, em poucas palavras o nosso programa: Nada destruir; procurar, pelo menos, melhorar o que já existe. Manter corajosamente o que já foi feito e, no caso da CHI, isso constituirá muita coisa.

Nosso lema será, pois, *conservar melhorando*.

Assim, nessa ordem de idéias, o ponto alto do nosso trabalho consistirá em levar avante o plano de construções magnificamente traçado pela Diretoria a que sucedemos e de cujas grandeza e significação dão prova os quadros que enfeitam essas paredes.

Para continuar a execução desse plano enfrentaremos desde logo, resolutamente, o problema do recebimento, ainda não efetuado, da úl-

tima parcela de cem milhões de cruzeiros do financiamento concedido pelo Governo para as operações iniciais da CHI.

Travaremos depois a batalha da realização das segundas hipotecas ao Banco do Brasil, previstas na Lei, para a obtenção do numerário que assegurará a sobrevivência da Carteira até que seja atingida a sua auto-suficiência financeira, no que seguiremos o plano constante do relatório do Coronel Monte.

Simultânea ou sucessivamente, encararemos os problemas dos seguros dos imóveis adquiridos pela Carteira, visando assegurar a posse aos herdeiros, sem grandes sacrifícios, no caso de falecimento de associados contemplados; dos empréstimos comerciais a juros mais baixos e prazos mais longos, visando contornar a insuficiência dos atuais limites de financiamentos; da questão de espaço para instalação dos serviços da própria Carteira, os quais precisam ser desenvolvidos para atender ao crescimento de suas atividades, e doutros mais, também já planejados.

Quanto ao pessoal não pretendemos afastar ninguém dos postos ocupados. Todos que aqui labutam nos cargos de chefia são velhos camaradas, alguns até companheiros de Escola, e merecem absoluta confiança.

A prática do serviço que todos já possuem será a fiadora daquela continuidade administrativa a que nos referimos e fazemos questão de manter, não havendo motivo para substituição senão daqueles que, por motivos particulares, não puderem continuar.

Para executar o programa traçado não precisaremos mais do que cumprir inflexivelmente a Lei e o Regulamento em vigor.

Se alguma de suas prescrições necessitar reajustamento, em vez de desobedecê-la, procuraremos primeiro, por meios legais, modificá-la convenientemente para que se adapte à situação aparecida.

Os casos omissos ou dependentes de interpretação não terão solução ditada pelo livre arbítrio do Diretor da Carteira.

Serão antes estudados e debatidos pela Diretoria ou pelo Conselho Técnico, colegiadamente.

A decisão resultante se transformará em critério que será firmemente adotado nos casos semelhantes que vierem a ocorrer.

Não haverá dois pesos e duas medidas à mercê das influências de amizades, camaradagem, simpatias ou antipatias pessoais.

O "Pistolão" será combatido onde quer que se apresente.

Para terminar dirigimos um apêlo a todos os servidores desta instituição no sentido de que continuem a trabalhar conosco, tal como o vinham fazendo, com toda a dedicação, com absoluta honestidade e, principalmente com um grande amor à verdade, para que possa a nova Diretoria cumprir honradamente a sua tarefa realizando uma administração proveitosa para a CHI, correspondendo assim à confiança dos consócios que, em pleito livre, nos honraram com a sua escolha."

**CHUVEIRO
ELÉTRICO**

REI

110 - 220 VOLTS

INDÚSTRIAS REI

FABRICAS: DUQUE DE CAXIAS, E. DO RIO, ESTR. RIO PETRÓPOLIS - KM 8
MATRIZ: RUA DAS MARREAS, 5 - TELS. 22-5860 - 42-2834 - 22-4096
FILIAL: SÃO PAULO: RUA 7 DE ABRIL, 172
FILIAL: NITERÓI: ESTADO DO RIO: RUA JOSÉ CLEMENTE, 70

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

NEVES & CIA. LTDA. — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

CASA BANCÁRIA FAPO & CIA. — Tôdas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7696 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2832 e 2021 — Santos.

CASA HESPERIA LIMITADA — Bar, Secção de Frios e Confeitaria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

GIACOMO LOLATA & CIA. — Cx. Postal n. 397 — Londrina — Paraná.

JOSÉ PENTERICHE & FILHO — Cx. Postal n. 596 — Londrina — Paraná.

COMERCIAL CURADO LTDA. — Rua Marechal Deodoro n. 771 — Londrina — Paraná.

MANUEL BATISTA CAVALCANTI — Astorga — Norte do Paraná.

CARLOS SECO & CIA. LTDA. — Av. S. Paulo n. 1240 — Londrina — Paraná.

GORO OHYA — Rua Benjamin Constant, 673 — Londrina — Paraná.

IRMAOS FUGANTE S.A. — Cx. Postal n. 119 — Londrina — Paraná.

AMERICO SATO — Rua Sergipe n. 410 — Londrina — Paraná.

LIVRARIA LONDRINA — Rua Sergipe n. 406 — Londrina — Paraná.

LUIZ ZAMBRIM — Cx. Postal n. 299 — Granja do Silêncio — Londrina — Paraná.

ANGELO FILÓCO — Rua Rio Branco n. 725 — Londrina — Paraná.

VIRGILIO JORGE — Rua Minas Gerais n. 1326 — Londrina — Paraná.

JOAO CORTEZ CAPEL — Rua Ceará n. 55 — Caixa Postal, 261 — Londrina — Paraná.

EMPRESA MARÍTIMA E COMERCIAL LTDA. — Joinville — Estado de Sta. Catarina.

HOTEL CENTRAL — Julio Radwanski — Joinville — Sta. Catarina.

- IRMAOS AMIN** — Rua Duarte Schutel n. 7 — Florianópolis — Estado de Santa Catarina.
- INDÚSTRIAS J. BETTEGA & CIA. S.A.** — Curitiba — Paraná.
- SILVESTRE SOUZA & CIA. LTDA.** — Avenida Vicente Machado, 18 — Curitiba — Paraná.
- CONSTRUTORA O. H. C. LTDA.** — Avenida Vicente Machado, 8 — Curitiba — Paraná.
- JOSÉ LEPROVEST** — Curitiba — Paraná.
- TRANSPARANÁ S. A.** — Londrina — Paraná.
- VIEIRA S. A.** — Rua Tupi, 68 — Cx. Postal, 764 — Londrina — Paraná.
- SERRARIA CUROTTO LTDA.** — Rua Paraná n. 180 — Cx. Postal, 180 — Londrina — Paraná.
- GARCIA & GARCIA LTDA.** — Cx. Postal, 246 — Londrina — Paraná.
- IMOBILIÁRIA NURECTAMA** — Ed. Minerva, s/207/207-A — Londrina — Paraná.
- GIHEI OTANI** — Rua Quintino Bocaiuva — Londrina — Paraná.
- MORAIS & CANEZIN** — Rua dos Expedicionários — Cx. Postal, 173 — Londrina — Paraná.
- JOSÉ BONIFACIO & CIA. LTDA.** — Caixa Postal, 173 — Rua Benjamin Constant n. 613/15 — Londrina — Paraná.
- IRMAOS LOPES & CIA.** — Rua Mato Grosso, 745 — Londrina — Paraná.
- JOSÉ LUIZ MOURA** — Londrina — Paraná.
- CARLOS DE ALMEIDA** — Rua Ceará n. 397 — Caixa Postal, 302 — Londrina — Paraná.
- IMOBILIÁRIA IPIRANGA** — Av. Ipiranga n. 795 — Cx. Postal n. 5174 — Londrina — Paraná.
- G. LUNARDELLI S. A.** — Caixa Postal n. 61 — Londrina — Paraná.
- AUGUSTO CANESSIN** — Londrina — Paraná.
- SYLVESTRE SAMPIERI** — Rua Mato Grosso n. 765 — Londrina — Paraná.
- T. MATOSIMA** — Rua Sergipe n. 407 — Londrina — Paraná.
- ESTABELECIMENTO GRÁFICO, BOEHMA & CIA. LTDA.** — Rua Visconde de Taunay n. 93/109 — Teleg. Boehm — Caixa Postal, 41 — Joinville — Estado de Santa Catarina.
- EXPRESSO JOINVILLE LTDA.** — Rua Abdon Batista n. 342 — Joinville — Rua Sacadura Cabral n. 197 — Rio de Janeiro.
- GERMANO STEIN S.A., COMÉRCIO E INDÚSTRIA** — Rua Cruzeiro n. 35 — Caixa Postal n. 52 — Joinville — Rua da Quitanda n. 163 — Rio de Janeiro — Tel. 43-67-40.
- IRMAOS AMIN** — Rua Duarte Schutel, 11 — Caixa Postal, 117 — Florianópolis — Santa Catarina.
- ALFAIATARIA COLUMBIA** — Aceita-se cortes à feito — Rua Miguel de Frias, 48 — Tel. 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.



Noticiário de Interesse Militar

Arma atômica

Segundo os chefes militares britânicos, o projétil dirigido é melhor arma para a guerra atômica do que o canhão atômico norte-americano. Anunciou-se que a Inglaterra não seguiria o exemplo dos Estados Unidos e não construiria canhões para atirar projéteis atômicos.

(Do *Military Review*)

Estatística de saúde

O Exército reduziu drasticamente o número de moléstias por meio de um programa de medicina preventiva. Durante a 1ª Grande Guerra, o número de soldados que adoeciam anualmente era de 852 em 1.000; durante a segunda guerra esse número caiu para 588 e no conflito coreano para 468. Se analisarmos em relação ao efetivo total, os números revelam que, na 1ª Grande Guerra, 41,6 soldados em cada grupo de 1.000 estavam ausentes do serviço por motivo de saúde. Esse número foi reduzido para 28,5 na 2ª Grande Guerra e para 18,4 na Coreia.

Novos processos e técnicas no tratamento dos doentes e feridos permitiram ao serviço de saúde reduzir o número de casos fatais de 8,1 % na 1ª Grande Guerra, para 4,5 % na 2ª e, finalmente, para 2,3 % no conflito coreano. Novas drogas milagrosas e o suprimento de sangue nos hospitais avançados concorreram para esse progresso. Outro fator auxiliar foi o emprêgo dos hospitais cirúrgicos móveis o mais próximo possível das linhas de frente.

(Do *Military Review*)

Aparelhos em miniatura

A fim de obter resultados mais eficazes com menos volume e peso, existe a tendência para fabricar todos os instrumentos eletrônicos em miniatura. O transistor, o primeiro a ser assim construído, é agora considerado demasiado grande. Outro aperfeiçoamento é uma resistência em miniatura, hermeticamente fechada cujo tamanho é apenas de 1 1/8 polegadas de comprimento por 3/16 de diâmetro. O giroscópio em miniatura, usado nos projéteis dirigidos, sistemas de controle de fogo e instrumentos aeronáuticos, tem apenas 1 polegada de diâmetro, menos de

2 de comprimento e pesa menos de 3 onças, entretanto, não foram sacrificados nem sua precisão nem seu funcionamento. O *Handie-Micro-Talkie*, pesando menos de 1 kg, transmite até 3.200 m de distância. Seus componentes são todos em miniatura, inclusive circuitos impressos e uma bateria própria de longa duração. A antena de duplas espiras serve como alça para seu transporte.

(Do *Military Review*)

Estudo de uniforme no Exército dos Estados Unidos

O Exército esforça-se novamente por selecionar um uniforme de uso geral, de aspecto militar austero e distinto, de cor aceitável, que respeite as tradições do Exército, que seja adequado às diferentes condições de clima e que proporcione boa aparência. Na pesquisa que se está procedendo, será pedida a opinião de oficiais e praças de todos os postos. A esse pessoal serão mostrados os uniformes verde-cinza, experimentados no último ano, pelo 3º RI; um casaco verde-escuro e calças de um bege rosado, que foram apresentados ao Congresso no ano passado; e um uniforme verde-oliva com jaqueta Eisenhower. Perguntar-se-á também a eles se acham satisfatórios os atuais uniformes.

Na pesquisa não estão incluídos quaisquer uniformes de campanha, os quais, de um modo geral, têm sido aceitos com certo agrado em todos os setores do Exército.

(Do *Military Review*)

Marinha soviética

Segundo o anuário Brassey das forças armadas inglesas, acha-se em andamento, na URSS, um intenso programa de construções navais. O anuário é uma coletânea de notícias e opiniões de técnicos da Marinha, Exército e Força Aérea. Informa ele que nenhum estaleiro soviético permanece inativo e que a construção de uma quilha é iniciada imediatamente após o lançamento de outro navio. Um contínuo fluxo de cruzadores, contratorpedeiros e submarinos aumenta as atuais esquadras soviéticas. Segundo o anuário, os navios da Marinha Russa, inferiores aos norte-americanos apenas em número, são considerados modernos e bastante potentes para enfrentar as mais fortes esquadras ocidentais.

(Do *Military Review*)

Maior helicóptero de transporte

O primeiro helicóptero de transporte bimotor norte-americano, o YH-16 *Transporter*, é capaz de acomodar 40 soldados, 32 padiolas ou 3 jeeps. O *Transporter* tem peso duas vezes superior ao maior helicóptero utilizado hoje em dia. Mede 41 m de comprimento e 7,6 m de altura. Sua velocidade de cruzeiro será maior do que a de qualquer dos atuais.

Foi originalmente concebido como um helicóptero para socorro a grandes distâncias, mas sua enorme capacidade de carga levou o Exército e a Força Aérea a ampliarem seu emprego às operações logísticas.

(Do *Military Review*)

Produção de aviões na Rússia

A União Soviética produziu 18.210 aviões militares em 1952, inclusive aviões bombardeiros de longo alcance do tipo B-36, segundo publica o "Aviation Age", uma revista comercial técnica. Fontes europeias identificaram os aviões como sendo 10.000 caças e caças-bombardeiros, 1.800 bombardeiros médios, 1.400 transportes de pessoal e 5.000 de treinamento e fins gerais. Diz a revista que os soviéticos já haviam designado 14 dos bombardeiros pesados — conhecidos como os TUG75 ou Tipo 31 — para unidades aéreas operacionais, em 31 de março do ano passado. Planejavam produzir mais 400 este ano. O grande bombardeiro dispõe de 6 motores turbóhélice e é capaz de alcançar o coração industrial da América e voltar às bases soviéticas, sem reabastecimento em voo.

(Do Military Review)

Bote de reconhecimento

Os Fuz. Navais acabam de anunciar um bote rígido de reconhecimento para 9 homens, que é inflado para as operações em mar grosso ou para a transposição de correntezas fortes. É propulsado a remo ou a motor de popa e sua velocidade atinge 20 nós. Pesa 64 kg quando vazio. O costado é plano, feito de nylon, e compartimentado em nove câmaras no fundo e 2 nos bordos. Enche apenas em 30 segundos e transporta uma carga de 1.110 kg. A silhueta é baixa e contém dispositivos que prendem as armas e outros equipamentos, para evitar a perda no caso do barco virar. Dispõe de materiais que permitem a defesa passiva contra minas e localização de radar, e sua cor proporciona o máximo disfarce.

(Do Military Review)

Radar sonoro

As Forças Armadas estão aperfeiçoando um tipo automático de radar sonoro para auxiliar na defesa contra ataques atômicos de surpresa. Os detalhes são secretos, mas sabe-se que o novo sistema é muito mais preciso do que o visual em uso atualmente. Poderá ele tornar possível uma rede completamente automática, eliminando a necessidade do emprego de milhares de homens e mulheres para a observação da tela durante 24 horas. O radar sonoro difere do comum, porque além do sinal que aparece na tela causado por fachos eletrônicos, que varrem os céus em busca de aviões, emite um sinal sonoro característico.

(Do Military Review)

RELATÓRIO DO "JOCKEY-CLUB BRASILEIRO"

A Redação deste mensário recebeu e agradece o muito bem apresentado Relatório do "Jockey-Club Brasileiro" relativo ao ano social de 1953, pelo qual se vê a excelente organização daquela sociedade turfista e o seu constante progresso. À Diretoria do Jockey-Club os parabéns de "A Defesa Nacional".

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Curso de Topografia Militar — 2ª Edição — Cel. Olivio G. Uzêda.....	120,00
História Geral e Militar — Gen. Pedro Cordo- lino de Azevedo.....	300,00
Curiosidades — Valmiro Rodrigues Vidal.....	25,00
C-21-20 — Ginástica Acrobática.....	16,00
C-21-151 — Treinamento Especializado.....	12,00
C-21-20 — Sessões de Trabalho.....	5,00
C-21-205 — Serviço Especial.....	12,00
Voleibol — Fritz Manso.....	5,00
Lições D'armas — Valero Falcão.....	5,00
Tábua Três Dimensões — Sgt. Alargão.....	5,00
Tabelas para Det. dos Valores — Inezil P. Ma- rinho.....	5,00
Fichas Biométricas — E.E.F.E.....	0,70
Mergulhos Ornamentais — Eduardo G. da Cruz.....	40,00
Danças Regionais e Brinquedos Cantados — A.P.E.F.....	15,00
Guia para Comp. e Lev. de Pêsos — Paulo Azeredo.....	10,00
Tratado de Esgrima — Cap. Adauto Fernandes de Andrade.....	50,00

—o—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência
do Correio, do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interêsse geral do Ministério da Guerra. publicados no mês de maio de 1954

DECRETO N. 35.448 — DE 1 DE MAIO DE 1954

Expede o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadoria e Pensões
(Publicado nos "Diários Oficiais" ns. 98 e 100, de 3 e 5 de maio de 1954.)

* * *

DÉCRETO N. 34.999 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1954

Aprova a 2ª Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica aprovada a 2ª Parte do Regulamento de Uniforme do Pessoal do Exército, que com êste baixa, assinado pelo General de Divisão Cyro Espirito Santo Cardoso, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Art. 2º. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

GETULIO VARGAS.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" n. 120, de 28-V-954.)

* * *

DECRETO N. 35.428 — DE 29 DE ABRIL DE 1954

Aprova o Regimento — Padrão das Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional
(“Diário Oficial” n. 99, de 4-V-954.)

* * *

DECRETO N. 35.430 — DE 29 DE ABRIL DE 1954

Aprova o Regimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
(I.B.B.D.)

(“Diário Oficial” n. 99, de 4-V-954.)

PORTARIA N. 270 — DE 30 DE ABRIL DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, resolve dar nova redação ao item 3 da Portaria n. 460, de 4 de novembro, na forma que se segue :

“3. Os Sargentos habilitados, até 31 de dezembro de 1953, com os cursos da Escola de Instrução Especializada e os que o foram de acôrdo com as “Instruções” baixadas pelo Aviso n. 471, de 9 de julho de 1952, revigoradas pelo Aviso n. 790, de 9 de setembro de 1953, ficam dispensados do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos Burocratas, desde que estejam no exercício efetivo da função e possuam o Curso de Aperfeiçoamento da Arma ou Serviço de origem.

Os Sargentos nessa situação ficam considerados como passuidores do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos.

(“Diário Oficial” n. 99, de 4-V-54.)

AVISO N. 114/B-D/2-D — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, considerando :

— Que é dever do Estado, por todos os meios, lutar para a extinção do analfabetismo em nosso País ;

— Que não devem ser licenciados das fileiras do Exército como analfabetos, aqueles que nessa condição foram aceitos nas casernas.

— Que é trabalho altamente meritório e extremamente digno o de realizar a alfabetização de nossa gente ;

— Que se deve apontar ao Exército e ao Brasil o trabalho constante e produtivo, nesse sentido realizado não só pelas unidades do Exército, como também por todos aqueles que, servindo ao Exército e ao Ministério da Guerra, têm realizado ou venham a realizar trabalho pessoal de combate ao analfabetismo ;

— Que é dever dos Chefes premiar os bons serviços prestados por seus subordinados, resolve :

1º) Criar, sem ônus para o Estado, com sede neste Ministério, a Cruzada Militar de Alfabetização (CMA) ;

2º) Criar o Símbolo Individual de Distinção, destinado a ser usado no uniforme, prêso ao macho do bolso direito e correspondente ao número de alfabetizados por seu detentor (modelo anexo n. 1) ;

3º) Criar a Placa de Distinção de Unidade, que será usada no Portão das Armas, em bronze, e nos papéis da unidade, impresso, correspondendo ao número de alfabetizados pela Unidade (modelo anexo, n. 2) ;

4º) Criar a Medalha de Distinção, individual, com passador de uma, duas ou três palmas, para premiar aos que hajam completado certo número de alfabetizados (modelo anexo, n. 3) ;

5º) Atribuir à Diretoria da Cruzada Militar de Alfabetização o encargo de apresentar, no prazo de 30 dias após sua nomeação, um projeto de instruções para seu funcionamento e para concessão dos prêmios aqui mencionados, e de outros que venha a prever.

(“Diário Oficial” n. 100, de 5-V-54.)

* * *

PORTARIA N. 274 — DE 3 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve fixar, para o próximo período letivo do corrente ano, as seguintes percentagens para

a distribuição dos Cadetes do 2º ano da Academia Militar das Agulhas Negras, pelas diferentes Armas e Curso Inicial de Formação Técnica :

Infantaria	26 %
Cavalaria	18 %
Artilharia	29 %
Engenharia	18 %
Curso Inicial de Formação Técnica	9 %

("Diário Oficial" n. 101, de 6-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 286 — DE 4 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com a proposta do Estado-Maior do Exército, resolveu aprovar as "Instruções Reguladoras do Exame Físico e de Seleção intelectual" para matrícula no CRAS de Burocratas.

("Diário Oficial" n. 103, de 8-V-954.)

* * *

DECRETO N. 35.447 — DE 30 DE ABRIL DE 1954

Aprova a relação das Funções Gratificadas mediante classificação nos símbolos previstos no art. 2º da Lei n. 2.188, de 3 de março de 1954

("Diário Oficial" n. 104, de 10-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 287 — DE 5 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Inspetor Geral do Exército, resolve dar nova redação ao art. 8º — Capítulo III — das "Instruções Provisórias para o Funcionamento da Inspetoria Geral do Ensino do Exército" (Portaria n. 329, de 14 de agosto de 1953).

("Diário Oficial" n. 104, de 10-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 289 — DE 6 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolveu fixar as vagas abaixo mencionadas, para matrículas de Oficiais no 2º Turno de 1954 na Es AO e 3º Turno na Es MM :

A) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais :

Infantaria — 60 Capitães ;

Cavalaria — 20 Capitães ;

Artilharia — 25 Capitães ;

Engenharia — 20 Capitães ;

Saúde — 15 Capitães ;

Intendência — 20 Capitães.

B) Escola de Motomecanização :**a) Curso para Oficiais Superiores :**

Cavalaria — 3 Tenentes-Coronéis ;

Cavalaria — 4 Majores ;

Infantaria — 1 Tenente-Coronel ;

Infantaria — 2 Majores.

b) Curso Técnico :Infantaria — 8 1^{as} Tenentes ;Cavalaria — 32 1^{as} Tenentes.

("Diário Oficial" n. 104, de 10-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 292 — DE 8 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército resolve introduzir a seguinte alteração nas "Instruções para a remessa de informações ao Ministério da Guerra por intermédio do Estado-Maior do Exército", constantes da Portaria n. 8.972, de 18 de janeiro de 1946 :

"Os encargos atribuídos ao Estado-Maior do Exército quanto à confecção de Mapa Mensal do Efetivo Global do Exército, constantes da Portaria n. 8.972, de 18 de janeiro de 1946, são, a partir desta data, da atribuição da Diretoria Geral do Pessoal que por intermédio do Departamento Geral de Administração, enviará o citada Mapa ao Gabinete do Ministro da Guerra, até o dia 15 de cada mês."

("Diário Oficial" n. 105, de 11-V-954.)

* * *

DECRETO N. 35.495 — DE 13 DE MAIO DE 1954

Cria a Comissão Permanente de Comunicação das Forças Armadas

("Diário Oficial" n. 110, de 17-V-954.)

* * *

DECRETO N. 35.509 — DE 17 DE MAIO DE 1954

Dá nova classificação às localidades de que trata a Lei n. 1.216, de 20 de janeiro de 1951

("Diário Oficial" n. 110, de 17-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 313 — DE 12 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, considerando :

a) que a Portaria n. 116, de 23 de fevereiro de 1954, concedeu a Medalha do Pacificador a todos os oficiais e praças do Exército que contavam 15 (quinze) anos ou mais de serviço na data em que foi baixada, desde que estivessem servindo no Exército ou em Órgão da Segurança Nacional ;

b) que a Portaria n. 139, da mesma data, concedeu a referida medalha a diversos cidadãos civis e militares ;

c) que o elevado número de agraciados exigirá um grande e extraordinário expediente para a Secretaria Geral do Ministério da Guerra;

d) que, ainda, a exiguidade da verba destinada à cunhagem de medalhas, consignada no orçamento para o corrente ano, não permite a confecção da Medalha do Pacificador em número suficiente;

Resolve :

1 — Determinar que a Secretaria Geral do Ministério da Guerra lacre os diplomas, obedecendo à seguinte prioridade :

Primeira — para os agraciados pelas Portarias ns. 139, de 23 de fevereiro de 1954; 214, de 31 de março de 1954; 288, de 5 de maio de 1954; e 312, de 12 de maio de 1954;

Segunda — para os oficiais e praças possuidores da Medalha Militar de ouro, na data da Portaria n. 116;

Terceira — para os oficiais e praças possuidores da Medalha Militar de prata ou que tenham feito jus a essa Medalha, na data da Portaria n. 116;

Quarta — para os membros do Magistério do Exército possuidores da Medalha Militar de bronze, e que contem mais de 20 (vinte) anos de efetivo serviço, na data da Portaria n. 116;

Quinta — para os que, não estando compreendidos nas 2ª, 3ª e 4ª prioridades, contavam 15 (quinze) anos ou mais de serviço, na data da referida Portaria n. 116.

2 — autorizar que os oficiais e praças, compreendidos nas 2ª, 3ª e 4ª prioridades acima estabelecidas, usem a Medalha do Pacificador e a passadeira, independentemente do recebimento do respectivo diploma;

3 — que os oficiais e praças compreendidos na quinta prioridade somente poderão usar a Medalha do Pacificador ou a passadeira após o recebimento do respectivo diploma;

4 — determinar que a Diretoria Geral do Pessoal tome as necessárias providências para que sejam fornecidas à Secretaria Geral do Ministério da Guerra relações dos oficiais e praças que estejam compreendidos na quinta prioridade;

5 — determinar que os Comandantes de Unidades e Chefes de Estabelecimentos e Repartições publiquem em boletim os nomes dos oficiais e praças sob o seu comando ou chefia, compreendidos nas 2ª, 3ª e 4ª prioridades, para o uso da Medalha do Pacificador.

("Diário Oficial" n. 110, de 17-V-54.)

* * *

PORTARIA N. 316 — DE 14 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra :

Considerando a complexidade existente nas atribuições da Administração do Edifício da Guerra, conforme o Boletim n. 110, de 1952, da Secretaria Geral do Ministério da Guerra;

Considerando que a trabalhosa parte relativa à Administração requer uma independência mais acentuada, das demais atribuições;

Considerando que a divergência dos trabalhos inerentes à parte de disciplina e segurança exige o emprêgo e a ação do pessoal mais afeito a esses misteres e uma supervisão mais especializada;

Resolve, alterar as instruções, em vigor, do seguinte modo :

1º) A parte referente à disciplina, segurança e manutenção da ordem, passa a constituir atribuição da Zona Militar de Leste.

2º) A parte administrativa continuará, com todos os encargos decorrentes e previstos no Boletim da SGMG, acima citado, com o oficial Administrador do Edifício da Guerra.

3º) A Zona Militar de Leste baixará instruções a respeito.

("Diário Oficial" n. 112, de 19-V-954.)

* * *

DECRETO N. 35.519 — DE 19 DE MAIO DE 1954

Aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização

("Diário Oficial" n. 115, de 22-V-954.)

* * *

AVISO N. 313-D1-E — EM 18 DE MAIO 1954

Em Ofício n. 371-S, de 10 de novembro de 1953, o Comandante do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizada consulta, quais as penas máximas que pode impor o S-3, tendo em vista que essas funções ven sendo exercidas há pouco tempo nos Corpos de Tropa, em data muito posterior à adoção do R-4.

Informa, ser de parecer, que as penas máximas que pode impor o S-3 sejam as mesmas atribuídas aos Subcomandante e Fiscais Administrativos nos Corpos de Tropa.

Em solução, declaro que, dentro dos limites estabelecidos para os Subcomandantes e Fiscais Administrativos, têm, os S-3 das Unidades, competência para punir e premiar os componentess de suas Secções ou Grupos de operações, durante o tempo em que estiverem operando sob suas ordens, isto é, durante a instrução e execução dos serviços nas mesmas Secções ou Grupos.

("Diário Oficial" n. 115, de 22-V-954.)

* * *

AVISO N. 316-D1-I — EM 18 DE MAIO DE 1954

Passagens Aéreas — Requisição

Considerando que a Lei n. 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, regulamentada pelo Decreto n. 33.217, de 1 de julho de 1953, reduz para 25 % o desconto na concessão de passagens aéreas aos militares e servidores civis, em viagem de serviço ;

Considerando que a requisição das passagens é atribuída ao órgão federal a que pertença o servidor ;

Considerando que ainda prevalecem as razões que ditaram o Aviso número 365, de 26 de junho de 1950 :

Considerando que as Regiões Militares possuem Guarnições distantes e dispersas, o que pode acarretar demora inconveniente na expedição das requisições, resolvo :

Só poderão ser requisitadas passagens com o desconto a 25 %, de que trata o art. 3º da Lei n. 1.815-53, regulamentada pelo art. 1º do

Decreto n. 33.217-53, para os militares da ativa ou convocados e os funcionários civis em exercício neste Ministério, em viagem de serviço no território nacional.

Somente poderão requisitar o desconto em causa :

a) O Ministro da Guerra, para os militares e os servidores civis que se encontram nas Guarnições do Distrito Federal, de Niterói e São Gonçalo, no Estado do Rio;

b) Os Comandantes de Região Militar, para os que se achem em território de sua jurisdição, ressalvada a excessão da letra anterior;

c) Aquêles a que o Ministério da Guerra ou o Comandante de Região Militar delegar competência, atendidas as conveniências do serviço.

Fica revogado o Aviso n. 365, de 26 de junho de 1950.

("Diário Oficial" n. 115, de 22-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 357 — DE 28 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve :

1) alterar de 3 para 4 o número de inscrições permitidas nas "Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão à Escola de Estado-Maior em 1954", para os Oficiais das Armas, baixadas com a Portaria n. 200, de 26 de março de 1954;

2) em consequência, fica prorrogada, por mais um (1) mês, o prazo fixado para entrada dos requerimentos dos interessados abrangidos pelo item acima.

("Diário Oficial" n. 121, de 29-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 340 — DE 22 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção, resolve autorizar o funcionamento do Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército, em 1955, fixando em 47 (quarenta e sete) o número de vagas para matrícula nesse Curso, assim distribuídas :

Industrial e de Armamento.....	16
Química	5
Comunicações	5
Construções	5
Eletricidade	5
Geodésia e Topografia.....	11

* * *

PORTARIA N. 341 — DE 25 DE MAIO DE 1954

1. O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção, resolve aprovar o currículo abaixo discriminado, para o Curso Teórico de Topografia na Escola Técnica do Exército :

Instrumentos Topográficos e sua aplicação;
Desenho Topográfico;

Métodos de Levantamento ;
Astronomia Expedita ;
Interpretação e Restituição de Fotografias Aéreas.

2. Fica, em consequência, alterado, nessa parte, o art. 5º das "Instruções para o funcionamento do Curso de Topografia", aprovadas pela Portaria n. 125, de 16 de abril de 1952.

("Diário Oficial" n. 118, de 26-V-954.)

* * *

PORTARIA N. 361 — DE 29 DE MAIO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve determinar que os Cadetes do Curso Inicial de Formação de Oficiais Técnicos da AMAN, sejam incluídos na Arma de Engenharia, ficando-lhes asseguradas tôdas as prerrogativas decorrentes da Portaria n. 1, de 3 de janeiro de 1953.

("Diário Oficial" n. 123, de 1-VI-954.)

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

2ª Edição

● Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

● Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

● Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

PREÇO: CR\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

A) Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00
Um quarto de página.....	600,00
Rodapé.....	400,00
Assinatura comercial.....	500,00

B) Assinatura anual :

Os anunciantes que derem uma publicação para 12 meses terão um desconto de 10 %.

C) Assinatura alternada :

Gozará do desconto de 5 %.

D) Relatórios, contratos, extratos, reportagens, entrevistas, etc. :

Acresce 40 % ao preço da tabela A.

E) Preferencial :

Acresce 50 % ao preço da tabela A.

F) Clichê por conta do anunciante.

Esta tabela vigorará a partir de 1 de junho do corrente ano, não tendo efeito retroativo.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
As Manobras de Nioac — Gen. Bertoldo Klinger	5,00
As Condições Geográficas e o Problema Brasileiro — Gen. Mário Travassos.....	5,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — Cap. M. F. Castelo Branco.....	15,00
A Intendência em Campanha — Maj. José Sales	35,00
A Revolução de 1842 — Martins de Andrade...	19,00
A Batalha de Roma — Maj. Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Fôrça Mecanizada — Sílvio do Vale Amaral	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. Oliveira	15,00
Balística Externa — Cel. Morgado da Hora..	60,00
Centralização do Tiro — Cap. Breno B. Fortes	6,00
Crônicas de Guerra — Cel. Olívio G. de Uzêda	30,00
Cartilha da Mocidade — Micaldas Corrêa.....	8,00
Contribuição para a Guerra entre Brasil-B. Aires — Gen. Bertoldo Klinger.....	12,00
Dêem Estádios ao Exército — Cel. Jair Jordão Ramos.....	30,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Maj. Antonio S. Júnior.....	50,00
Ensaio sobre a Informação na Guerra — Cel. José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos sobre a Rússia — Cel. J. B. Magalhães	15,00
Estrategia do Terror — Cel. J. B. Magalhães	15,00

—o—

Pedidos pelo Reembólso Postal. ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "Defesa Nacional" agradece o recebimento das seguintes publicações durante o mês de maio do corrente ano :

a) Exterior :

- França — Revue de Defense Nationale de abr de 54 ;
— Revue Militaire d'Information de 10 e 25 fev e 10 e 25 de mar de 1954 ;
— Forces Aériennes Françaises de mar/abr 54 ;
Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas, de dez 54 ;
Paraguai — Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación, de maio/agosto de 1953 ;
Itália — Rivista Militare, de março de 1954 ;
EE.UU. — Military Review de março de 1954 ;
Portugal — Revista Militar de abr de 54 ;
Argentina — Revista del Sub-oficial, de março de 1954 ;
Espanha — Revista "Ejército" de fev/março 1954 ;
— Guion, de fev e março de 1954 ;
— Revista de la Oficialidade de Complemento, de fev e março de 1954.

b) Nacionais :

- Revista do Clube Militar de nov/dez 53 e jan/fev 54 ;
Relatório Anual do Presidente (Ano Social 52/53) ;
Digesto Econômico (órgão da Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo) ; maio 54 ;
Conjuntura Econômica, de abr de 1954 ;
Itamaraty — Boletim do Serviço de Informações do Ministério do Exterior, de 15 e 30 de br de 1954 ;
Militia, órgão da Força Pública do Estado de S. Paulo, de fev de 1954 ;
Comércio Internacional, de fev de 1954 ;
Revista Aérea Latino-Americana, de fev de 1954.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra

Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 100,00
Semestre.....	Cr\$ 50,00
Número avulso.....	Cr\$ 15,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no in- dicador de firmas reco- mendadas.....	Cr\$ 500,00

OBS. — O pagamento das assinaturas anuais pode ser feito em 4 prestações mensais de Cr\$ 25,00 ou em 10 de Cr\$ 10,00. Da mesma forma o pagamento das assinaturas semestrais pode ser efetuado em 2 prestações de Cr\$ 25,00 ou em 5 de Cr\$ 10,00.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido.
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa; agradeceríamos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento se reclamação se fôr o caso; facilitar a nosso controle se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses enviar-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Colabore conosco para a independência de sua revista.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição; estes dados facilitam à repartição do correio a entrega com maior rapidez.

PASSADEIRAS MILITARES

FIEB



RUA SENADOR DANTAS, N. 42 — 1º ANDAR

Fabricantes e Fornecedores Oficiais do Ministério da Guerra, conforme Modelos depositados na Secretaria Geral.

Esmaltes a Fogo, Condecorações, Medalhas e Distintivos.

RANDAL

TELEFONE : 22-0748

Fornecedores oficiais do "MINISTÉRIO DA GUERRA" conforme modelo depositado na Secretaria Geral.

MEDALHA DO PACIFICADOR



ESMALTES A FOGO

Condecorações e emblemas militares — Bijouteries — Fofinhos a ouro.

**INDÚSTRIA DE DISTINTIVOS
RANDAL LTDA.**



a Senador Dantas, n. 42 —
Andar — Telefone 22-0748

Randal

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Antonio de Castro Nascimento.
Gen. Euclides de Figueiredo.
Gen. Juarez do Nascimento Fernandes Távora.
Gen. Niso Vianna Montezuma.
Gen. Silveira de Melo.
Cel. Aguinaldo Dias Uruguai.
Cel. Manoel Joaquim Guedes.
Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. Jair Jordão Ramos.
Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.
Maj. Luiz Felipe Silva Wiedmann.
Maj. Marino Freire Dantas.
Maj. Rui Alencar Nogueira.
Maj. Waldir da Costa Godolphim.
Maj. Zair Figueiredo Moreira.
Cap. Antonio Pinheiro.
Cap. Jonas Corrêa Neto.
Cap. P. J. Busato.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1954